

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO – PPGINFO**

**CARLOS EDUARDO IGNÁCIO**

**PATRIMÔNIO CULTURAL ITAJAIENSE: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2021**

**CARLOS EDUARDO IGNÁCIO**

**PATRIMÔNIO CULTURAL ITAJAIENSE: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Unidades de Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – PPGInfo, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Tânia Regina da Rocha Unglaub.

**FLORIANÓPOLIS**

**2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Ignácio, Carlos Eduardo  
Patrimônio cultural itajaiense : espaço de educação e  
memória / Carlos Eduardo Ignácio. -- 2021.  
140 p.

Orientadora: Tânia Regina da Rocha Unglaub  
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de  
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de  
Unidades de Informação, Florianópolis, 2021.

1. Patrimônio cultural. 2. Memória. 3. Informação. 4.  
Educação. 5. Itajaí. I. Unglaub, Tânia Regina da Rocha. II.  
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de  
Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de  
Informação. III. Título.

**CARLOS EDUARDO IGNÁCIO**

**PATRIMÔNIO CULTURAL ITAJAIENSE: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Unidades de Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – PPGInfo, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

**BANCA EXAMINADORA**

Tânia Regina da Rocha Unglaub. Dra.

Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

Membros:

Ana Maria Pereira. Dra.

Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

Cezar Karpinski. Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Felícia de Oliveira Fleck. Dra.

Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc

Florianópolis, 30 de julho de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Essa pesquisa se fez possível com a colaboração de inúmeras pessoas e instituições para as quais preciso expressar reconhecimento. À professora Dra. Tânia Regina da Rocha Unglaub pela serenidade e horas memoráveis de grande aprendizado, conduzindo o processo de orientação na construção dessa dissertação.

Ao programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação por oportunizar um aprendizado de excelência, aos professores que enriqueceram meu percurso acadêmico e contribuíram com o escopo metodológico aqui apresentado. Aos colegas de sala oportunizando a troca de experiências e as vivências no dia a dia, auxiliando na construção das ideias, muitas delas expostas nestas páginas.

À Fundação Genésio Miranda Lins que abriu as portas para a pesquisa documental, e que oportunizou o estudo de campo em que a visita aos patrimônios culturais tombados de Itajaí serviu para o desenvolvimento de vários olhares a esses lugares de memória. A todos os gestores dos espaços patrimoniais e aos professores das escolas públicas de ensino médio de Itajaí por participarem da pesquisa com seus relatos e opiniões no questionário realizado.

E por fim, mas não menos importante, à família por entender minha ausência e pelos incentivos ao meu propósito, razão pela qual consegui ir em frente. Sem vocês não chegaria até aqui!

“E o passado, governando o presente, encaminha as gerações para um seguro porvir. Por isso, o povo que perde a noção do seu passado, isto é, da sua história, das suas crenças, dos seus ideais, perde a sua alma e está fadado à decadência e ao desaparecimento” (KONDER<sup>1</sup>, 2012, p. 27).

---

<sup>1</sup> A citação referente a Marcos Konder foi escrita conforme a ortografia utilizada por ele em seus discursos e conferências, na edição fac-similar “A Pequena Pátria” edição comemorativa aos 90 anos da 1. ed. da obra e aos 50 anos de falecimento de Marcos Konder, destinada à guarda da memória da escritura.

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar, dentre os patrimônios culturais tombados de Itajaí, aqueles que se constituem como espaços de ações educativas em parceria com as escolas públicas de ensino médio para a construção da memória coletiva. O estudo tem o caráter de pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, de cunho histórico, pelos pressupostos da abordagem quali-quantitativa. O corpus documental é constituído pelos acervos existentes no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH), referentes aos patrimônios culturais tombados que contam a história do município, ressignificando as memórias dessa sociedade. O resultado buscou responder quais são os patrimônios culturais tombados de Itajaí que ofertam ações educativas e de que forma eles promovem a construção das memórias coletivas. Para elucidar tais questionamentos foi preciso pesquisar os espaços patrimoniais, seus gestores e os professores que trabalham com a temática do patrimônio cultural na escola. A consequência desse estudo tem a incumbência de pontuar a importância da memória nas unidades de informação, uma vez que é interdisciplinar e presente na Ciência da Informação (CI). O termo “lugares de memória”, cunhado por Pierre Nora (1993) e compreendido por Le Goff (2013), pauta o referido trabalho. Pois há modos de ver esses lugares de educação e memória e suas relações com os grupos pertencentes a essa sociedade por possuir significações relevantes na construção da memória coletiva.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Memória. Informação. Educação. Itajaí.

## **ABSTRACT**

The research aims to identify among the cultural heritage listed in Itajaí, those that constitute spaces for educational actions in partnership with public high schools for the construction of collective memory. The study has the character of applied, exploratory and descriptive research, of historical nature, by the assumptions of the qualitative and quantitative approach. The documental corpus is made up of the existing collections in the Center for Documentation and Historical Memory of Itajaí (CDMH), referring to the listed cultural heritage, which tell the history of the municipality, giving new meaning to the memories of this society. The result sought to answer which are the cultural heritage listed in Itajaí that offer educational activities and how they promote the construction of collective memories. To elucidate these questions, it was necessary to research the heritage spaces, their managers and the teachers who work with the theme of cultural heritage at school. The consequence of this study is to point out the importance of memory in information units, since it is interdisciplinary and present in Information Science (IC). The term “places of memory” coined by Pierre Nora (1993) and understood by Le Goff (2013) guides this work. There are ways to see these places of education and memory and their relationships with groups belonging to this society, as they have relevant meanings in the construction of collective memory.

**Keywords:** Cultural heritage. Memory. Information. Education. Itajaí.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Itajaí – localização .....	24
Figura 02 – Evolução histórica do surgimento do município .....	26
Figura 03 – Vista de Itajaí do morro da cruz .....	27
Figura 04 – Vista atual de Itajaí do morro da cruz .....	28
Figura 05 – Antigo prédio do Mercado Público Municipal .....	34
Figura 06 – Arquitetura atual do prédio do Mercado Público Municipal .....	35
Figura 07 – Casa Konder .....	37
Figura 08 – Fachada atual da Casa Konder .....	38
Figura 09 – Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão .....	41
Figura 10 – Palacete municipal .....	42
Figura 11 – Palácio Marcos Konder .....	44
Figura 12 – Casa Burghardt .....	46
Figura 13 – Casa Malburg .....	48
Figura 14 – Prédio da Fábrica de tecidos Renaux .....	50
Figura 15 – Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí .....	52
Figura 16 – Antiga Fiscalização do Porto com vista para o rio Itajaí-Açu .....	53
Figura 17 – Casa Lins .....	55
Figura 18 – Eventos na Igreja Matriz em construção .....	58
Figura 19 – Construção do relógio da Igreja Matriz .....	59
Figura 20 – Estação ferroviária Engenheiro Vereza .....	61
Figura 21 – Casa Almeida & Voigt .....	63
Figura 22 – Fachada atual da Casa Almeida & Voigt .....	64
Figura 23 – Casa Bauer & CIA .....	66
Figura 24 – Igreja Imaculada Conceição .....	67
Figura 25 – Fachada atual da Igreja Imaculada Conceição .....	69
Figura 26 – Hotel Itajaí .....	70
Figura 27 – Prédio da Sociedade Sebastião Lucas Pereira .....	72
Figura 28 – Capela Santa Terezinha .....	73
Figura 29 – Herbário Barbosa Rodrigues .....	75
Figura 30 – Casa da Cultura Dide Brandão .....	98
Figura 31 – Museu Histórico de Itajaí .....	99
Figura 32 – Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí .....	100

Figura 33 – Centro de Documentação e Memória Histórica .....	102
Figura 34 – Museu Etno-Arqueológico de Itajaí .....	103
Figura 35 – Divulgação dos espaços patrimoniais .....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Formação acadêmica dos gestores dos espaços patrimoniais .....	105
Gráfico 02 – Tempo de serviço do gestor em espaços patrimoniais .....	105
Gráfico 03 – Tempo de serviço como gestor no espaço patrimonial .....	106
Gráfico 04 – O espaço patrimonial possui livros das histórias e memórias locais ..	107
Gráfico 05 – O plano de aula contempla o patrimônio cultural local .....	109
Gráfico 06 – Existe material bibliográfico sobre o patrimônio cultural local.....	110
Gráfico 07 – Trabalha com entrevistas aos membros da comunidade .....	111
Gráfico 08 – Trabalha com documentos históricos na escola.....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Patrimônios culturais tombados do município de Itajaí .....	32
Quadro 02 – Cronograma histórico arquitetônico da Igreja Matriz .....	58
Quadro 03 – Processos metodológicos.....	90
Quadro 04 – Classificação dos espaços em lugares de educação e memória .....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDMH	Centro de Documentação e Memória Histórica
CEP/UEDESC	Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina
CI	Ciência da Informação
EFSC	Estrada de Ferro Santa Catarina
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FCI	Fundação Cultural de Itajaí
FGML	Fundação Genésio Miranda Lins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCO	Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
Pe	Padre
PIB	Produto Interno Bruto
PPGInfo	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação
SC	Santa Catarina
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1	JUSTIFICATIVA .....	20
1.2	OBJETIVOS .....	22
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>ITAJAÍ – COMO TUDO COMEÇOU</b> .....	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	<b>29</b>
3.1	PATRIMÔNIO CULTURAL ITAJAIENSE .....	31
<b>3.1.1</b>	<b>Mercado Público Municipal/Centro de Cultura Popular</b> .....	<b>33</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Casa Konder</b> .....	<b>36</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão</b> .....	<b>39</b>
<b>3.1.4</b>	<b>Palácio Marcos Konder</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1.5</b>	<b>Casa Burghardt</b> .....	<b>45</b>
<b>3.1.6</b>	<b>Casa Malburg</b> .....	<b>47</b>
<b>3.1.7</b>	<b>Ex-Fábrica Renaux</b> .....	<b>49</b>
<b>3.1.8</b>	<b>Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1.9</b>	<b>Casa Lins</b> .....	<b>54</b>
<b>3.1.10</b>	<b>Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento</b> .....	<b>56</b>
<b>3.1.11</b>	<b>Estação Ferroviária Engenheiro Vereza</b> .....	<b>60</b>
<b>3.1.12</b>	<b>Casa Almeida &amp; Voigt</b> .....	<b>62</b>
<b>3.1.13</b>	<b>Casa Bauer &amp; CIA</b> .....	<b>65</b>
<b>3.1.14</b>	<b>Igreja Imaculada Conceição</b> .....	<b>66</b>
<b>3.1.15</b>	<b>Hotel Rota do Mar</b> .....	<b>69</b>
<b>3.1.16</b>	<b>Sociedade Sebastião Lucas Pereira</b> .....	<b>71</b>
<b>3.1.17</b>	<b>Capela Santa Terezinha</b> .....	<b>72</b>
<b>3.1.18</b>	<b>Herbário Barbosa Rodrigues</b> .....	<b>74</b>
<b>4</b>	<b>MEMÓRIA</b> .....	<b>77</b>
4.1	MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA .....	80
4.2	LUGAR DE MEMÓRIA .....	82
<b>5</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>84</b>
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	84
5.2	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	87

5.2.1	Instituições pesquisadas .....	88
5.2.2	População e amostra .....	89
5.3	COLETA DE DADOS .....	90
5.3.1	Instrumento de coleta de dados.....	90
5.3.2	Procedimentos de coleta de dados.....	91
5.3.3	Procedimentos de análise e apresentação dos dados .....	92
5.4	METODOLOGIA DO PRODUTO FINAL.....	92
6	RESULTADOS.....	94
6.1	LUGARES DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DE ITAJAÍ .....	97
6.1.1	Casa da Cultura de Itajaí .....	97
6.1.2	Museu Histórico de Itajaí .....	99
6.1.3	Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí .....	100
6.1.4	Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí .....	101
6.1.5	Museu Etno-Arqueológico de Itajaí .....	102
6.2	A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA .....	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	114
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS GESTORES DOS ESPAÇOS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ .....	121
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ .....	123
	ANEXO A – DECRETO Nº 5755 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL/CENTRO DE CULTURA POPULAR .....	126
	ANEXO B – DECRETO Nº 5756 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA KONDER .....	127
	ANEXO C – DECRETO Nº 5757 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO .....	128
	ANEXO D – DECRETO Nº 5758 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PALÁCIO MARCOS KONDER .....	129
	ANEXO E – DECRETO Nº 5759 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA BURGHARDT .....	130
	ANEXO F – DECRETO Nº 5909 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA MALBURG .....	131

<b>ANEXO G – DECRETO Nº 5910 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA EX-FÁBRICA RENAUX .....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO H – DECRETO Nº 5992 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA ANTIGA SEDE DO EX-DNPVN/FISCALIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO I – DECRETO Nº 6017 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “CASA LINS” .....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO J – DECRETO Nº 3459 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DE IMÓVEIS .....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO K – DECRETO Nº 3460 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DE IMÓVEIS .....</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO L – DECRETO Nº 6577 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA” .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO M – DECRETO Nº 7926 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “ALMEIDA &amp; VOIGT” .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO N – DECRETO Nº 7925 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “BAUER &amp; CIA” .....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXO O – DECRETO Nº 7926 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO” .....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO P – DECRETO Nº 7927 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO “HOTEL ROTA DO MAR” .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO Q – DECRETO Nº 8252 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS PEREIRA” .....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXO R – DECRETO Nº 8417 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “CAPELA SANTA TEREZINHA” .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO S – DECRETO Nº 12.096 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO “HERBÁRIO BARBOSA RODRIGUES” .....</b>	<b>144</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, na contemporaneidade, procura estabelecer um diálogo mais profícuo com a educação; nesse contexto, a memória por ser interdisciplinar discorre com inúmeras áreas do conhecimento, como uma bússola indicando o agora e projetando o amanhã. Analisar o patrimônio cultural na atualidade emerge algumas inquietações no que tange à apropriação desse espaço patrimonial, como a coletividade utiliza e seu potencial educativo na construção do conhecimento da história e da memória de um povo.

A conexão entre memória, informação e construção do conhecimento é o amplo foco da pesquisa que se guiou pela Ciência da Informação (CI), pois constitui afinidades com esses conceitos, sendo indissociáveis, uma vez que a memória é habitual em diferentes áreas do saber.

Esta pesquisa trabalhou com as informações sobre os patrimônios culturais tombados para identificar quais e como esses lugares de memória desenvolvem ações educativas em parceria com as escolas públicas de ensino médio para a construção da memória coletiva.

A temática engloba a memória e o patrimônio cultural no município de Itajaí. A pesquisa contempla as diferentes organizações informacionais, isto é, os bens tombados que se caracterizaram como lugares de educação e memória, pautados na CI, dialogando com o patrimônio cultural, a informação e a memória (OLIVEIRA; RODRIGUES; CASTRO, 2017).

Importa mencionar que o município apresenta informações que podem ser consideradas como vestígios de memórias que compõem a história do município de Itajaí.

O pressuposto desta pesquisa é de cunho histórico, mas não se propõe rever o passado, e sim construir uma versão de sua história por meio de representações e lugares que o fenômeno da memória se faz presente. Pierre Nora (1993) concebe esses lugares – em que perpetuam sinais do passado e ressignificam o presente – como “lugar de memória”.

A problemática do patrimônio cultural pesquisado no âmbito da preservação pode até parecer muito usual, mas no aporte da análise dos vestígios de memórias e das histórias dos bens tombados na busca de classificá-las e inseri-las nas escolas públicas, provocando memórias coletivas, pouco se observa. De acordo com Choay

(2017, p. 18) “[...] A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva [...]”. É nesse sentido que esta pesquisa buscou tecer suas contribuições.

O Brasil possui o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937; no âmbito estadual, tem-se a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), fundada em 1979 e, no município de Itajaí, a Fundação Genésio Miranda Lins (FGML), criada em 1976, antes mesmo da FCC.

Em Itajaí, a FGML é a instituição que preserva a memória local, administrando o Centro de Documentação e Memória Histórica (CDMH), o Museu Histórico de Itajaí e o Museu Etno-Arqueológico. Esses são locais que acumulam inúmeros documentos que se caracterizam como testemunhas do passado, registros da memória itajaiense que produzem conhecimento, pois guardam e salvaguardam as informações sobre o passado histórico e cultural do município.

Como o CDMH contém os acervos documentais de patrimônios tombados, os quais contam uma história e o processo de suas memórias coletivas, foi um campo profícuo para pesquisar documentos que contêm informação, memória e história. Segundo Halbwachs (2006, p. 13) há “[...] distinção entre ‘memória histórica’, de um lado, pressupondo a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado, e por outro lado a ‘memória coletiva’[...]”.

Essa memória coletiva, abordada pelo autor, faz referência à recomposição do passado, ou seja, restabelecer, restaurar; enfim, rememorar a lembrança dando-lhe uma nova forma. Portanto, bens tombados podem ser concebidos como “lugares de memória” na perspectiva de Pierre Nora (1993).

As instituições que contam as histórias desses lugares por documentos conservados e pela edificação predial fazem valer que o patrimônio, muito além do bem tombado, viabiliza uma representação do passado. Assim, a edificação e os documentos são patrimônios da sociedade itajaiense.

Uma vez que os documentos são vestígios de memórias que determinam um tempo histórico e que hoje ressignificam lembranças deste dado momento, Le Goff (2013, p. 497) compreende que “o documento é monumento”. Para elucidar esta afirmação, o autor expõe que “[...] Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo [...]” (LE GOFF, 2013, p. 495).

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 2013, p. 497).

O CDMH é um espaço para pesquisa que permite acesso à informação de documentos que vinculam a história do município, por meio da biblioteca de apoio, hemeroteca (coleção de jornais), acervo iconográfico (fotografias e gravuras) e documentação pública – fontes que abarcam os registros da memória documental local. Busca a preservação, reflexão e representação da memória, tornando-se um espaço gerador da história cultural local e dos documentos que constituíram uma sociedade.

O corpus investigativo deste estudo foi concebido pelos acervos documentais existentes no CDMH, referentes aos bens tombados pelo governo do Estado e municipalidade que contam a história do município, ressignificando as memórias coletivas dessa sociedade. Também houve questionários com gestores dos espaços patrimoniais e com educadores das escolas públicas de Itajaí.

Importa mencionar que no município de Itajaí há 18 (dezoito) edificações tombadas, sendo elas: Mercado Público Municipal/Centro de Cultura Popular, Casa Konder, Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão, Palácio Marcos Konder, Casa Burghardt, Casa Malburg, Ex-Fábrica Renaux, Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí, Casa Lins, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, Casa Almeida & Voigt, Casa Bauer & CIA, Igreja Imaculada Conceição, Hotel Rota do Mar, Sociedade Sebastião Lucas Pereira, Capela Santa Terezinha. A última edificação tombada foi o Herbário Barbosa Rodrigues, com data de 18 de dezembro de 2020, tombamento homologado durante a referida pesquisa.

Os patrimônios tombados do município de Itajaí têm sido visitados por pesquisadores, turistas e estudantes que têm a curiosidade de conhecer a memória e história desse município. A memória coletiva e a história de um povo contribuem para a preservação de sua identidade, por isso é importante que façam parte do processo educativo. Partindo dessa premissa, levanta-se o seguinte questionamento de pesquisa: **Quais são os patrimônios culturais tombados de Itajaí que ofertam**

## **ações educativas e de que forma eles promovem a construção das memórias coletivas em parceria com escolas públicas de ensino médio?**

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa começa com a análise do patrimônio cultural do município de Itajaí, o qual possui monumentos tombados e documentos salvaguardados que os representam perante a sociedade. Esses patrimônios compostos por lugares e documentos foram selecionados por seus governos durante seu desenvolvimento político e administrativo, a fim de instituir memórias coletivas nos indivíduos que compõem essa sociedade. O que resiste não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas de uma escolha executada; os monumentos são os legados, enquanto os documentos são as preferências (LE GOFF, 2013).

A relevância da pesquisa, em sua dimensão social, busca a importância do patrimônio cultural do município de Itajaí por meio dos bens tombados, averiguando quais deles se potencializaram a tornarem-se lugares de educação e memória, transformando-os em espaços educativos. Destarte comentar as relações desses espaços com a construção das memórias coletivas nas escolas públicas de ensino médio do município Itajaí.

Nesta perspectiva, torna-se oportuno pesquisar, em sua dimensão educacional, os patrimônios culturais tombados de Itajaí que se transformaram em lugares de educação e memória envolvidos com as ações educativas que possibilitam a construção da memória coletiva nas escolas.

O caminho da pesquisa foi impulsionado pelo contato com autores que abordaram a temática do patrimônio cultural e da memória, refletindo sua relevância para a sociedade, contudo foram as experiências práticas que me possibilitaram pensar o grande valor deste conceito na escola pública. Pois, com esta articulação, o patrimônio cultural enriquecerá o conhecimento dos alunos dando sentido para além das memórias individuais, as coletivas.

Outro pensamento determinante para justificar a pesquisa, em uma dimensão pessoal, é que sou itajaiense, caminho por essas ruas constantemente, observo os bens tombados conhecidos por contar sua história. Alguns fechados, outros que não dizem para que servem; enfim, uma riqueza cultural arquitetônica com histórias e memórias que, para muitos, não fazem sentido. Percebo que o caminho para

classificá-los e percebê-los como história do passado viva no presente se dará na escola, em que os jovens possam reverberar no futuro suas histórias e memórias construídas nesse complexo processo de conhecer nossa história e valorizar a gama de riqueza local que temos em nosso município.

Sou professor da disciplina de arte e ministro aulas no ensino médio em Itajaí. Com esta investigação pretendo melhorar o conhecimento teórico e prático para dar retorno à comunidade, bem como colaborar com a pesquisa acadêmica, além de discorrer uma relação entre memória e arte. Smolka (2000) aborda esta analogia quando expõem que, desde a antiguidade, a memória tinha um papel de extrema importância na formação dos sujeitos por meio do processo de registros, nos quais predominava a utilização da imagem visual destacando-se na construção das memórias.

Um dos fatores preponderantes da investigação foi a revisão de literatura em uma dimensão histórica, abordando as relações entre informação, memória e patrimônio cultural. Neste momento, exercitar o senso crítico no que tange à informação foi característica primordial para sustentar o conceito de competência em informação (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017).

O historiador francês Jacques Le Goff (2013) é uma ampla referência nesta pesquisa. Em seu livro *História & Memória* e, particularmente, no capítulo Documento/Monumento, compreende os registros como documentos que lembram fatos passados e conseqüentemente tornam-se monumentos, portanto patrimônios. Neste sentido, propõe Le Goff (2013, p. 495): “[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou [...]”.

Para dialogar com Le Goff (2013) e elaborar o conceito de memória, utilizou-se das contribuições do sociólogo Maurice Halbwachs (2006) que aborda a “memória coletiva”, a reconstrução de um conjunto de lembranças.

Para trabalhar as memórias e memórias coletivas, foi preciso falar sobre os espaços que as proporcionam. Portanto, fora convidado à reflexão o historiador Pierre Nora (1993) propondo a expressão “lugares de memória” historicamente constituídos, em que se expressa e ancora a memória coletiva, um lugar constante no processo de ressignificação do fenômeno da memória. O autor conjectura o emprego dos monumentos públicos na construção da identidade cultural da sociedade.

Para analisar todos esses discursos, foi necessária uma dimensão política, pois os bens patrimoniados são atos contínuos de forças sociais estratégicas que decidem o que deve ser reconhecido e o que deve ser considerado patrimônio de uma sociedade, na relação de poder pela definição de suas identidades na construção do lugar, e que Pollak (1989, p. 9) analisa como a “[...] referência do passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”.

Em uma dimensão científica, a contribuição teórica, prática e de um produto final para a área da CI enaltece o patrimônio cultural, uma vez que discute a temática da memória, atual e interdisciplinar, reforçando mais uma das relevâncias da investigação.

Apresentados os motivos pela escolha da pesquisa, estruturou-se o caminhar da investigação. Conforme Severino (2007, p. 130) “[...] cabe adiantar a contribuição que se espera dar com os resultados da pesquisa [...]”, e que com seus resultados se “[...] desenvolva uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço, tornando-se mais consciente e atuante [...]” (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017 p. 13).

A presente dissertação recebe o título **Patrimônio Cultural Itajaiense: Espaço de Educação e Memória**, pesquisa científica no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

## 1.2 OBJETIVOS

Para conceber a síntese do que se almeja alcançar, na busca da resolução da problemática levantada, propõe-se os seguintes objetivos:

### 1.2.1 Objetivo geral

Identificar dentre os patrimônios tombados de Itajaí aqueles que se constituem como espaços de ações educativas em prol da memória coletiva nas escolas de ensino médio.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

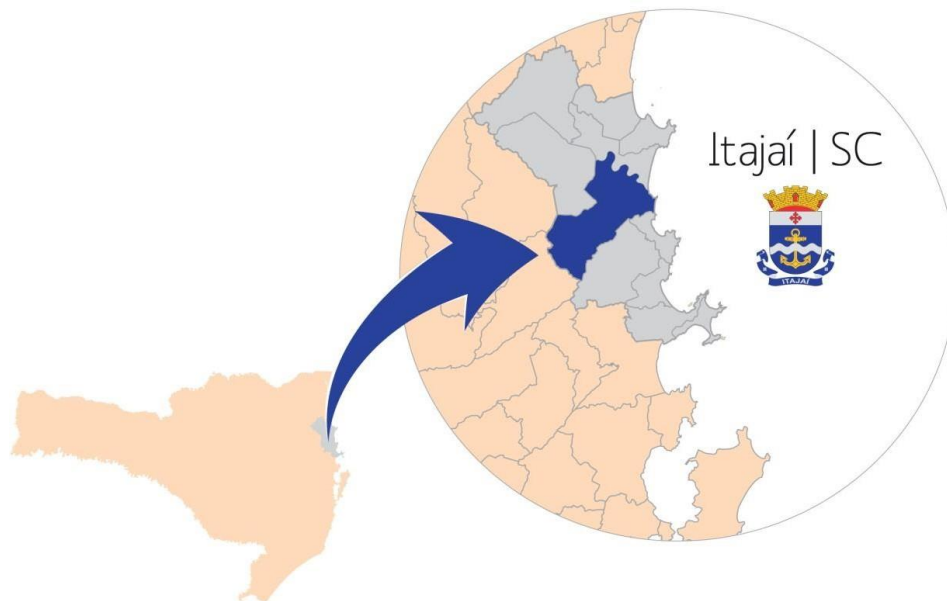
No ensejo de delinear os procedimentos da pesquisa, subordinados ao objetivo geral, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever, por meio das informações registradas em documentos históricos, as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados de Itajaí;
- b) identificar quais os patrimônios culturais tombados itajaienses desenvolvem ações educativas em parceria com as unidades escolares;
- c) analisar como os lugares de educação e memória desenvolvem ações educativas para a construção de memória coletiva;
- d) elaborar um guia para divulgar nas instituições educacionais os patrimônios culturais itajaienses que se transformaram em lugares de educação e memória.

## 2 ITAJAÍ – COMO TUDO COMEÇOU

O município de Itajaí situa-se no litoral norte do Estado de Santa Catarina (SC), considerado um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, destacando sua grande importância na economia regional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área atual do município de Itajaí é de 288.286 Km<sup>2</sup>, banhado pelo Oceano Atlântico e constituído no encontro do rio com o mar, proporcionando belíssimas praias e paisagens paradisíacas.

Figura 01 – Itajaí – localização



Fonte: Inventário Turístico-Cultural (2013).

A palavra Itajaí vem do Tupi-Guarani e significa rio que corre sobre as pedras, em menção ao Rio Itajaí-Açu, o maior rio da costa catarinense, que margeia o município. Segundo D'Ávila (2018, p. 23), foi encontrado pelo historiador Lucas Alexandre Boiteux “[...] o primeiro nome dado ao rio Itajaí-açu como ‘rio das Voltas’ no mapa de 1516 [...]”.

A influência indígena em seus primórdios, fez com que o município experimentasse inúmeras variações na escrita “Itajaí”, herança dos índios que viviam nessas terras. A relação do homem branco começa com o Tratado de



Tordesilhas<sup>2</sup> que acordou, por meio de uma linha imaginária, a divisão das terras do litoral catarinense entre Portugal e Espanha, no qual até o município de Laguna pertenceria a Portugal.

Os registros contam que o primeiro morador foi João Dias de Arzão em 1658, que tinha como ofício a procura de ouro pelo interior do país, recebendo uma sesmaria<sup>3</sup> às margens do rio Itajaí-Açu. A partir de 1777, as ocupações das terras começaram, primeiramente, por agricultores açorianos vindos de Florianópolis, naquela época a capital havia sido invadida por uma esquadra espanhola. Em seguida, chegaram os colonos oriundos de São Francisco do Sul.

No início do século XIX, além dos pequenos lavradores, alguns pescadores começaram a se fixar nessas terras em virtude dos rios Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim e do Oceano Atlântico. Em 1820, com Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond, enviado a Santa Catarina pelo ministro de Dom João VI, estabeleceu-se uma colônia em terras da região.

Evocando a figura varonil e sublime de Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond, rendemos à sua memória as homenagens do nosso respeito e da nossa admiração, curvemo-nos perante a sua vida tão cheia de ensinamentos e porfiemos em imitá-lo nas virtudes cívicas, em que ele jamais foi excedido – no amor e no zelo pelo Brasil. (KONDER, 2012, p. 31).

Nesse ano, a atividade econômica em Itajaí era a extração de madeira, o que trouxe muitos açorianos a constituírem residência. Foi nesse momento que começou a distribuição das terras e a abertura de ruas, um marco para a história do município.

Esse pujante crescimento fez com que o comércio ganhasse força, surgindo a figura de Agostinho Alves Ramos em 1823, um comerciante português que organizou o povoado, cedendo em sua casa um espaço para funcionar como capela; ali, de tempos em tempos, vinha um capelão celebrar missa. No ano seguinte, requereu ao bispo da cidade do Rio de Janeiro a criação de um curato<sup>4</sup> resultando, em 31 de março, o Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí, com a nomeação do primeiro vigário.

---

<sup>2</sup> O Tratado de Tordesilhas, em 1494, foi um documento assinado pelos países de Portugal e Espanha, na vila espanhola de Tordesilhas, com o objetivo de delimitar, por meio de uma linha imaginária, as posses espanhola e portuguesa do território da América do Sul.

<sup>3</sup> Sesmaria foi um sistema português, adaptado no Brasil, que normatizava a distribuição de terras.

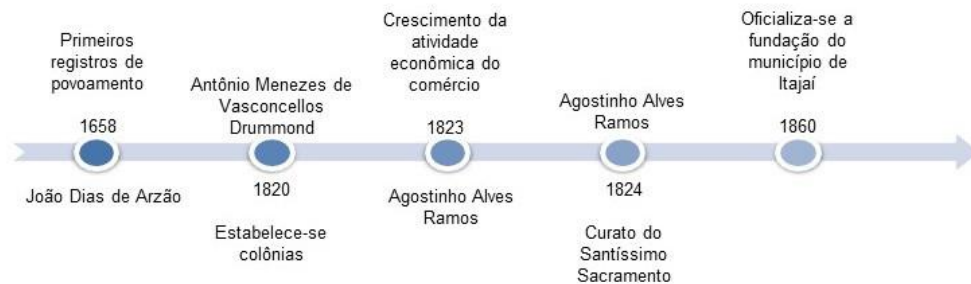
<sup>4</sup> Curato era considerado uma zona geográfica eclesiástica da igreja católica, comunidade religiosa com uma igreja menor ou uma capela onde um Cura residia e organizava as atividades religiosas sob a dependência de uma paróquia e um Capelão.

Agostinho Alves Ramos organizou a construção da primeira igreja, ainda edificada com paredes de taipa e, posteriormente, de pedra e cal, construída por Simeão, escravo de Agostinho. Em agosto de 1833, o então povoado foi elevado à Paróquia do Santíssimo Sacramento e, em 1859, recebeu a categoria de Vila.

[...] Em 1859, o município de Itajaí tinha uma extensão muito maior. O seu termo – como então se dizia –, isto é, o seu território, foi demarcado pela Lei Provincial nº 510, de 27 de abril de 1861, e se limitava ao norte com São Francisco do Sul, pelo rio Itapocu, ao sul com Porto Belo, pelas vertentes do Morro do Boi, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Lages, pelos contrafortes da Serra Geral. (D'ÁVILA, 2018, p. 21).

O município de Itajaí foi criado pela Lei n.º 164, de 04 de abril de 1859, mas somente em 15 de junho de 1860 foi oficializada sua fundação, por meio de ata da instalação do município de Itajaí. A seguir, observa-se sua evolução histórica.

Figura 02 – Evolução histórica do município



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base no Inventário Turístico-Cultural (2013).

Sua colonização se deu pela vinda dos portugueses e espanhóis, expandindo-se com os imigrantes alemães e italianos. Segundo Rothbarth (2010, p. 19), “[...] O rio, próximo ao mar, a Mata Atlântica, uma bela planície, tudo era um convite para os imigrantes se estabelecerem e constituírem suas famílias. [...] construíram uma cidade que, nos dias de hoje, apresenta-se graciosa e hospitaleira [...]”, que pode ser apreciada na figura 03.

Após a emancipação política-administrativa do município de Itajaí, muitos imigrantes alemães começaram a se destacar como comerciantes e em atividades

relacionadas com o porto de Itajaí, novos negócios foram realizados e o município ganhou grande visibilidade (D'ÁVILA, 2018). Assim, começaram a vislumbrar as grandes construções de casas e órgãos institucionais, as quais serão abordadas nos próximos capítulos.

Figura 03 – Vista de Itajaí do morro da cruz



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1942).

O crescimento populacional do município, segundo estudos do IBGE e registrado no livro “Pequena História de Itajaí”, apresenta seu crescimento através das décadas. Na década de 40, registrou 44.204 habitantes (década representada pela figura 3). Quarenta anos após, em 1980, a população quase dobrou passando a ter 86.456 habitantes. No ano 2000, havia 147.494 habitantes e, no censo demográfico de 2010, perfazia um total de 183.373 habitantes; estima-se que no ano de 2020 havia 223.112 habitantes, segundo dados do IBGE<sup>5</sup>.

O aumento da população proporcionou a evolução no campo da construção civil – o mesmo ângulo fotográfico da figura 03 (1942) e 04 (2018) apresenta o desenvolvimento do município nessa área. Itajaí cresceu, evoluiu e, em virtude de sua colonização, mesclaram-se vários estilos arquitetônicos nas edificações da cidade. Hoje, é uma cidade como tantas outras, com construções do início do século que contam sua história e que deixaram vestígios de memórias em sua trajetória. Listam-se entre elas as casas de entes ilustres que marcaram a história de Itajaí, e

<sup>5</sup> Site pesquisado: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itajai/panorama>

as pequenas e grandes igrejas que, atualmente, corroboram com o visual arquitetônico e histórico cultural da cidade.

Figura 04 – Vista atual de Itajaí do morro da cruz



Fonte: <https://olhares.com/foz-do-rio-itajai-acu-itajai-santa-catarina-foto9449197.html> (2018).

A qualidade de vida no município de Itajaí tem fascinado inúmeras empresas que deparam mão de obra qualificada, condições e incentivos econômicos favoráveis ao desenvolvimento. Itajaí, em 2015, foi apontada como uma das 100 melhores cidades do Brasil para o investimento em imóveis em virtude de seu forte crescimento econômico. Esse desempenho desafia contentemente o município a incrementar cada vez mais sua economia e mantê-la forte entre as melhores cidades de SC.

Esses foram alguns dos acontecimentos que fizeram e fazem a história do município ser contada por meio de seus patrimônios culturais tombados, no qual os “lugares de memória” se eternizaram ressignificando as memórias da sociedade e na construção de novas memórias coletivas dessa cidade chamada Itajaí.

### 3 PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio é o conjunto de todos os bens, sejam eles materiais ou imateriais, considerados de suma importância para perpetuar entre as gerações a identidade cultural de uma sociedade. Isto posto, o patrimônio cultural se manifesta na forma física com os monumentos e documentos.

Esses monumentos e documentos são suportes da memória, a partir dos quais a história reaparece e faz ressignificar as memórias. Portanto, os objetos, lugares e documentos carregam aspectos simbólicos, memoriais e culturais. Assim sendo, a memória e a história são partes na reconstrução do passado (SPINA; SERRATTO, 2015).

Conforme Choay (2017, p. 26): “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo.”. Le Goff (2013, p. 486) considera que “O *monumentum* é um sinal do passado” e, ainda, “[...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”.

A palavra patrimônio tem origem no termo grego “*pater*”, que significa “pai” ou “paterno”. Assim, o patrimônio tece relações com tudo aquilo que é e foi deixado pela figura simbólica do pai aos seus herdeiros. A origem da palavra remete à antiguidade romana num conceito de propriedade e bens familiares do “*pater*”, trata-se de uma versão que tem o sentido de o que se possui, o que se tem (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Discorrer sobre patrimônio cultural é falar das escolhas que a sociedade da época realizou e, na atualidade, é rememorar esses patrimônios, refletindo sobre as escolhas efetuadas por nossos antecessores, além de aplicar políticas públicas para sua preservação. Segundo Camargo (2005, p. 96), o “Patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário.”.

Lemos (2010, p. 30) relata que não basta somente saber o que é patrimônio cultural, mas que se deve preservá-lo. “Devemos, então de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural.”.

Por isso, preservar é procurar manter vivo o uso e os costumes da sociedade, sejam eles por meio do “saber fazer” ou de uma edificação que conta e mantém viva

a história por memórias ressignificadas por aqueles que viveram a época ou por documentos, vestígios de memória que contam a história. Há que se prevaleça o intuito de preservar para as futuras gerações esta gama de informação (LEMOS, 2010).

Corroborando com Lemos (2010), Funari e Pelegrini (2006) relatam que os valores sociais mudam com o tempo, por este motivo deve-se analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos existentes naquela sociedade.

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 29).

O patrimônio cultural abarca três principais conceitos: a história, a memória e a identidade, relacionadas entre si. Conforme Kern e Mutter (2012, p. 185), “[...] o patrimônio cultural de uma sociedade, região ou nação, que oferece várias peculiaridades em suas características, é reconhecido e protegido dentro de suas categorias.”. Tornam-se portas do presente para o passado, verdadeiros marcos na difusão do conhecimento, da compreensão e da consciência histórica.

O patrimônio cultural “é um alicerce para o desenvolvimento da cidadania. Assim, deve-se reconhecer o direito à memória histórica e a obrigação de contribuir para a preservação dos bens culturais brasileiros.” (KERN; MUTTER, 2012 p. 195-196).

História, memória e identidade são conceitos que precisam ser difundidos para que a preservação ocorra. Conforme Kern e Mutter (2012, p. 196), “[...] pois somente depois que esses conceitos representarem algum sentido aos indivíduos, será possível efetivamente preservar o patrimônio cultural da cidade [...]”. E a cultura será preservada para as futuras gerações quando muitos patrimônios se tornarem “lugares de memória”, perpetuando para o futuro o passado que ocorreu naquela sociedade.

O patrimônio cultural no Brasil tem o sentido intrínseco de constituir identidade a uma sociedade. Na década de 20, em virtude do descaso com a preservação dos monumentos arquitetônicos, houve um movimento denunciando e solicitando restauração dos patrimônios nas cidades históricas. Contudo, somente

na Constituição<sup>6</sup> de 1934 observa-se, em seu artigo 10, o objetivo de dar responsabilidade ao poder público pela manutenção, preservação e restauro dos monumentos.

Foi criado no Brasil, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio da Lei n.º 378 de 13 de janeiro, conforme consta no artigo 46: “Fica creado [sic] o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz [sic] e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento [...]”. Em novembro do mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 25 organiza como se dará a proteção do patrimônio, regulamenta o ato de tombamento, designa o SPHAN como o órgão competente para essa política e conceitua o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional.

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

No ano de 1979, criou-se a Fundação Nacional Pró-Memória, extinta em 1990, destinada a “[...] contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País” (BRASIL, 1979, *online*). O SPHAN passou por algumas nomenclaturas se transformando em secretaria, departamento e, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A Constituição de 1988 oferta amparo legal ao tombamento e conservação do patrimônio cultural, entretanto cabe às administrações estaduais e municipais zelarem pela proteção do patrimônio cultural local.

### 3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL ITAJAIENSE

O patrimônio cultural de uma cidade, para além do pensar em monumento/documento, apresenta a existência de uma cidade imaginária. Pesavento (2007) compreende que são as portas para os vestígios de memórias entrarem em cena por meio da história, abarcando as experiências do vivido,

---

<sup>6</sup> Site pesquisado: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)

transmitido no presente, momento do agora, para os que não estiveram em um outro tempo, no passado.

O patrimônio cultural – compreendido como um saber local – permeia as ações na busca de investigar os espaços, monumentos que caracterizaram uma época, rompendo com um passado distante e vivenciando um possível passado não tão distante assim. Pierre Nora fez um diagnóstico acerca do tempo presente e nele destacou sua relação com o patrimônio cultural e com a memória. Esta relação no campo da história foi pioneira e inovadora, abrindo perspectivas para novas análises (GONÇALVES, 2012).

O patrimônio cultural local busca o campo da nova história cultural que, segundo Pesavento (2003, p. 18), “[...] seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações [...]”. Portanto, a história cultural torna-se “[...] uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado [...]”, além de uma das intenções dessa narrativa incidir em transformar um espaço em um lugar, “[...] portador de um significado e de uma memória.” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

O município de Itajaí conta com dois órgãos responsáveis pela gestão histórico-cultural da cidade, um que trata com especificidade sobre o patrimônio histórico – a Fundação Genésio Miranda Lins (FGML), e o outro órgão responsável pela fruição, acesso e outras demandas da cultura local, que é a Fundação Cultural de Itajaí (FCI).

A FGML foi o primeiro órgão público voltado aos fins culturais. Em todos esses anos, a fundação incentiva, apoia, promove e patrocina ações voltadas ao patrimônio cultural local. Itajaí dispõe de dezoito bens tombados por legislação municipal e estadual, os quais são descritos a seguir.

Quadro 01 – Patrimônios culturais tombados do município de Itajaí

<b>PATRIMÔNIOS CULTURAIS TOMBADOS</b>	<b>LEGISLAÇÃO DO TOMBAMENTO</b>
Mercado Público Municipal / Centro de Cultura Popular	Decreto n.º 5755 de 17 de dezembro de 1998 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Casa Konder	Decreto n.º 5756 de 17 de dezembro de 1998 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão	Decreto n.º 5757 de 17 de dezembro de 1998
Palácio Marcos Konder	Decreto n.º 5758 de 17 de dezembro de 1998 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Casa Burghardt	Decreto n.º 5759 de 17 de dezembro de 1998 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001



Casa Malburg	Decreto n.º 5909 de 27 de abril de 1999 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Ex-Fábrica Renaux	Decreto n.º 5910 de 27 de abril de 1999
Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí	Decreto n.º 5992 de 06 de outubro de 1999 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Casa Lins	Decreto n.º 6017 de 02 de dezembro de 1999
Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	Decreto n.º 3459 de 23 de novembro de 2001
Estação Ferroviária Engenheiro Vereza	Decreto n.º 6577 de 30 de julho de 2002
Casa Almeida & Voigt	Decreto n.º 7924 de 26 de junho de 2006 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Casa Bauer & CIA	Decreto n.º 7925 de 26 de junho de 2006 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Igreja Imaculada Conceição	Decreto n.º 7926 de 26 de junho de 2006
Hotel Rota do Mar	Decreto n.º 7927 de 26 de junho de 2006 Decreto n.º 3460 de 23 de novembro de 2001
Sociedade Sebastião Lucas Pereira	Decreto n.º 8252 de 08 de junho de 2007
Capela Santa Terezinha	Decreto n.º 8417 de 16 de novembro de 2007
Herbário Barbosa Rodrigues	Decreto n.º 12.096 de 18 de dezembro de 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os patrimônios culturais tombados, além do espaço edificado, possuem histórias e memórias que se entrelaçam com a história de Itajaí. Conforme Pesavento (1995b, p. 284), discorrer, assim, “[...] pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária.”.

Para pensar além do espaço arquitetônico, é interessante conhecer as histórias e as memórias que perduram nos dezoito patrimônios culturais tombados do município de Itajaí.

### 3.1.1 Mercado Público Municipal/Centro de Cultura Popular

O Mercado Público se localiza na antiga “Praia do Rio” denominada, na atualidade, de Praça Felix Busso Asseburg, na Avenida Ministro Victor Konder – conhecida como Beira Rio. Sua inauguração foi em 1.º de janeiro de 1917, conforme figura 05, datada desse ano. Edificado para especialmente atender a comerciantes, pescadores e agricultores do município.

A história dessa construção começa bem antes. “Conforme assentamentos históricos, já em 1871, o conselheiro Antônio Francisco de Souza Medeiros, escutando as “súplicas” dos moradores, empenhava-se (...) sobre a necessidade da

construção de um mercado público.” (MOREIRA, 2016, p. 127). A população tinha certa dúvida se realmente tal obra sairia do papel. “Os que sobreviveram às várias anúncios de um mercado público na cidade puderam simplesmente constatar: ‘E não é que está pronto?’” (MOREIRA, 2016, p. 127).

Figura 05 – Antigo prédio do Mercado Público Municipal



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1917).

Este espaço assentou empório a varejo de gêneros secos e molhados; mais tarde, comercializou tecidos e também chegou a ter um açougue. “Tenho lembranças do tempo da Guerra quando se precisava ir de madrugada para comprar carne [...]. Era preciso apresentar uma ficha, que se adquiria na prefeitura, para ter direito a um peso de carne.” (ROTHBARTH, 2010, p. 132).

Conforme Moreira (2016, p. 127): “Nos relatórios das obras públicas da época (1915), encontram-se registradas ‘as urgentes providências’ determinadas pelo superintendente Marcos Konder ‘para que a construção do mercado municipal seja um fato.’” Então, em 1916, começaram a construção do prédio com inúmeras aberturas, cada entrada continha portões de ferro trabalhado, seus frontões eram grandiosos, uma construção em estilo eclético com traços peculiares da arquitetura germânica, toda sua estrutura em madeira.

Ocorreu um incêndio e o mercado precisou ser reformado e teve modificadas suas fachadas. Essas modificações não foram feitas apenas pelo incêndio, mas também porque foi uma época de usar a modernidade que chegava ao país e ao qual este se impunha e assim, os ornamentos externos foram destruídos, as paredes que eram decoradas com frisos retos

e os frontões foram demolidos. E o mercado ficou com a aparência atual. (MACHADO, 2001, p. 84).

Reinaugurado, posteriormente ao incêndio em 1936, tornou-se um centro de comércio pujante da região, o espaço contava com restaurante, venda de verduras, frutas, artesanatos e produtos coloniais. Ornando com toda essa gama de comércios, um esplêndido chafariz centrado no pátio interno do prédio, atributo marcante das construções ibéricas. Com esta alteração predial em relação ao incêndio, demoliram os frontões, e aspectos da arquitetura em voga na época entra em vigor a Art Déco<sup>7</sup> que aparece nas linhas e colunas retas da edificação.

O Mercado Público se exhibe com linhas do romantismo alemão, uma inegável influência ibérica que pode ser apreciada na figura 06. No pátio interno, o chafariz com ladrilhos proporciona aspectos mourisca-andaluza<sup>8</sup>, obra do italiano Luigi Colari, espaço onde músicos se apresentam até os dias atuais.

Figura 06 – Arquitetura atual do prédio do Mercado Público Municipal



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (s/d).

<sup>7</sup> Art Decó é um estilo artístico que nasceu na Europa nos anos 20, influenciando na arquitetura, design de interiores e em outras áreas, caracteriza-se pelo uso de formas geométricas ou estilizadas, ornamentos e design abstrato, prezando pela simplicidade da forma.

<sup>8</sup> A arquitetura mourisca veio da arquitetura islâmica na Península Ibérica, no norte da África e também partes de Portugal e Espanha, onde os andaluzes foram influentes. Em suas construções existem espaços que se apresentam na forma quadrada, desenvolvendo uma área interna denominada Pátio Andaluz, normalmente adornada por azulejos e fontes de água.

Em 1997, por meio de uma grande reforma, passou a ser conhecido como “Centro de Cultura Popular”, onde artesãos expõem suas obras e um variado ambiente de artesanatos se faz presente, além de shows e opções de gastronomia. Muitas dessas reformas contribuíram para descaracterizar inúmeros vestígios de arquitetura da época.

Em 17 de dezembro de 1998, por meio do decreto n.º 5.755, o Mercado Público foi tombado se tornando oficialmente patrimônio histórico cultural do município de Itajaí e, em 23 de novembro de 2001, tombado pelo Estado de Santa Catarina por meio da FCC.

Em 2011, o Mercado Público padece uma interdição, liminar concedida pela Vara da Fazenda Pública de Itajaí, sinalizando a ausência de documentação, ou seja, os alvarás indispensáveis ao prédio e a deficiência de segurança estrutural. No ano seguinte, começam as tratativas para o restauro e o aparelhamento documental do prédio. No ensejo fazem licitação para a ocupação dos sete espaços comerciais do Mercado Público, alguns atrasos aconteceram na obra, apenas em junho de 2013 o Mercado Público foi reinaugurado.

### **3.1.2 Casa Konder**

A Casa Konder foi erguida no final do século XIX, idealizada por Markus Konder, nascido na Alemanha, trazido ao Brasil pela família Malburg para ser professor de seus filhos, ocupando esta função temporariamente; pois, a convite de Malburg, passou a escriturário e gerente de empresas (MACHADO, 2001; REIS, 2016).

Alguns anos depois, Markus Konder se casa com Adelaide Flores, abre seu próprio negócio e encomenda a construção da casa a Reinhold Roenick, o mesmo que edificou a casa Malburg e Burghardt. A propriedade está localizada na rua Lauro Muller, no centro de Itajaí. Na frente da casa, ele mantinha sua firma de importação e exportação. Markus Konder não conseguiu completar a construção da residência que fizera para sua família, conforme Machado (2001. p. 44): “Em 1898, viaja para a Alemanha e é internado em Hamburgo, onde faleceu.”.

Portanto, coube a seu filho [Marcos Konder], que possuiu o mesmo nome de seu pai, a incumbência de conclusão da obra. A casa foi finalizada quando o corpo

embalsamado de Markus Konder chegou a Itajaí para seu sepultamento (REIS, 2016).

A Casa Konder foi arquitetada com inúmeros itens que fazem dela um belíssimo exemplar, com vidros belgas, telhas francesas, azulejos e ladrilhos portugueses; em suas fachadas frontal e lateral havia nichos com estátuas. A casa possui dois pavimentos, lembrando as casas senhoriais do Vale do Reno, na aldeia de Schweich, onde Markus nasceu.

Para a época, a Casa Konder era monumental: à frente, uma grande porta ladeada por duas grandes janelas a cada lado – aberturas dos dois grandes salões de recepção, separados pelo vestibulo, uma ampla sala de refeição abrindo-se para uma grande varanda. À direita, dois quartos. No pavimento superior, cinco amplos dormitórios. (REIS, 2016, p. 71).

Sua arquitetura é caracterizada pelas colunatas, na fachada principal o frontão reto e arcos plenos em suas aberturas, possui ainda uma sacada de gradis de ferro conforme mostra a imagem a seguir.

Figura 07 – Casa Konder



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1978).

No ano de 1910, a Casa Konder foi sede do Comitê Civilista Pró-Rui Barbosa, criado por Marcos, Victor e Adolpho Konder, filhos do Markus Konder, com isso a casa recebia ilustres personalidades da política republicana.

Nessa propriedade residiram inúmeros políticos do cenário Municipal, Estadual e Federal, tais como os ex-governadores de Santa Catarina: Adolfo Konder (1926-1930), Irineu Bornhausen<sup>9</sup> (1951-1956), Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979 / 1994-1995) e Jorge Konder Bornhausen (1975-1979), além do ministro da viação e obras públicas Victor Konder (1926-1930) e do superintendente municipal Marcos Konder. D'Ávila (2018, p. 374-375) descreve Marcos Konder como “superintendente municipal eleito sucessivamente para os quadriênios: 1915/1918, 1919/1922, 1922/1926 e 1926/1930. Não pôde concluir o último quadriênio em virtude da Revolução de 1930.”.

Em 1980, a casa foi adquirida pela Caixa Econômica Federal que a utilizou até 1998, quando houve uma parceria com a Prefeitura de Itajaí e pelo decreto municipal n.º 5.756 foi homologado seu tombamento. Também já abrigou a livraria e editora Casa Aberta, um dos iniciais sebos de Santa Catarina e pioneiro no município.

Figura 08 – Fachada atual da Casa Konder



Fonte: Acervo do autor (2021).

---

<sup>9</sup> Irineu Bornhausen – Prefeito eleito, tomou posse do cargo a 2 de abril de 1936. Com o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi mantido no cargo. Renunciou em 12 de março de 1939 (D'ÁVILA, 2018, p.375).

A casa, por um período, acolheu o arquivo histórico de Itajaí sob o cuidado da FGML. Atualmente, encontra-se preservada como pode ser apreciada na figura 08. Segundo Reis (2016, p. 71), “[...] a Casa Konder é uma das grandes testemunhas, ainda que estática, das glórias, alegrias e lágrimas da comunidade itajaiense.”. É um arcabouço de histórias para o município de Itajaí, o Estado de Santa Catarina e o país, pois dali surgiram grandes expoentes da política brasileira.

### 3.1.3 Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão

A edificação foi erguida em 1913, um tipo de construção que já existia no estado de São Paulo, o Grupo Escolar. Este imóvel, em Itajaí, seguiu o mesmo conceito, criando a seção masculina e a feminina. Para que isto ocorresse, conforme Machado (2001, p. 68): “Os Grupos Escolares em Santa Catarina foram criados por lei estadual em 1911, no governo de Vidal Ramos.”.

Esse novo padrão de escola vinha com a proposta de romper com as classes multisseriadas, em que apenas um professor ensinava todas as crianças e de todas as idades. Nesse modelo de Grupo Escolar havia seriação e um professor para cada turma, foi uma inovação na educação para a época. O Grupo Escolar Victor Meirelles foi inaugurado em 04 de dezembro de 1913.

Sua fachada grande e imponente, possuindo sete janelas, situa-se para Rua Hercílio Luz; hoje, a principal rua do comércio no município. Em sua lateral possui uma porta que dá acesso ao hall de entrada situado na Praça Marcos Konder, ao lado do Museu Histórico de Itajaí. O construtor João Selva utilizou plantas arquitetônicas dos modelos do estado de São Paulo.

Os mobiliários vieram dos Estados Unidos e de São Paulo. Nele foi reservado espaço para um pequeno gabinete de física e química, havia também um piano para as aulas de canto.

Ainda me lembro da sala de aula, com carteiras duplas, tinteiros embutidos nas carteiras, a mesa do professor e o armário para guardar os cadernos de exercícios dos alunos. Todas as manhãs, antes das aulas, seu Lúcio<sup>10</sup> vinha com a garrafa de tinta para preencher os tinteiros. Os alunos, do terceiro e

<sup>10</sup> “Seu” Lúcio, o servente, batia o sino para a entrada às aulas. Os alunos, formados em filas de dois, os menores na frente, tomando distância com o braço direito, entravam acompanhados de seus professores e paravam na frente da sala, no varandão interno que rodeava o prédio, para cantarem uma canção escolar. “Estudante do Brasil, tua missão é a maior missão...” (ROTHBARTH, 2010, p. 86).

quarto ano, usavam as famosas canetas com penas de alumínio, que eram molhadas no tinteiro, e o mata-borrão para secar a escrita. (ROTHBARTH, 2010, p. 86).

Nessa época, conhecida como a era da lousa, tinham também os cadernos quadriculados para as aulas de matemática e o caderno de caligrafia para as aulas de português. “Parece que foi ontem. Os alunos correndo no pátio, na hora do recreio, os meninos de um lado, as meninas do outro, as professoras entre eles, caminhando e cuidando para que nada lhes acontecesse.” (ROTHBARTH, 2010, p. 87).

Com o passar dos anos, foi incorporado o curso complementar, eram dois anos a mais depois do curso primário; com o tempo, também foi substituído pelo Normal Regional, voltado para a formação do magistério. Vieira e Silva (2016a, p. 108) explicitam que “Excelentes serviços sócio-educacionais prestou este Estabelecimento de Ensino na formação de tantas gerações! Itajaí muito lhe deve! Da lousa à Seleta em Prosa e Verso, correspondeu aos propósitos da Educação Catarinense.”.

Destarte que, mesmo assim, o ensino catarinense continuava desigual entre as regiões do estado, pois

A forma racional de escolarização do ensino público catarinense, no entanto, não conseguia ocultar a diferenciação que se estabeleceu entre o ensino público das cidades maiores, em que passaram a existir os Grupos Escolares, e o ensino dos núcleos urbanos menores e da zona rural, que continuaram com as Escolas Isoladas. (D’ÁVILA, 2013, p. 17).

O Grupo Escolar Victor Meirelles permaneceu em funcionamento durante 68 anos. “Em 1981, o Grupo Escolar foi instalado num prédio novo, construído numa área anexa, onde, antigamente, os alunos praticavam esporte. O antigo prédio ficou desocupado, e, desta forma, tornou-se um espaço ocioso.” (OLIVEIRA, 2011, p. 240). Nesse período começava um movimento cultural das escolinhas de arte e, em Itajaí um grande movimento em prol de um festival de inverno que traria uma possibilidade formativa e de apreciação das artes, vislumbrando o prédio ocioso para acolher a arte itajaiense.

Os artistas do município perceberam que aquele prédio (apresentado na figura 09) era o espaço perfeito para o desenvolvimento da arte itajaiense. Em 1982,



passa a funcionar no antigo prédio do Grupo Escolar Victor Meirelles a Casa da Cultura Dide Brandão<sup>11</sup>.

Com o passar dos anos, a Casa da Cultura foi acomodando em suas dependências inúmeras atividades artísticas, um celeiro da arte catarinense. “Os muros foram demolidos ampliando o espaço que se integrou ao do Palácio Marcos Konder e à Praça Arno Bauer” (ROTHBARTH, 2010, p. 87).

Figura 09 – Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1981).

A Casa da Cultura Dide Brandão é um órgão que pertence à Fundação Cultural de Itajaí (FCI), foi tombada pelo município com o decreto n.º 5.757 de 17 de dezembro de 1998; porém, como o prédio já estava sendo ocupado pela Casa da Cultura, seu tombamento foi homologado como prédio da Casa da Cultura e não como Grupo Escolar Victor Meirelles.

Conforme Fernandes e Pitz (2013, p. 171), “[...] é um espaço que converge arte e cultura, por meio da realização de exposições e abertura de espaços ao oferecimento de cursos à comunidade, unindo formação e sensibilização para as artes.”. Seja Grupo Escolar Victor Meirelles ou Casa da Cultura Dide Brandão, o espaço se transformou em um lugar carregado de histórias e memórias e, ainda

---

<sup>11</sup> “O nome escolhido foi em homenagem ao artista José Bonifácio Brandão (Dide Brandão): pintor, desenhista, gravurista, entalhador e escultor; o mais notável artista plástico de Itajaí no conceito do historiador Professor Edison d’Ávila.” (OLIVEIRA, 2011, p. 241).

hoje, construtor de novas memórias. A Casa da Cultura é a casa da arte itajaiense e faz jus ao seu nome.

### 3.1.4 Palácio Marcos Konder

A construção do Palácio Marcos Konder iniciou em 1920, o arquiteto foi o alemão Jacob Goettmann; construção em estilo eclético. “O ecletismo é a expressão das alterações socioeconômicas típicas do século XIX, introduzidas pela Revolução Industrial.” (VIEIRA FILHO, 2016b, p. 131). A arquitetura apresenta ornamentos clássicos com pilastras e cimbras, arco pleno nas aberturas, telhado em estilo europeu, porão alto e, no hall, percebe-se a influência do estilo Art Nouveau<sup>12</sup>, destacando a luxuosa escadaria em madeira.

Figura 10 – Palacete municipal



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1925).

Em 22 de outubro de 1925, ou seja, cinco anos após o início de sua construção, foram inaugurados e abrigados no edifício os três poderes, sendo a prefeitura em seu piso térreo, a Câmara de Vereadores no piso superior; e o Fórum

<sup>12</sup> *Art Nouveau* ou Arte Nova foi um movimento artístico que surgiu no final do século XIX, e apresenta um estilo internacional de arquitetura e de artes decorativas.

da Comarca de Itajaí no subsolo; naquele período a construção foi alcunhada de Palacete Municipal.

O prédio era protegido por muros altos, com grades de madeira e cercado por jardins. Aos fundos ficavam o galpão e o pátio onde eram guardados os utensílios de trabalho dos operários, as carroças e os cavalos pertencentes à administração municipal. Era o bastante para bem governar nossa cidade, pequena e hospitaleira. (ROTHBARTH, 2010, p. 89).

Em 1950, o Fórum da Comarca de Itajaí muda de local, a Prefeitura de Itajaí utiliza o subsolo com novas dependências do executivo municipal. A homenagem a Marcos Konder<sup>13</sup> ocorreu por meio da Lei n.º 451, de 15 de agosto de 1962. Marcos Konder foi superintendente municipal de 1915 a 1930, com as mesmas funções e atribuições do cargo de prefeito da atualidade.

A Prefeitura de Itajaí, em 1972, transfere-se para um novo prédio. Nos anos seguintes – até a década de 80 – funcionou, no palácio, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de promover a alfabetização funcional aos analfabetos do município. Em seu subsolo funcionava o posto cultural, balcão de empregos e as escolinhas de arte.

Durante o evento do 4.º Festival de Inverno, que ocorria nos meses de julho, o município respirava cultura por meio de concertos, conferências, feiras, mostras, cursos e inúmeras apresentações. Nesse contexto foi que João Amaral Pereira conversou com o prefeito da época sobre sua intenção de criar um museu no município para guarda e salvaguarda da memória itajaiense.

E, então, o homem, cujo sonho era dotar sua cidade natal de um museu, surgiu. Chamava-se João Amaral Pereira (1923/1983), que desde criança demonstrara especial gosto e cuidado em colecionar peças e objetos ligados à vida social da cidade. Tornara-se um apaixonado pela história e pela preservação do patrimônio cultural. (D'ÁVILA, 2002, p. 163).

---

<sup>13</sup> Marcos Konder nasceu no dia 5 de janeiro de 1882, em Itajaí/SC. Com a morte de seu pai, em 1898, assumiu a gerência da casa comercial de sua família. Fundou o jornal *Novidades* – periódico redigido por Tibúrcio de Freitas e seu irmão Adolfo Konder. Em Itajaí, além de empresário, foi Superintendente Municipal (atual cargo de Prefeito), responsável por importantes obras, entre elas, o Palacete Municipal, hoje Palácio Marcos Konder. Foi Vereador em Itajaí; seis vezes eleito Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Destacou-se na literatura catarinense, autor de diversos livros e de folhetos; integrou a Academia Catarinense de Letras, fundador da Cadeira número 8, e a Academia Itajaiense de Letras, patrono da Cadeira número 3. Faleceu no dia 5 de julho de 1962. Em 2012, seus restos mortais foram trasladados para o Memorial de Ex-Prefeitos, no Cemitério do Bairro Fazenda em Itajaí/SC.

Essa conversa rendeu frutos que, em 1º de dezembro de 1976, no mesmo ano da conversa, foi sancionada a Lei n.º 1.515 que instituiu a FGML. “[...] com a finalidade exclusivamente cultural e a incumbência de instalar o Museu Histórico da cidade, dentre outras responsabilidades no campo cultural.” (D’ÀVILA, 2002, p. 164). A sociedade itajaiense, ao saber da possibilidade do museu, começou a procurar João Amaral Pereira e fazer doações para o acervo do futuro museu.

Em 05 de janeiro de 1982, foi inaugurado o Museu Histórico de Itajaí nas dependências do Palácio Marcos Konder, na ocasião ainda dividia espaço com a Câmara de Vereadores. Os acervos, para sua abertura, foram de doações e do colecionador e idealizador do museu, João Amaral Pereira.

No ano de 1985, em duas salas do Palácio foi instalado o Arquivo Histórico, que mais tarde ganhou outro espaço em novo prédio. E, no ano de 1998, por meio do decreto municipal n.º 5.758, foi tombado, sendo a Câmara de Vereadores transferida para outro prédio em 1999.

Figura 11 – Palácio Marcos Konder



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (2000).

No ano de 2000 (ano da figura 11), em 23 de maio, foi reinaugurado o Palácio Marcos Konder, agora abrigando somente o Museu Histórico e, em 2001, teve tombamento estadual por meio do decreto n.º 3.460, do governo do Estado de Santa Catarina.

### 3.1.5 Casa Burghardt

A casa Burghardt – localiza-se na rua Lauro Muller, continuação da antiga Rua do Comércio, hoje Pedro Ferreira – possui uma grande importância histórica e econômica para o município. Foi construída no ano de 1902, conforme data seu frontão. Segundo Oliveira (2011, p. 236), a casa “pertencia a August Heinrich Ernest Harry Hundt, um comerciante que era casado com Mathilde Bauer, filha de João Bauer e Maria Bauer.”.

Sua construção foi para abrigar residência e comércio da família, como nos ampara Machado (2001, p. 38): “[...] além de residência também era comércio de tecidos, brinquedos e perfumaria. ‘Casa de Louça de Harry Hundt’.”.

Em uma viagem para a Alemanha, Harry Hundt falece, mas sua esposa continua o comércio; em 1910, casa-se com Nikolau Burghardt, passando a utilizar seu sobrenome. Nikolau era um imigrante Russo que chegou no município em 1900, evadido em virtude de uma revolução em seu país.

A arquitetura da casa, admirada na figura 12, teve influência do estilo hanseático<sup>14</sup> e eclético, o arquiteto responsável por sua edificação foi o alemão Reinhold Roenick, originando a influência também da arquitetura germânica. Vieira Filho (2016a, p. 83) relata que “O ecletismo é a expressão arquitetônica deste período, em especial das últimas décadas do século XX, avançando até o período de renovação traduzido pelo Estado Novo e pelas consequências da Segunda Grande Guerra.”.

---

<sup>14</sup> Estilo hanseático era o aspecto das construções das casas que pertenceram à Liga Hanseática, que consistia em uma aliança de cidades mercantis alemãs ou de influência alemã e que estabeleceu um monopólio comercial em quase todo o norte da Europa no final da idade média.

Figura 12 – Casa Burghardt



Fonte: Acervo do autor (2021).

Em sua imponência, destacam-se os quatro frontões, um em cada lateral da casa, que concluem as extremidades das áreas do sótão ganhando o tratamento em curvas e ornatos próprios do barroco alemão. Cada pavimento foi tratado de forma diferente: as aberturas são emolduradas por pilares, o térreo tem ornamentação em argamassa imitando alvenaria de pedras, o segundo piso tem sequência de pilastras e o terceiro pavimento é formado por imponente frontão que lembra o barroco da arquitetura religiosa luso-brasileira, além da fachada posterior de frente para o rio Itajaí-Açu (MACHADO, 2001; OLIVEIRA, 2011; VIEIRA FILHO, 2016a).

Internamente o edifício é esmerado, guardando decoração de paredes, pisos, forros e esquadrias, além de generosa vista para o Rio Itajaí-Açu. Trata-se de um dos mais expressivos edifícios ecléticos de Santa Catarina, com importância redobrada por estar inserido no conjunto urbano da Rua Lauro Muller/Pedro Ferreira, marco do nascimento e do desenvolvimento de Itajaí. (VIEIRA FILHO, 2016a, p. 83).

Após encerrar seu comércio de louças, o local se torna um Armazém de Secos e Molhados. Em 1926, o comércio é ocupado pela Companhia Telefônica, entre outros comércios. Fechada por um tempo até a década de 1940, quando a Agência de Ônibus Rápido Cometa – que fazia a linha Itajaí-Blumenau, ocupa uma parte de sua sala comercial, dividindo a outra parte com a confeitaria Imperial. Na

década de 1960, a casa foi ocupada pelo Seares Bar, permanecendo até a década de 1970.

A casa Burghardt ficou fechada durante alguns anos após o falecimento de sua proprietária, sendo adquirida pela empresa Votorantim. Em 1996, sem ocupar a casa, a empresa a doou ao município de Itajaí. Em 1998, com o decreto n.º 5.759, foi oficializado seu tombamento municipal, então, em 1999, é iniciada a restauração da casa em parceria com a Petrobras.

Em 05 de novembro de 1999, foi inaugurado em sua estrutura já restaurada o órgão central das políticas voltadas à cultura itajaiense: Fundação Cultural de Itajaí (FCI) e a Galeria Municipal de Arte situada em seu térreo. Somente em 2001, o governo do Estado, pelo decreto n.º 3.460 – por meio da FCC, homologa seu tombamento.

### **3.1.6 Casa Malburg**

A casa Malburg se localiza na rua Pedro Ferreira, antiga Rua do Comércio, esquina com a praça Vidal Ramos e o Marco Zero<sup>15</sup> do município. Foi construída nos moldes da liga hanseática, compondo com estilo eclético. O empresário Bruno Ferdinando Malburg era o proprietário, sendo construída em 1912-15.

A edificação possui três pavimentos com cobertura de telhas provenientes da França. No pavimento térreo ficavam as salas, e nos outros dois pavimentos ficavam os quartos e banheiros. Malburg<sup>16</sup> (2016, p. 87) relata que “O assoalho era todo feito de tábuas largas, claras e escuras, formando desenhos. Estes dados foram extraídos de um caderno de memórias escrito por minha tia Maria Catarina Malburg.”.

A porta de entrada é toda entalhada em madeira adornada com cabeças de leões. “O edifício apresenta janelas guarnecidas por duas folhas de abrir para dentro ao modo francês.” (MACHADO, 2001, p. 52). Apreciado na imagem a seguir.

---

<sup>15</sup> Marco Zero é o monumento que simboliza o local onde ocorreu o início da cidade de Itajaí, localizado na Praça Vidal Ramos, em frente ao píer turístico. Foi nesta área que iniciou a parte urbana de Itajaí.

<sup>16</sup> Laércio Mauro Malburg, filho de Bruno Malburg, exerceu o cargo de diretor da Cia. Comércio e Indústria Malburg por 25 anos. Faleceu em 26 de junho de 2003 (DEÓLLA, 2016, p. 87).

Figura 13 – Casa Malburg



Fonte: Acervo do autor (2021).

A casa foi construída ao lado do Armazém da Empresa Malburg. Bruno Malburg gerenciava a empresa e reservou em sua casa um ambiente para o seu escritório particular.

O escritório do meu pai ficava à esquerda e, do outro lado da entrada, a sala de música com um piano que ficava em cima de um estrado de madeira escura. Saindo da sala de música, no sentido lateral da casa, ficava a grande sala de jantar e, no lado oposto, nossa sala de estar, uma varanda que circundava os fundos da casa. Ao lado, a sala dos brinquedos. (MALBURG, 2016, p. 87).

Nessa grande sala de jantar havia uma porta de frente para o rio Itajaí-Açu e, à direita, um jardim; Malburg (2016, p. 87) lembra que “O jardim grande ficava à direita da casa. Era Lindo! Aí terminava nosso terreno e, encostado no armazém da casa comercial de meu pai, um enorme depósito, onde se acumulavam as cargas bem atrás da nossa casa.”.

Entretanto, Bruno Malburg desfrutou poucos anos de sua casa em virtude de seu falecimento precoce no ano de 1918, quando estava com 45 anos. Em 1937, a casa passa a ser sede da Cia Malburg S/A.

No período da Segunda Guerra Mundial, o Casarão foi ocupado por um Batalhão do Exército, que ao se instalar no prédio, fez daquele trecho de rua um espaço interditado para carros, por ser área de Segurança Militar.



Com a saída do batalhão, a Firma Malburg transfere-se do prédio antigo, onde sempre funcionou, e vai ocupar o andar térreo do Casarão, onde permaneceu até 1965 com o encerramento de suas atividades. (OLIVEIRA, 2011, p. 237).

A casa Malburg foi locada por uma década para a acomodação de um hotel/pensão, além disso, foi local de outras empresas e salas comerciais. Com o passar dos anos, “[...] o casarão foi perdendo seu aspecto imponente, suas paredes e aberturas envelhecidas necessitavam de uma boa restauração. Praticamente abandonado, sofreu um incêndio na parte superior, ficando, desde então, inabitável.” (ROTHBARTH, 2010, p. 60).

Começou um movimento pelo tombamento da casa (1989), procuradas inúmeras autoridades, até que a Receita Federal (1992) bancou sua restauração e ocupou a edificação com seus escritórios, construindo, ao lado, um anexo em estilo moderno para abrigar a Delegacia da Receita Federal e o atendimento à população. “[...] é um pouco da história do Casarão, deixando muito carinho e saudade em nossos corações.” (MALBURG, 2016, p. 87).

Homologado o tombamento municipal da casa Malburg no ano de 1999 pelo decreto n.º 5.909 e, em 2001, o governo Estadual, por meio da FCC, oficializa seu tombamento pelo decreto n.º 3.460. Na atualidade (2021), a Receita Federal ocupa-se da casa e mantém viva as memórias desse passado itajaiense.

### **3.1.7 Ex-Fábrica Renaux**

A edificação foi construída na década de 1920, arquitetura em estilo germânico com 650 metros quadrados, na praça da Bíblia, bairro da Vila Operária. No período, era um lugar em ascensão em virtude da construção de casas populares aos operários do município, dando nome ao bairro.

O telhado da fábrica chamado “shed”, na época era inovador na construção fabril. Em forma de ziguezague, com vidro na inclinação do teto, “*onde as construções eram mais baratas e a economia de luz colossal*”. Segundo carta enviada por ele a sua esposa, este tipo de construção foi feito de acordo com seu plano datado de 1929. (MACHADO, 2001, p. 64).

Esse telhado em conceito *shed*, para a época, foi inovador, chamando atenção para a pujante construção. Hoje, vários galpões utilizam este conceito, gerando economia na energia elétrica.

Figura 14 – Prédio da Fábrica de tecidos Renaux



Fonte: <http://bibliotecaitajai.blogspot.com/p/historico.html> ([1920?]).

Adquirido pela família Renaux – de Brusque, cidade próxima de Itajaí – após sua aquisição, recebeu o nome pelo qual ficou conhecido até a atualidade: Fábrica de Tecidos Renaux (OLIVEIRA, 2011).

A força do ramo têxtil no Vale do Itajaí fez com que, na década de 1930, a fábrica fosse responsável pela instalação da fiação de efeito, um revolucionário procedimento para a tecelagem no Estado, nesta ocasião, a Fábrica Renaux computava 88 colaboradores. Seu proprietário, Carlos Renaux<sup>17</sup>, foi o criador da indústria têxtil de Brusque. A filial de Itajaí foi dirigida por Otto Renaux, o mais velho dos filhos de Carlos Renaux.

---

<sup>17</sup> Carlos Renaux nasceu em 11 de março de 1862, em Loerrach/Alemanha. Filho de Johan Ludwig Renaux e de Sofia Ludin Renaux. Em 1882, chegou ao Brasil, com 20 anos de idade. Ele fundou a primeira indústria de fiação em Santa Catarina, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, em 1892. Representando Brusque e Itajaí, foi eleito ao Congresso Representativo de Santa Catarina (Assembleia Legislativa) pelo Partido Republicano Catarinense, tornando-se Deputado Constituinte de 1891. Na década de 1920, passou a residir na Europa, onde por vários anos foi representante consular, tendo recebido o título de Cônsul Honorário do Brasil em Arnhem, na Holanda. Retornou a Brusque em 1930. Faleceu em 28 de janeiro de 1945, em Brusque/SC.

Em 1970, “[...] após 50 anos de funcionamento, por determinação do governo federal, os teares sofreram sucateamento compensatório<sup>18</sup>.” (MACHADO, 2001, p. 64). Na época, foram desativadas as unidades de Itajaí, Nova Trento e as de Brusque que havia tecnologia antiga.

Em um retrospecto histórico, a fábrica ficou desativada e seu prédio fechado por longos anos, suas instalações foram ocupadas por algumas entidades como: Força Expedicionária Brasileira, Associação dos Ex-Combatentes, para a venda de materiais do Ministério de Educação e Cultura (MEC), grupos de escoteiros, JUNTA do Serviço Militar, entre outras atividades. Sua estrutura ficou danificada ao passar do tempo sem qualquer tipo de manutenção, além de ter permanecido fechada por anos.

Em 1999, foi homologado o tombamento do imóvel “Ex-Fábrica Renaux”, por meio do decreto n.º 5.910, sendo o prédio restaurado, preservando os padrões da construção a ser ocupada pela Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí. No mês de junho de 2000, a Biblioteca Pública Municipal e Escolar “Norberto Cândido Silveira Júnior” foi inaugurada em homenagem ao jornalista que sempre enalteceu Itajaí em suas obras.

### **3.1.8 Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí**

A antiga edificação da Fiscalização do Porto<sup>19</sup> de Itajaí – situada na Avenida República Argentina, esquina com as ruas Silva e Pedro Ferreira, na margem direita do Rio Itajaí-Açu, no limite sudeste da área portuária – foi construída na década de 1930 para sediar o escritório e o depósito de materiais necessários às obras de ampliação do porto, sendo ocupada para essa função até 1967, quando as instalações foram transferidas para um novo edifício que sediará a administração portuária.

---

<sup>18</sup> Para a atualização tecnológica das empresas através de importação de teares de última geração, a paralisação das máquinas equivalentes ainda em funcionamento, porém comprovadamente obsoletas, houve a isenção de todos os impostos federais e estaduais (MACHADO, 2001, p. 64).

<sup>19</sup> Relatos históricos mencionam a importância do Porto de Itajaí desde o século XIX, não somente no que se refere ao ingresso de colonizadores estrangeiros, mas também ao forte comércio fluvial que acontecia em Itajaí. Segundo estudiosos, o porto mobilizava os sujeitos ao redor do comércio informal, havendo daí a evolução para atividades de exportação e importação.

Trata-se de uma construção em alvenaria, com a cobertura de telhas tipo francesas, em estilo eclético, com elementos do neoclássico<sup>20</sup> em sua composição, possuindo arcos plenos nas aberturas e desenhos impressos no tratamento do reboco imitando pedra na fachada, característica do renascimento florentino.

Figura 15 – Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1940).

Em 1943, foram realizadas algumas modificações: as portas da fachada foram transformadas em janelas (MACHADO, 2001; ROTHBARTH, 2016). Esta edificação já foi de propriedade do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, sob chefia da Fiscalização dos Portos de Santa Catarina (MACHADO, 2001).

---

<sup>20</sup> O estilo neoclássico de arquitetura nasceu na Europa, no final do século XVIII, sua tendência disseminou para o mundo, com maior evidência durante o século XIX. Sendo reconhecido pela classe dominante como representação de influência e poder. Valorizava elementos clássicos como: arcos, colunas e fachadas retas; eliminou ornamentos e trouxe a simplicidade da linha nas construções. No Brasil, o estilo chegou com a vinda da família real em 1808.

Figura 16 – Antiga Fiscalização do Porto com visto para o rio Itajaí-Açu



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1940).

Em 1985, a edificação já descuidada foi locada para uma empresa de pescados que realizou modificações internas. Segundo Rothbarth (2016, p. 95) “[...] foram impedidos de mudar o aspecto externo porque a Comissão Municipal de Cultura já se interessava em restaurar o prédio e tombar para preservar a história de Itajaí, instalando ali o Museu do Porto.”.

Somente em 1999, pelo decreto municipal n.º 5.992, a edificação foi tombada e, no ano de 2001, o governo estadual homologou seu tombamento por meio do decreto n.º 3.410. Então ocorreram ensaios para o seu restauro, mas sem sucesso. Quando a área foi incorporada ao projeto de expansão portuária, que precisava ampliar o cais de atracação, o prédio passou por tentativas de demolição e necessitou de uma ação judicial que determinasse a restauração do prédio, nos autos da Ação Popular n.º 033.13.011488-2.

Em 2014, a Administração do Porto iniciou as tratativas para iniciar os trabalhos de restauro. O piso foi erguido para evitar os frequentes alagamentos. O edifício vai abrigar o conselho da Autoridade Portuária e uma sala ficará disponível para mostra de memórias do Porto que ficará aberta ao público. (ROTHBARTH, 2016, p. 95).

O município de Itajaí sempre teve como referência a atividade portuária, e o restauro desse antigo prédio celebra sua história, evidencia como marco na relação porto-cidade, sinalizando o limite entre o porto mercante e o Centro Histórico de

Itajaí, além da criação de uma sala para manter viva a história e as memórias do porto.

Em junho de 2015, nas festividades de aniversário do município de Itajaí, foi inaugurada a restauração do prédio da Antiga Fiscalização do Porto propondo para o local a instalação do Museu do Porto, embasado em convênio interinstitucional com a participação direta da Marinha do Brasil.

A partir de 2017, novamente iniciaram tratativas entre a Superintendência do Porto de Itajaí, demais Secretarias Municipais, Universidade e Marinha do Brasil para buscar alternativas à implantação do Museu do Porto, um pleito antigo que demora a se consolidar como empreendimento.

Atualmente (2021), as proposições para a instalação do Museu do Porto estão inseridas no Projeto Borda D'Água que visa a contrapartida da ampliação portuária e a valorização da orla marítima de Itajaí, além da efetivação do museu, a construção de uma praça no seu entorno.

### **3.1.9 Casa Lins**

A Casa Lins foi construída nos anos 1910-13 para residência e consultório do médico Norberto Backmann. Em 1925, foi vendida para Francisco Olegário Santos, pai de Maria Consuelo dos Santos que veio a se casar com Genésio Miranda Lins. Curiosamente, o casal jamais ocupou a casa, assim passou por inúmeros locatários (MACHADO, 2001; OLIVEIRA, 2011).

A casa foi ocupada por diversos órgãos: em 1976, foi cedida ao Núcleo de Animação Cultural de Itajaí; no ano seguinte, foi transferida para o espaço da Casa da Cultura Dide Brandão. No ano de 1977, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ocupou a Casa Lins; neste mesmo ano, morre Genésio Miranda Lins.

O município de Itajaí cria a primeira instituição pública voltada aos fins culturais, a Fundação Genésio Miranda Lins (FGML), em homenagem a Genésio que foi, na área educacional, o criador do Ginásio Itajaí e um dos responsáveis pela criação das faculdades de Itajaí, além de exercer cargos políticos como: vereador da Câmara Municipal de Itajaí (1947-1950), eleito deputado Federal por Santa Catarina em 1967; também se elegeu suplente do senador catarinense Lenoir Vargas em 1970.

Conforme Machado (2001) e Oliveira (2011), em 1983, a FGML ocupa a casa para seleção e guarda de documentação do Arquivo Histórico e Gabinete de Arte. Em 1985, a FGML cede a casa para a instalação da PROARTE de Itajaí que ministra cursos de artes plásticas e música, ocupando este espaço até o ano de 2000.

No ano de 1995, a família Lins faz a doação do imóvel para a FGML por meio de escritura pública. Em 1999, foi homologado o tombamento da casa como patrimônio histórico cultural de Itajaí, pelo decreto n.º 6.017 de 02 de dezembro. No ano de 2000 (ano da imagem a seguir), começaram as obras de restauro da edificação.

Figura 17 – Casa Lins



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (2000).

Início das obras de restauro da casa e construção do anexo para ser instalado o “*Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins*”, para abrigar o Arquivo Histórico de Itajaí, Biblioteca de Apoio, Hemeroteca, Seção de Iconografia, Coleções e Fundos Privados, Laboratórios de História Oral e de Restauração de Documentos Gráficos. (MACHADO, 2001, p. 48).

Em 2001, foi inaugurado o Centro de Documentação e Memória Histórica (CDMH) para atender estudantes, pesquisadores e salvaguardar os documentos. A Casa Lins, ainda hoje (2021), é sede da FGML e do CDMH.

### 3.1.10 Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento

A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento ficou por muitos anos em construção devido a inúmeros acontecimentos, como a falta de dinheiro, a guerra e, principalmente, o majestoso projeto arquitetônico. Sua construção foi no terreno da Prefeitura de Itajaí, neste local havia o cemitério municipal<sup>21</sup>, foi realizada uma permuta com outro terreno; também fazia parte desse terreno, a antiga Praça da Bandeira, que hoje é conhecida como a Praça Irineu Bornhausen.

O terreno permutado foi o que ficava aos fundos da primeira igreja de Itajaí, a Igreja da Imaculada Conceição, que também já foi cemitério municipal. “A nova Igreja deveria ser símbolo de fé, de poder e de modernidade, então desde o local de sua implantação até seu projeto foram pensados para representar esses atributos.” (VIEIRA, 2016, p. 59).

Sua arquitetura é em estilo eclético, pois apresenta vários estilos artísticos, encontram-se princípios neogóticos, um estilo rebuscado de arquitetura; em sua imponência, incorpora traços góticos em contrastes com outros estilos que eram empregados em uma arquitetura clássica. Assim, uniam-se todos os estilos em prol de uma única construção, observa-se a união dos arcos romanos, dos cinquenta e cinco vitrais, das seis torres e de uma rosácea de vitrais com a forma de uma hóstia, provendo um ar romântico para a igreja.

As tratativas para a sua construção aconteceram na sala de visitas da D.<sup>a</sup> Aninha Fontes, uma das senhoras mais religiosas da Cidade e que muito colaborava com as obras da paróquia. Foi numa das reuniões em sua casa que discutiram se a fachada ficaria voltada para o rio ou para a frente da Rua Tijucas. Decidiram pela segunda opção, acreditando que a Cidade se estenderia para o norte. (ROTHBARTH, 2010, p. 93).

A nova Igreja Matriz era um sonho da população, precisando de um maior espaço para acolher todos os fiéis. “Foi o Pe. José Locks quem encomendou o projeto final a Simão Gramlich, um arquiteto autodidata alemão residente em Blumenau, e cuja obra se iniciou em fevereiro de 1941.” (REBELO, 2016, p. 23).

---

<sup>21</sup> O primeiro cemitério de Itajaí estava implantado na parte dos fundos da Igreja da Imaculada Conceição, já datava de 1824, mas com o crescimento da Vila no entorno da Igreja, o cemitério foi transferido para longe do perímetro urbano, local onde seria edificada no futuro a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. O cemitério foi novamente transferido por volta de 1930, pois já havia uma vontade por parte dos governantes de expandir a cidade no sentido do cemitério. Ele foi então para o Bairro Fazenda, localização que possui até os dias de hoje (VIEIRA, 2016).



A imponência e grandiosidade da planta arquitetônica fez com que o Arcebispo não autorizasse a elaboração do projeto; mas, por insistência de uma comissão que se constituiu no município intervindo com o Arcebispo, as obras foram iniciadas utilizando mais de 700 mil tijolos. “A velha matriz não acompanhara a cidade que, de ‘aldeia de pescadores’ passou a significativo centro econômico da região.” (MAYKOT, [1980?], p. 23).

Conforme se esperava, a obra foi interrompida ainda em seu fundamento por falta de recursos financeiros. Os registros dão conta que o Colégio Paroquial foi vendido para as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, transformando-se no Colégio São José. Mesmo com dinheiro, ainda assim, foi difícil retornar as obras em virtude da deflagração da Segunda Guerra Mundial, pois não encontravam materiais para a compra e retorno das obras.

Conforme Rebelo (2016, p. 23): “O Pe. Locks, de origem alemã, é acusado de furto. Foge e retorna para se defender.”. Informação encontrada também nas escritas de Rothbarth (2010, p. 93): “O Brasil declara guerra à Alemanha e uma intensa campanha contra os alemães residentes no litoral faz o Padre Zequinha [Pe. José Locks] de descendência alemã e ex-integralista, retirar-se da Paróquia.”.

Em 1942, a mesma comissão que conseguiu convencer o Arcebispo a autorizar a construção do projeto da igreja organizou uma cerimônia com o objetivo de dar a benção ao primeiro tijolo, pedra fundamental para a extraordinária edificação.

Foram enviadas muitas cartas a pessoas de posses para serem padrinhos do acontecimento. Tal iniciativa deu um bom resultado para a continuação das obras. Lembro-me bem, foi uma cerimônia muito concorrida, com a presença de autoridades e grande número de fiéis. Numa pequena urna de tijolos, na parede da igreja, foram colocados alguns documentos e, em seguida, foi lacrada. (ROTHBARTH, 2010, p. 93).

Com a volta do Pe. Locks, as obras continuaram; nessa época já havia terminado o furor nacionalista. No ano de 1943, o Pe. Vendelino Hobold vem auxiliar o Pe. Locks na paróquia. Entre os anos de 1944 e 1947, a construção não avançou, novamente devido à falta de recurso financeiro conforme se observa no quadro a seguir.

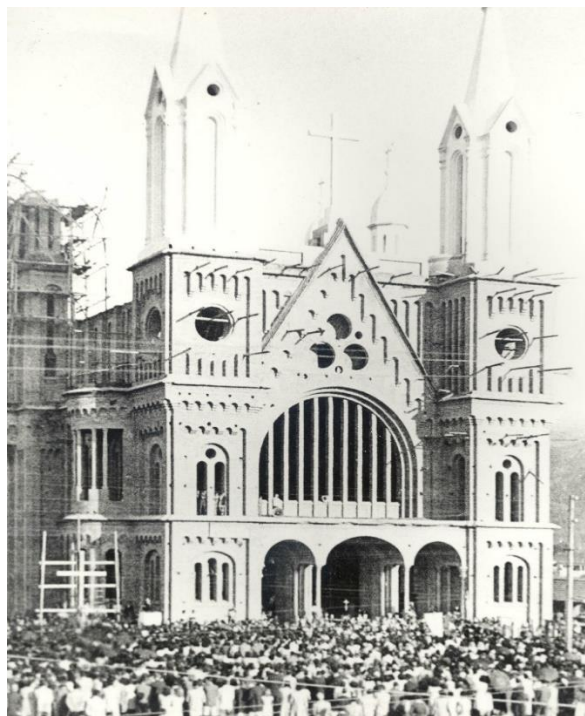
Quadro 02 – Cronologia histórico-arquitetônica da Igreja Matriz

<b>Cronologia Histórico-Arquitetônica</b>	
<b>Ano</b>	<b>Acontecimentos</b>
1941	Fundamentos e alicerces;
1943	Término das paredes;
1944	A nave central é coberta;
1945-47	O presbitério e as sacristias são cobertos e duas torres são erguidas;
1948	Término das quatro torres laterais e terraços;
1950	O presbitério é forrado e são colocados os primeiros oito vitrais;
1952	Término do piso em marmorite e o forro de estuque; quatro sinos foram doados pela Cia Malburg;
1953	Construção das escadas externas e do coro;
1954	Colocação dos altares do Sagrado Coração de Jesus e Maria;
1955	Início da pintura executada por Locatelli e Sessa;
	Inauguração da Igreja em 15 de novembro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base em Machado (2001 p. 80).

Em 1947-48, foi nomeado Monsenhor Vendelino Hobold para substituir o Pe. José Locks e, novamente, as obras reiniciam; foram arrecadados recursos por meio de festas populares realizadas ao entorno da exuberante construção, conforme se observa na figura 18. “As famílias mais abastadas, o Banco INCO e os políticos eram solicitados a colaborar com doações maiores. Muitos doaram vitrais, cujos nomes das famílias e das entidades estão gravados no próprio vitral.” (ROTHBARTH, 2010, p. 94).

Figura 18 – Eventos na Igreja Matriz em construção



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1950).

No interior da igreja, encontra-se uma esplendorosa riqueza artística, com estrelas e capitéis folheados a ouro trazidos da Itália; em seu campanário, sinos alemães e “Cinquenta e cinco vitrais formam três séries de janelas, com os temas ‘Os seis mistérios centrais da fé cristã’, ‘Os sete sacramentos’ e ‘As oito bem-aventuranças’.” (REBELO, 2016, p. 23). Além da rosácea em forma de hóstia e seus seis altares de mármore com inúmeras pinturas e esculturas sacras.

Figura 19 – Construção do relógio da Igreja Matriz



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1955).

O teto da igreja é algo impressionante, com as pinturas dos italianos Aldo Locatelli<sup>22</sup> e Emílio Sessa; no centro do trabalho artístico, Locatelli representou a Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Já Sessa reproduziu, ao entorno da obra de Locatelli, os símbolos dos 49 títulos atribuídos à Virgem Maria. Também se encontra um Moisés em madeira descendo o Monte Sinai, obra de Erwin

<sup>22</sup> Aldo Locatelli, artista italiano da região de Bérgamo, transferiu-se para o Brasil em 1948. Em 1950, termina um conjunto de trinta e quatro afrescos na catedral de São Paulo em Pelotas; painel no Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre. Foi professor no Instituto de Belas Artes e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MACHADO, 2001, p. 80).

Teichmann. “Quem contempla esta rica e bela obra, precisa saber que se sonhava com ela desde 1914, porém, o Vigário que começaria, fugiu acusado de espionagem – estávamos na Primeira Guerra Mundial.” (REBELO, 2016, p. 23).

Finalmente, a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento ficou pronta, tornando-se o maior símbolo arquitetônico do município de Itajaí. Inaugurada com festividade e missa solene em 15 de novembro de 1955. Foi tombada como patrimônio estadual pelo decreto n.º 3.459 do ano de 2001. No decreto, ficou estipulada a proteção de forma integral, ou seja, sua edificação e seus bens integrados, como: mobiliários, objetos litúrgicos, altares, confessionários, pia batismal, púlpito, arte sacra, vitrais e pinturas murais.

### **3.1.11 Estação Ferroviária Engenheiro Vereza**

A história da Estação Ferroviária Engenheiro Vereza começa no início do século XX, com a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) em 1906, que previa fazer a ligação do porto de Itajaí ao planalto catarinense, cortando todo o estado até chegar à fronteira com a Argentina.

As primeiras locomotivas vieram pelo rio Itajaí-Açu, energizando a construção de quilômetros de trilhos e estações por inúmeros municípios catarinenses. Em 1913, os jornais de Itajaí fizeram algumas publicações: jornal “O Pharol<sup>23</sup>” noticiou um estímulo para a construção da ferrovia com o título “Vem de novo a estrada de ferro”, e o jornal “Itajahy” publicizou que para a construção da linha férrea “[...] foram contratados setenta trabalhadores, podendo atingir cento e quarenta contratações.” (CORDEIRO; FREITAS, 2004, p. 124).

Os trabalhos foram paralisados por alguns anos até que, em 1926, houve a retomada com a vinda dos engenheiros que instalaram seu escritório no município e começaram a construção das estações que compunham a via férrea. A estação do bairro Itaipava começou a ser construída nesse mesmo ano. “O trecho desta estação ferroviária em Itajaí foi entregue à direção do engenheiro Dr. Telasco Vereza, espaço que hoje recebe o seu nome.” (OLIVEIRA, 2011, p. 238). Neste ano (1926) Itajaí ascende as mais variadas esferas políticas.

---

<sup>23</sup> O *Pharol* – jornal popular da cidade de Itajaí, se dispôs a empreender campanhas, em política ou na defesa de interesses coletivos. Tendo sua última edição em 17 de agosto de 1936 (D’ÁVILA, 2018, p. 158).

Terminadas as eleições de 1926 e tendo sido verificada a ascensão estadual de Adolfo Konder, em seguida, a nomeação de Victor Konder como ministro de Viação e Obras Públicas e sendo Marcos Konder o então superintendente Municipal de Itajaí estava, assim, configurado um quadro de possibilidades favoráveis às aspirações itajaienses. (CORDEIRO; FREITAS, 2004, p. 124).

Mesmo com essa força política, houve demora em finalizar os prolongamentos da via ferroviária, terminando no ano de 1947; entretanto, a abertura foi oficializada com o primeiro trem cursando seus trilhos somente em 1954. Conforme Silva (2016, p. 20), “A Estação Ferroviária de Itajaí foi inaugurada pelo Presidente da República Café Filho, em 18 de dezembro de 1954, passando a ser o ponto inicial da linha – Km 0, da Estrada de Ferro Santa Catarina.”.

Itajaí foi agraciada com algumas estações que compunham a Estrada de Ferro, posicionadas estrategicamente nos bairros: Fazenda, Matadouro, Itaipava e Boa Vista, além do ramal ao Porto de Itajaí (SILVA, 2016).

A estação do bairro Itaipava oferecia alguns serviços às comunidades do interior que utilizavam o telefone e o telégrafo da estação. Segundo Cordeiro e Freitas (2004, p. 127), “[...] para não perderem suas economias, os colonos do interior chegavam a guardar seu dinheiro nos cofres das estações, evidenciando o quão confiáveis eram seus serviços e funcionários.”.

Figura 20 – Estação ferroviária Engenheiro Vereza



Fonte: <https://www.facebook.com/museuetnoitajai> (1954).

Essa estação foi designada “Estação Ferroviária Engenheiro Vereza” homenageando o engenheiro Telasco Vereza – administrador da obra da Estrada de Ferro Santa Catarina. O prédio ainda conserva características arquitetônicas principais da época de sua construção.

Em Itajaí, a linha férrea demorou demais, tanto que o transporte de madeira para o Porto de Itajaí já se fazia pelas vias rodoviárias que existiam. Portanto, em 12 de março de 1971, foi operada pela última vez a locomotiva 331 ao longo do traçado da Estrada de Ferro, paralisando totalmente a linha férrea.

Em 1981, o prefeito de Itajaí criou secretarias municipais por meio de uma reestruturação administrativa, utilizando o prédio da antiga estação ferroviária para acolher a Secretaria de Desenvolvimento Rural, com o desígnio de ficar próximo da ruralidade. Após, foi sede da Secretaria Municipal de Agricultura e, até meados de 2004, foi utilizada como Subprefeitura do bairro Itaipava, no incremento de atividades administrativas descentralizadas da municipalidade.

O prédio da Estação Ferroviária Engenheiro Vereza é o único exemplar remanescente das estações construídas em Itajaí, homologado seu tombamento municipal em 30 de julho de 2002, por meio do decreto n.º 6.577. A permanência da edificação mantém viva a história e a memória da Estrada de Ferro em Itajaí.

Este prédio passou por um período longo de restauro para abrigar o novo museu de Itajaí, inaugurado em 25 de junho de 2010, para comunicar a cultura das populações que povoaram as áreas rurais de Itajaí. É apontado como uma unidade museológica temática, intitulado de Museu Etno-Arqueológico de Itajaí, dedicado à arqueologia e à etnografia<sup>24</sup> rural.

### **3.1.12 Casa Almeida & Voigt**

Na década de 1920, o comerciante Francisco de Almeida associou-se ao seu cunhado Augusto Voigt e fundaram a empresa Almeida & Voigt – uma sociedade mercantil.

---

<sup>24</sup> Etnografia é um método de estudo utilizado pelos antropólogos com o intuito de descrever os costumes e as tradições de um grupo humano. Este estudo ajuda a conhecer a identidade de uma comunidade humana que se desenvolve num âmbito sociocultural concreto.

Francisco de Almeida e Augusto Voigt foram destacados empresários do ramo comercial de Itajaí, participando inclusive da fundação do ex-Banco INCO, de que foram acionistas. O primeiro também se destacou na vida pública de Itajaí após a Revolução de 1930, tendo sido Prefeito Municipal e Deputado Estadual. (D'ÁVILA, 2016, p. 48).

A empresa Almeida & Voigt edificou um imponente prédio na Rua do Comércio, hoje Pedro Ferreira. A construção foi em dois pisos, em estilo neoclássico, com duas fachadas, sendo uma voltada à Rua do Comércio e a outra ao rio Itajaí-Açu, ambas com frontões<sup>25</sup> triangulares decorados com figuras da Terra, do Sol e da Lua, todas em relevo, com meias colunas dóricas que completavam o estilo arquitetônico, podendo ser apreciada na figura a seguir.

Figura 21 – Casa Almeida & Voigt



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica ([192-]).

Em 1935, nascia o Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A (INCO) que, segundo Machado (2001, p. 30), a Casa Almeida & Voigt em “1935 –

<sup>25</sup> Frontões é um conjunto arquitetônico de desenho triangular que adorna o topo da fachada de uma construção, composto por cimalkhas e empenas. Deriva da arquitetura clássica greco-romana.

[foi] primeira sede do recém-fundado Banco INCO. Após a mudança deste Banco, [...] foi alugada ainda ao Banco do Brasil durante a construção de sua nova sede.”.

O Banco do Brasil ocupou suas dependências até 1970; depois, o prédio foi adquirido pelos donos da Companhia Fábrica de Papel Itajaí; após, pela empresa comercial Lojão da Praça e, em seguida, por uma administradora de imóveis.

Em 2001, a casa Almeida & Voigt foi tombada pelo decreto n.º 3.460 do Estado de Santa Catarina e, em 26 de junho de 2006, o município de Itajaí homologa seu tombamento pelo decreto municipal n.º 7.924.

Em 2016, foi criada a Itajaí Criativa – Residência Artística, atualmente instalada na Casa Almeida & Voigt, recebendo inúmeros artistas das áreas da música, da dança, da arte cênica, das artes visuais e da literatura.

Figura 22 – Fachada atual da Casa Almeida & Voigt



Fonte: Acervo do autor (2021).

A Itajaí Criativa ocupa um espaço de 200m<sup>2</sup> contendo: espaços para exposições, produção e formação; sala ampla para apresentações com capacidade para 60 pessoas, além de escritório. A Itajaí Criativa – Residência Artística é um espaço mantido por iniciativa da Téspis Cia. de Teatro e com a colaboração de vários artistas da cidade de Itajaí.



### 3.1.13 Casa Bauer & CIA

Esta edificação foi erguida no ano de 1924, fica de frente para a rua Pedro Ferreira, antiga Rua do Comércio de Itajaí, ao lado norte com a rua Samuel Heusi e fundos para o rio Itajaí-Açu.

O prédio da casa Bauer pertenceu à Cia. Comércio e Navegação Bauer, sendo conduzida por muitos anos por Arno Bauer e por seus filhos João e Rudi. Conforme Fóes, (2016, p. 35) “A companhia Bauer, ao adquirir o imóvel em 1940, instalou, em sua parte térrea, a primeira agência da Chevrolet em Itajaí.”. A família era representante da empresa Chevrolet em Itajaí.

Segundo Fóes, (2016, p. 35) “Em 1896, João Bauer Júnior, pai de Arno, já havia fundado esta empresa de Navegação. Era proprietário de seis embarcações com rebocador que faziam o transporte de madeira pelo rio Itajaí-Açu, de Blumenau a Itajaí.”. João Bauer faleceu muito jovem, e sua esposa assumiu a empresa até que seu filho Arno, com treze anos de idade, pudesse administrar a mesma.

A empresa prosperou até 1964, quando começou o seu declínio em virtude do governo de João Goulart, com a Revolução<sup>26</sup> e suas consequências. A parte superior da casa sempre foi arrendada a terceiros; sendo em 1947, instalado o Ginásio Itajaí, mais tarde essas turmas foram absorvidas pelo Colégio Salesiano.

Fato sempre lembrado pelos alunos que por ali passaram era a suspensão das aulas por alguns minutos para que todos pudessem ver o pouso dos hidroaviões da “TABA” nas águas do rio Itajaí-Açu, trazendo passageiros do Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá. Eram momentos de alegria e admiração daqueles jovens alunos que, do alto do prédio, assistiam às manobras daquela aeronave, que constituía numa grande novidade, admirada por todos. (FÓES, 2016, p. 35).

Com a transferência do Ginásio Itajaí, a parte superior da casa passou a laborar o Hotel Catarinense, que era frequentado pelos marítimos. Em 1999, foi ocupada por uma empresa de gelo. Sendo tombada pelo governo estadual em 2001 com o decreto n.º 3.460, e, somente em 2006, tombada pelo governo municipal por meio do decreto n.º 7.925. Hoje, encontra-se fechada e com vestígios de abandono conforme se observa na figura a seguir.

---

<sup>26</sup> A Revolução de 1964 transcorre de um golpe de Estado, em que eventos sucedidos em 31 de março culminaram, no dia primeiro de abril de 1964, com um Golpe Militar encerrando o governo do presidente democraticamente eleito.

Figura 23 – Casa Bauer &amp; CIA



Fonte: Acervo do autor (2021).

### 3.1.14 Igreja Imaculada Conceição

A Igreja da Imaculada Conceição ainda se encontra no mesmo lugar de outrora, surge como um testemunho do passado e do presente dos itajaienses. Sua história se entrelaça com o início do município de Itajaí. Quando fundado o Curato do Santíssimo Sacramento, em 1824, o terreno que abriga a igreja foi doado por José Coelho da Rocha e sua esposa e ali foi construída a primeira capela, ainda com paredes de taipa.

Em 1835, Simeão, que era pedreiro e escravo de Agostinho Alves Ramos<sup>27</sup>, construiu nesse mesmo lugar uma edificação; agora, de pedra e cal. Ainda hoje, algumas paredes fazem parte da nova estrutura da igreja.

A igreja teve maus momentos em relação a sua construção e conservação ao longo dos anos, relatos dão conta que, em 1849, o vigário celebrava missa em sua residência, a construção não resistiu e as imagens foram guardadas na casa de

<sup>27</sup> Agostinho Alves Ramos, natural de Portugal, foi um dos fundadores do município de Itajaí, liderou seu processo de emancipação e representou a região na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina no século XIX. Disponível em: MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Agostinho Alves Ramos**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/29-Agostinho Alves Ramos](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/29-Agostinho%20Alves%20Ramos). Acesso em: 13 de abril de 2021.

Agostinho Alves Ramos, inclusive “Foi Agostinho Alves Ramos que trouxe a imagem de Nossa Senhora da Conceição.” (MACHADO, 2001, p. 76). De origem portuguesa, esta imagem de Nossa Senhora da Conceição ganhou uma coroa em prata que “[...] foi doada por José Eugênio Muller<sup>28</sup> em 1904, quando da comemoração do dogma da Imaculada Conceição.” (MACHADO, 2001, p. 76).

Figura 24 – Igreja Imaculada Conceição



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1902).

Ao longo das décadas, ocorreram algumas reformas e manutenções ampliando o espaço da igreja. Segundo Oliveira (2011, p. 225), “Em 1889 foi levantada uma torre, mantendo-se o bom gosto estético; iniciando-se também o

<sup>28</sup> José Eugênio Muller nasceu em 1889, em Itajaí/SC. Em 1919 foi Vereador. Participou da fundação da Aliança Liberal em Santa Catarina e da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís, da Presidência da República. Deputado Federal por Santa Catarina, nas eleições de 1934, e participou da 37ª Legislatura (1935-1937), assumiu mandato em maio de 1935, porém, em virtude do golpe que instituiu o Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e os parlamentares perderam o mandato. Faleceu em 3 de maio de 1973, no Rio de Janeiro. Disponível em: MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Eugênio Müller**. 2020. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/993-Jose Eugenio Muller](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/993-Jose%20Eugenio%20Muller). Acesso em: 13 de abril de 2021.

projeto de alargamento da igreja [...]”. Em 1920, foi aumentada a torre e novas imagens adquiridas.

As colunas, que ainda permanecem no interior da igreja, são remanescentes das paredes laterais. Os vãos abertos, pela destruição dessas paredes, tiveram um acabamento em arcadas amplas e abatidas. Assim se formaram as naves, onde hoje se encontram os altares de “Nosso Senhor dos Passos”, à direita do altar-mor, e o altar de “Nossa Senhora de Lourdes”, à esquerda, visto de frente. (OLIVEIRA, 2011, p. 225).

A população foi aumentando e a velha igreja ficando pequena; então, movimentos para a construção de uma nova Igreja do Santíssimo Sacramento, começaram a se tornar populares nas rodas de conversas dos itajaienses.

Segundo as memórias de ROTHBARTH (2010, p. 28), “A igreja velha, como é carinhosamente conhecida, era o ponto de encontro dos amigos e das famílias, nos domingos, após a missa das dez. Ali, os jovens, muitas vezes, começavam um namoro que chegava ao casamento.”.

Os passos arrastados do seu Florindo, sacristão zeloso, italiano de fé, ainda se ouvem nas providências para acender todas as velas, ajeitar bem as flores, terminar o seu ritual quando batia o sino da porta da Sacristia, convidando o celebrante para o Santo Ofício. (VIEIRA E SILVA, 2016b, p. 120).

A Igreja da Imaculada Conceição, por sua importância artística, histórica e cultural, foi tombada como patrimônio histórico por decreto estadual n.º 2.994 do ano de 1998, e por decreto municipal n.º 7.926 de 26 de junho de 2006.

Em 2013 a igreja foi interditada, pois parte do teto desabou. No ano seguinte, o município elaborou o projeto de restauro, identificando as questões estruturais da construção; com base nesse projeto, foi aberto o processo licitatório; mas, somente em 2016, a obra foi iniciada e seu término em 2018.

A igreja velha, como é conhecida, se tornou a mais significativa e antiga igreja do município, levando o nome de sua padroeira; no local, há inúmeras obras do artista Dide Brandão e imagens esculpidas em madeiras que datam do século XIX.

Figura 25 – Fachada atual da Igreja Imaculada Conceição



Fonte: Acervo do autor (2021).

### 3.1.15 Hotel Rota do Mar

O Hotel Brazil foi inaugurado no ano de 1897, está localizado na Rua Lauro Muller, naquela época conhecida como a Rua da Praia. O hotel passou por diferentes nomes e por vários proprietários. “Seu primeiro proprietário foi Alexius Reiser, que poucos anos depois o vendeu para Pedro Burghardt, com administração da Cia Malburg.” (MACHADO, 2001, p. 72).

A estrutura do hotel trata-se de uma edificação com paredes duplas, foi construída em estilo república, de inspiração neoclássica e romântica, caracterizando a burguesia urbana do país. Em sua estrutura encontram-se eiras e beiras, que era popularmente conhecido como sobrado república, mais uma forma de demonstração do poder de elite da sociedade. Enfim, um ambiente com requinte, três pavimentos, grandes janelas e um alto pé direito. “Bandeiras sempre hasteadas significando a pujança do ambiente.” (GALATTO, 2016, p. 115).

Figura 26 – Hotel Itajaí



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica ([19--]).

O local, no início do século, era tido como um espaço onde eram feitas grandes negociações, além de ser um ponto em que se buscavam informações da Primeira Guerra Mundial, pois muitas famílias vieram da Europa e recebiam as correspondências trazidas pelos emissários. Segundo Galatto (2016, p. 115), na Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento “[...] continuou a ser o ponto de informações, com o agravante de que o Brasil também tomou parte nas lutas, enviando tropas, os chamados Expedicionários, os ‘Pracinhas’, soldados brasileiros que partiram em nome da Pátria [...]”.

Os registros dão conta que, em 1932, o hotel mudou de proprietário, era Carlos Wloch, um alemão radicado no município, e já possuía outro nome: Itajahy Hotel. Durante a Guerra, em 1944, a administração do Hotel passa para Alois Wloch, irmão de Carlos.

O Itajahy Hotel foi o referencial da grandeza, do orgulho, o “ponto de encontro” dos homens de negócios, hoje os chamados executivos, que ali se alojavam e discutiam avida do Município nos seus diferentes aspectos, parada obrigatória das pessoas ilustres que passavam por Itajaí. (GALATTO, 2016, p. 115).

Ao longo dos anos, sua estrutura foi descaracterizada, principalmente no que tange a fachada e seu telhado. Atualmente, se denomina Hotel Rota do Mar. Seu tombamento se deu pelo decreto n.º 7.927 de 26 de junho de 2006.

### **3.1.16 Sociedade Sebastião Lucas Pereira**

A Sociedade Sebastião Lucas Pereira estreou em 22 de maio do ano de 1952, com sede no bairro Vila Operária; teve seu tombamento como Patrimônio Cultural de Itajaí em 8 de junho de 2007, por meio do decreto municipal n.º 8.252. O clube possui um legado social e histórico-cultural extraordinário para a comunidade afrodescendente do município de Itajaí.

Desde o início deste século encontramos em Itajaí diversos clubes e associações fundadas pela comunidade negra existente nesta sociedade e negada em diversas formas. Entre os clubes que se destacam podemos citar: Humaitá Futebol Clube, Clube de Regatas Cruz e Souza e Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas. Está última existente ainda hoje. (D'ÁVILA, 2004, p. 84).

Com a extinção do Clube de Regatas Cruz e Souza, organização náutica composta por negros, “O Clube de Regatas Cruz e Sousa, fundado em 13 de junho de 1920, foi a primeira associação esportiva e social de Itajaí constituída apenas de negros.” (D'ÁVILA, 2004, p. 84). E com o término do Humaitá Futebol Clube, que desenvolvia atividades esportivas e sociais, segundo D'Ávila (2004, p. 85): “O Humaitá foi a principal opção de lazer dos afrodescendentes entre os anos 20 e 40.”. A comunidade negra observou a necessidade de possuir um lugar para seus festejos, por vezes nasce a aspiração de formar um novo clube no município.

No começo da década de 1950, Osmar Camilo Ayroso comandou um grupo para fundar uma nova associação recreativa, denominada de “Sebastião Lucas Pereira” – o qual foi uma representatividade comunitária, trabalhador portuário e um orgulho para os negros do município por ser um homem bem-conceituado por todos.

Figura 27 – Prédio da Sociedade Sebastião Lucas Pereira



Fonte: Acervo do autor (2021).

A Sociedade Sebastião Lucas Pereira se tornou referência dos afrodescendentes, foi a primeira sociedade de Santa Catarina a debutar moças negras – baile realizado nos meses de maio, além do baile da Rainha da Primavera, consagrado à juventude negra nos meses de setembro. Esses bailes eram admiráveis tanto quanto os de carnaval que terminavam a noite no meio da rua no encontro dos foliões da Sociedade da Vila e dos negros foliões da Sociedade Sebastião Lucas Pereira; ali, todos pulavam até o início da manhã.

### 3.1.17 Capela Santa Terezinha

A Capela Santa Terezinha já foi conhecida como Capela de Sant'Ana e, também, popularmente chamada de Capelinha de Cabeçudas por situar-se na encosta do morro de Cabeçudas, mesmo nome dado à praia que fica a sua frente.

Esta capela foi idealizada por três senhoras da sociedade itajaiense, na década de 1920, e dedicada a Sant'Ana, uma vez que suas idealizadoras chamavam-se: Ana Fontes, Ana Werner e Ana Reis. O terreno foi doado por Ana Fontes que, segundo Rothbarth (2010, p. 139), era “[...] mulher de Manuel Antônio Fontes, um português, emigrante dos Açores, bem sucedido comerciante estabelecido na Rua do Comércio, atual Pedro Ferreira, e que apoiava as iniciativas sociais, religiosas, literárias e políticas.”.



Com o apoio de Ana Werner, casada com o imigrante suíço Samuel Heusi – comerciante e político – e Ana Reis, casada com José Reis, também comerciante, estabelecido na praça Vidal Ramos, foi possível viabilizar a construção da capela. Schaufert Neto (2016, p. 39) destaca que “O construtor foi o Sr. Kobarg que levava os tijolos de bicicleta, por uma trilha estreita, até o topo do morro.”. A capela, portanto, feita em alvenaria, possuía um altar entalhado em madeira e um pequeno campanário<sup>29</sup>, além da imagem de Sant’Ana. Nos anos 1950,

Quando o governador Irineu Bornhausen e sua mulher, Marieta, voltaram de uma viagem à França, trouxeram uma imagem de Santa Terezinha do menino Jesus que foi entronizada na, então, Capela de Santa Ana. Com o tempo, começaram a devoção da Santa Terezinha e a outra foi esquecida. (ROTHBARTH, 2010, p. 139).

Figura 28 – Capela Santa Terezinha



Fonte: Acervo do autor (2021).

---

<sup>29</sup> O termo campanário predominante nas arquiteturas religiosas, trata-se de uma torre contendo os sinos. Em outras construções, essas torres recebem o nome de torre sineira.

Somente em 2007, o governo municipal, por meio do decreto n.º 8.417, homologou o tombamento da Capela Santa Terezinha. Atualmente, após algumas melhorias, a capela é requisitada para batizados, casamentos e outras celebrações religiosas, além disso, destaca-se na paisagem da praia de Cabeçudas com um grande apelo turístico.

### **3.1.18 Herbário Barbosa Rodrigues**

O Pe. Raulino Reitz, um estudioso e aficionado da botânica, transferido para Itajaí em 1946, fundou uma sociedade científica civil alcunhada por Herbário Barbosa Rodrigues. Ainda que Silva (2003, p. 92) alegue que “O Herbário Barbosa Rodrigues foi fundado em 1942 em São Leopoldo-RS e transferido para a cidade de Itajaí-SC, em 1946 [...]”. Em outubro do mesmo ano, o Herbário foi oficialmente instalado; na ocasião, foram escolhidos e designados os integrantes de sua diretoria. Em relação à denominação foi uma homenagem a João Barbosa Rodrigues, engenheiro, naturalista e um expoente da botânica brasileira.

A Prefeitura de Itajaí, em fevereiro de 1950, por meio do prefeito Arno Bauer<sup>30</sup>, ofertou um terreno localizado na Rua Vasconcelos Drummond, atualmente conhecida como Avenida Marcos Konder, para a construção do Herbário. No ano de 1953, na gestão municipal (1951/1956) do prefeito Paulo Bauer, houve a doação de mais um pedaço de terra ao lado da doação anterior perfazendo, assim, toda uma quadra.

Em maio de 1950, iniciou-se a construção do Herbário, sendo concluída somente no ano de 1954, “[...] onde estão catalogados cerca de 98% da flora do Estado de Santa Catarina.” (SILVA, 2003, p. 91). Entre os anos de 1942 a 1965, foram coletadas cerca de 70 mil espécies vegetais. Atualmente, aproximadamente 52 mil espécies destas já foram identificadas e fazem parte do acervo.

Entre as suas repartições está a fitoteca, um laboratório climatizado onde as plantas são preparadas para serem anexadas à coleção [...]. Além disso, o herbário conta com uma biblioteca, composta por mais de 13.000 publicações especializadas em botânica [...] (SILVA, 2003, p. 92).

---

<sup>30</sup> Arno Bauer – Prefeito provisório nomeado pelo interventor estadual de Santa Catarina, governou o município no período de 4 de maio de 1933 a 2 de abril de 1936. Ele também se elegeu prefeito municipal para o período 1947/1951 (D'ÁVILA, 2018, p. 375).

Sua construção em estilo eclético, com uma varanda com arcos góticos antecede a entrada principal, edificada em dois pavimentos. “Alicerçada com vigorosos molões de pedras, que sobem a uns quarenta centímetros do nível do solo, suas paredes internas e externas construídas com tijolos de tamanho avantajado, foram revestidas com reboco um tanto espesso.” (BERNARDES, 2011, p. 111). Suas aberturas têm formato retangular e as janelas possuem vidros martelados, um clássico da vidraçaria, possuindo textura no formato de pequenos círculos.

No andar superior, basculantes e, no térreo, janelas protegidas por venezianas. Enfeitada com uma cinta de lascas de granito à vista e rendilhada por faixas de pedras de quartzo rosa, marca a divisão dos dois pavimentos. As aberturas externas são adornadas e emolduradas com as mesmas pedras acima citadas, dando-lhes requintada apresentação e beleza. (BERNARDES, 2011, p. 111).

Na edificação foi erguida uma torre cilíndrica que é totalmente revestida com pedaços de pedras; além das janelas normais, constam pequenas janelas circulares que são ligadas entre si com as pedras de quartzo rosa. Na torre, também se apresenta o brasão esculpido.

Figura 29 – Herbário Barbosa Rodrigues



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica (1955).

Conforme Oliveira (2011, p. 245), “O Herbário de Itajaí, sempre aparelhado com biblioteca especializada e laboratório, coleciona plantas estudadas por especialistas botânicos nacionais e estrangeiros.”. A história conta que, no ano de 1948, Pe. Raulino fez uma excursão ao Morro do Baú, explorando cerca de três dias conseguiu catalogar 300 espécies de plantas.

A palavra Herbário constitui coleção de plantas dessecadas ou desidratadas, e como “O objetivo do herbário ‘Barbosa Rodrigues’ é estudar a flora do estado catarinense, suas diferentes associações vegetais, o meio ambiente e publicar as suas monografias, gerando conhecimento científicos culturais.” (OLIVEIRA, 2011, p. 245), em que o Herbário colabora para o incremento cultural, científico e tecnológico de Itajaí, de Santa Catarina e do Brasil.

O Herbário Barbosa Rodrigues teve homologado seu tombamento por decreto municipal n.º 12.096 de 18 de dezembro de 2020. Conforme Silva (2003, p. 93): “O patrimônio histórico, ecológico e científico do Herbário Barbosa Rodrigues representa uma verdadeira herança, tanto para a ciência como para a sociedade [...]”. O Herbário recebe pesquisadores do Brasil e do exterior interessados em pesquisar a flora de Santa Catarina.

## 4 MEMÓRIA

A memória está nos fundamentos da história, por isso, fica complexo conjecturá-la de forma isolada. O que é história? O que é memória? Neste alicerce, depara-se com o documento, o monumento e a oralidade. Le Goff (2013) acode que a história não deva ser percebida como uma ciência do passado, mas entendida como “[...] uma ciência da mutação e da explicação da mudança” (LE GOFF, 2013, p. 16). O autor considera o passado como “[...] uma construção e uma reinterpretção constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2013, p. 28).

A história tem como função fornecer à sociedade, esclarecimentos quanto a sua origem, refletindo-a como mudança. Os gregos já sinalizavam a importância da memória, tanto que recebeu lugar no panteão de seus deuses. Conforme Silveira (2007, p. 36): “Segundo o mito, *Mnemósine*, a deusa da memória, foi a quarta esposa de Zeus que gerou, dessa união, nove musas, entre elas, *Clio*, a história”. Pesavento (2003, p. 7) aborda em seu livro *História & História Cultural*, no primeiro capítulo: *Clio* e a grande virada da história “[...] cremos que *Clio* era uma filha dileta entre as musas, pois partilhava com sua mãe o mesmo campo do passado e a mesma tarefa de fazer lembrar”. Observa-se que para o cultivo da história torna-se indispensável apelar à memória.

No tempo dos homens, e não mais dos deuses, *Clio* foi eleita a rainha das ciências, confirmando seus atributos de registrar o passado e deter a autoridade da fala sobre fatos, homens e datas de um outro tempo, assinalando o que deve ser lembrado e celebrado. (PESAVENTO, 2003, p. 7).

Freud e Platão já pautaram a memória em suas pesquisas. O primeiro iniciou amplos debates em torno da memória humana, citando seu caráter seletivo, retratando as lembranças de forma parcial, ou seja, selecionando os momentos lembrados, conceituando a memória como um repositório de lembranças. O segundo exibiu a memória como um bloco de cera, no qual as lembranças eram gravadas. Mas somente no final da década de 1970, os pesquisadores da “Nova História” começaram a trabalhar com a memória (SILVA; SILVA, 2009, p. 275-278). E o conceito de fontes históricas começou a crescer e ressaltar na construção do conhecimento.

Na “Nova História” a função do pesquisador não era mais contar a história com veracidade, mas mostrar diversas verdades e compreender como estas foram construídas com o tempo. Abre-se uma ruptura entre a cultura e o passado, ou seja, pode-se compreender e interpretar construindo uma visão particular do vivido, oferecendo a oportunidade de modificar muitas vezes o fato ocorrido.

A “Nova História”, também chamada de “Nova História Cultural”, segundo Pesavento (2003, p. 15), estava abrindo uma oportunidade de a história trabalhar a cultura de uma outra forma, “[...] pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.”.

Após realizar uma trajetória sobre o conceito de história, Le Goff (2013) faz pensar sobre o trabalho histórico e afirma que “[...] o trabalho histórico tem por fim tornar inteligível o processo histórico e que esta inteligibilidade conduz ao reconhecimento da *regularidade* na evolução histórica.” (LE GOFF, 2013, p. 46-47). Quando Le Goff (2013) aborda a cultura histórica, ele se reporta não apenas às relações entre memória e história, e entre presente e passado. Refere-se como a ciência do tempo “[...] está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores.” (LE GOFF, 2013, p. 54).

A memória se refere à competência intelectual de armazenamento de informações, por meio de experimentações ou conhecimentos obtidos ao longo do tempo. Segundo Silva e Silva (2009, p. 276), existem outras distinções entre memória e história ao considerar que a história trabalha “[...] com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo.”. A memória acaba por conseguir recuperar este armazenamento de informações do indivíduo ou do grupo, e a história irá trabalhar com todas estas informações trazidas por estes atores do processo.

Com relação ao conceito de memória e história, Nora (1993, p. 09) contribui sinalizando que “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. Contribuindo com esta reflexão, Spina e Serratto (2015, p. 101) afirmam que “a memória pode contribuir como fonte para a história quanto o registro histórico pode produzir uma nova reflexão sobre as marcas da memória [...]”.

Os cientistas da informação se utilizam da história, visto que ela traz inúmeros conceitos úteis à Ciência da Informação (CI), abordando a história social, as

memórias de um grupo, suas tradições e o patrimônio cultural; todos com uma grande ligação com a sociedade. “A memória, enquanto fenômeno social, pode ser entendida como a História, a tradição, a cultura de um povo. Pode, ainda, ser entendida como memória coletiva [...] por ser a memória de uma sociedade.” (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, não paginado). A memória é trabalhada como construção social, “[...] uma reconstrução continuamente atualizada do passado [...]” (CANDAUI, 2011, p. 09).

Segundo Nora (1993, p. 09), “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.”. E por ser reconstrução, a memória tem seu papel nesse processo de rememorar os fatos. Ela é parte de um processo social, vive-se em sociedade, neste contexto, de acordo com Halbwachs (2006), tornando os eventos do passado em memórias de um grupo.

A memória é transmitida por atores que participam ou participaram desses grupos sociais, portanto é necessário reconhecer que ocorram relações entre o poder e a memória, implicando na politização das lembranças e o esquecimento. Esses grupos reconstróem o passado no presente. Halbwachs (2006, p. 39) aponta:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum.

A memória e o esquecimento estão ligados à história, mas também ao imaginário. A identidade dos grupos sociais advém por representações e, conseqüentemente, pelo imaginário, podendo ser ele um processo individual e/ou coletivo. “O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição [...]” (PESAVENTO, 1995a, p. 24). A autora apresenta os seguintes questionamentos: “[...] não será este o verdadeiro caminho da História? Desvendar um enredo, desmontar uma intriga, revelar o oculto, buscar a intenção?” (PESAVENTO, 1995a, p. 24).

Esse contexto aborda as questões associadas à identidade que também são ligadas fortemente pelo patrimônio cultural e a memória, ambos são carro-chefe na construção da identidade de uma sociedade.

[...] a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade [...] (PESAVENTO, 2003, p. 89).

A definição de Pesavento (2003) corrobora com o conceito de construção coletiva de identidade, partindo do imaginário do grupo e se estendendo a toda uma sociedade. Assim, a formação da identidade está ligada ao patrimônio, pois é a partir dele que os sujeitos herdaram ou constroem memórias, elos determinantes na ressignificação do passado. Em relação a essa construção coletiva, Halbwachs (2006) contribui apresentando a memória coletiva como aquela externa ao sujeito.

#### 4.1 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

A memória só poderia “[...] existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual.” (HALBWACHS, 2006, p. 71). Seu legado surge no conceito de que a memória se constrói a partir das relações com os outros.

Como observado, a memória individual vive a partir de uma memória coletiva, em que o fato de lembrar não é algo particular, mas sim a relação com outros indivíduos, grupos ou até lugares que se compartilha a vida em sociedade. Com isso, fica evidente que se necessita das lembranças dos outros sujeitos para abonar e corroborar com as próprias memórias ressignificadas.

Nunca se está só, uma vez que as memórias têm ligação e interligação com inúmeras lembranças dos outros (HALBWACHS, 2006). Portanto, a memória não é apenas individual, mas coletiva. E, por ser construída, não espelha uma reprodução fiel do vivido, mas pontua que as lembranças vividas por um grupo podem ser ressignificadas, simuladas ou até mesmo perdidas.

A memória coletiva coopera permitindo uma abordagem mais complexa da memória individual, “[...] como as crescentes descobertas científicas sobre memória individual também produziram motivações importantes para uma ressignificação da noção de Memória Coletiva.” (BARROS, 2019, p. 272-273). A memória coletiva é composta por lembranças vividas pelos sujeitos, porém toda esta gama de lembranças não os pertence individualmente, foram vividas no coletivo, sendo entendidas como propriedade de um grupo.



Com os estudos de Halbwachs (2006), no período da “Nova História”, buscou-se criar uma história com base na memória coletiva, considerando sua importância na significação das identidades. Le Goff (2013, p. 435) alega uma relação entre a memória e a identidade quando defende a memória como elemento essencial “[...] do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”.

A memória está unida à faculdade humana que abarca a competência de arquivar as informações, desempenhando influência sobre a história, sendo assim um elemento que individualiza as pessoas. Halbwachs (2006) colaborou com a ruptura da ideia que se tinha de memória.

Os indivíduos se constituem singulares e responsáveis pelas lembranças do passado. Com as pesquisas de Halbwachs (2006), o aspecto social à memória auferiu força, comprovando uma relação entre as memórias individuais e as coletivas. Kern e Mutter (2012, p. 189) expressam que “A necessidade de preservar a memória coletiva ganha cada vez mais espaço nas mais variadas áreas.”. Portanto, a memória é interdisciplinar.

As lembranças que o indivíduo possui parecem pertencer-lhe; mas, na realidade, são lembranças muitas vezes de ocasiões compartilhadas com outras pessoas. (HALBWACHS, 2013). Portanto, a memória coletiva adota função relevante, cooperando para a ampliação do sentimento de pertencimento do passado gerando, assim, identidade a uma sociedade amparada nas memórias partilhadas, articuladas em suas narrativas.

Não basta reconstruir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

O patrimônio cultural movimenta a memória coletiva por meio da afetividade e da emoção, desvelando um fragmento do passado que foi selecionado, visando à ininterrupção da identidade de uma sociedade (CHOAY, 2006). Neste estudo, pode-se observar quando descrita a arquitetura dos bens tombados – entendidos como igrejas, casas, palacetes entre outros – que representaram e ressignificam essas representações no comportamento e no estilo de vida do ontem e hoje. Eles

testemunharam acontecimentos que fizeram parte da história e, hoje, da memória social da cidade de Itajaí.

Com os estudos das memórias coletivas, apresenta-se o conceito dos “lugares de memória”, termo cunhado por Pierre Nora (1993), acendendo uma nova perspectiva da memória coletiva. Os “lugares de memória” se multiplicam com as práticas sociais existentes na atualidade, na busca da memorialização nos múltiplos lugares de educação e memória, os quais servem como base para a história do presente (NORA, 1993; BARROS, 2019).

## 4.2 LUGAR DE MEMÓRIA

O historiador Pierre Nora (1993) faz uma distinção entre memória e história. Relata que a história está unida ao intelecto, um desenho do passado, enquanto a memória é afetiva, por isso em permanente evolução.

Pierre Nora (1993) aborda três características para se definir um “lugar de memória”: o material constituído pelo espaço físico; o simbólico que faz referência aos entes, às pessoas ilustres que viveram momentos históricos; e o funcional que garante à lembrança se perpetuar, conseqüentemente, sua transmissão. Candau (2011) contribui com essa reflexão assegurando que os “lugares de memória” promovem a conexão entre as memórias dos indivíduos.

No texto “Entre memórias e história: A problemática dos lugares”, Nora (1993) aborda a história do tempo presente e a problemática do esquecimento, sinalizando que somente poderia ser superada à medida que se identificassem lugares onde a memória se eternizasse e a identidade voltasse a ganhar força. Conforme Gonçalves (2012, p. 43): “O diagnóstico feito por Nora acerca do tempo presente, destacando sua relação com a memória e com o patrimônio cultural, foi, no campo da história, pioneiro e inovador, abrindo novas perspectivas de análise [...]”. Pesavento (2003) contribui que é “uma História ainda não acabada”; segundo a autora, o pesquisador é uma “testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra e do que não se conhece o término” (PESAVENTO, 2003, p. 43).

Esses espaços transformados em “lugares de memória” exercem múltiplas funções. Cardoso (1998, p. 14) define lugar como “a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço”, apresenta a função primordial de “fazer lembrar”, desenvolvendo a rememoração e ativando a lembrança. “Lugar é a ideia,

parcialmente materializada [...] que os habitantes têm de suas relações com seu território, com suas famílias e com os outros.” (CARDOSO, 1998, p. 14).

Pensar sobre “lugares de memória” e a CI é compreender as funções das unidades de informação, que têm como princípio a guarda, o tratamento e a disseminação dos materiais de informação. Todas essas funções existem porque os lugares de informação têm como utilidade “fazer lembrar”, o que propicia o desenvolvimento e a rememoração da memória como tangível informação na sociedade. Monteiro, Carelli e Pickler (2008, não paginado) afirmam que os “lugares de memória” podem ser “[...] comparados à memória de longo alcance, graças à preservação de seus suportes materiais”.

## 5 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa foi o caminho estratégico do estudo. Nesse processo pretendeu-se responder à questão problema, descrevendo uma situação; enfim, constituído um percurso para a realização da pesquisa científica. Severino (2007, p. 129) explana que o trabalho de pesquisa necessita ser delineado, para tanto:

[...] o pesquisador precisa ter bem claro o seu objeto de pesquisa, como ele se coloca, como ele está problematizado, quais as hipóteses que está levantando para resolver o problema, com que elementos teóricos pode contar, de quais os recursos instrumentais dispõe para levar adiante a pesquisa e quais etapas pretende percorrer.

Essas etapas percorridas na investigação são o processo para a construção do conhecimento na CI, gerando novas aprendizagens e moldando outras. De acordo com Bezerra, Schneider e Brisola (2017, p. 10), “[...] o pensamento reflexivo é fundamental para que, instigados pelo ‘estado de dúvida’, os indivíduos tenham orientações para realizar o ‘ato de pesquisa’ [...]”. Que se abona na investigação das fontes quanto na avaliação e no uso das informações examinadas.

Para alcançar os objetivos já apresentados, a investigação necessitou estruturar-se em processos, etapas e definir metodologias que foram aplicadas, pois segundo Severino (2007), pesquisar é realizar uma tarefa, adotar um caminho. Nesse sentido, Braga (2007) afirma que esse caminho atestará o caráter científico e conferirá sua qualidade e o validará; para isto, é imprescindível a escolha de um método para a investigação.

Amparado ainda em Braga (2007, p. 18), é o caráter científico da pesquisa que conferirá a qualidade da investigação apresentada, proporcionando os procedimentos metodológicos e as técnicas de coletas e análises dos dados, “[...] não estão em jogo apenas os resultados, mas quais foram os meios e os procedimentos adotados pelo pesquisador ou pela pesquisadora para classificá-los.”. Ainda segundo a autora, quanto mais explicada e apurada a metodologia utilizada, maior a apropriação ao campo científico.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa promoveu pareceres a estudos realizados anteriormente, deferência ao tema pesquisado, gerador do interesse à matéria. Para isso, a investigação procurou apreciar os aportes culturais ou científicos do passado existentes sobre a problemática. Assim, o pesquisador se utilizou de estudos viventes para fundamentar sua pesquisa. Segundo Severino (2007, p.122): “[...] utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.”.

A presente pesquisa se classifica como aplicada, exploratória e descritiva, de cunho histórico. Quanto à natureza do objeto de ser aplicada, a pesquisa buscou gerar conhecimentos para sua aplicação prática e direcionada à solução do problema investigado, uma vez que essa classificação envolve a aplicação prática da ciência e tem como finalidade realizar uma ação concreta, operacionalizando os resultados do estudo.

O estudo científico como pesquisa exploratória – com a finalidade de proporcionar mais informações sobre a temática investigada – buscou compreender o problema e torná-lo compreensível, explícito. Severino (2007) avigora que a pesquisa exploratória ergue informações sobre o objeto pesquisado, demarcando um campo de trabalho e mapeando as qualidades de amostra do objeto da pesquisa; assim, considerada exploratória porque permite “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 171), explorando a realidade a fim de buscar novos conhecimentos.

Enquanto pesquisa descritiva, teve como desígnio “o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 170). As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que rotineiramente realizam os pesquisadores sociais focados na atuação prática.

O cunho histórico da pesquisa permitiu conhecer e analisar os documentos para compreender as relações entre o tempo e a história, o espaço e a memória, oportunizando a leitura dos patrimônios culturais e sua releitura como lugares de educação e memória.

O corpus documental da pesquisa constituiu-se de fontes documentais, extraídas de livros, artigos, sites, periódicos, revistas e na observância de documentos no CDMH do município de Itajaí.

A definição de abordagem da pesquisa foi quali-quantitativa, o estudo teve as duas abordagens em diferentes fases da investigação. A pesquisa começou pela

abordagem qualitativa analisando documentos impressos e outros tipos de materiais. E, em um segundo momento, com aplicação de questionários aos gestores de espaços que se transformaram em lugares de educação e memória, e a professores para observar a construção das memórias coletivas na escola. Portanto, sua abordagem teve momentos qualitativos e outros quantitativos.

Enquanto qualitativa, na análise dos documentos a representatividade não foi numérica, mas sim, na análise descritiva, uma vez que contou as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados de Itajaí. Enquanto quantitativa, a pesquisa quantificou, ou seja, mensurou os dados coletado, para interpretá-los numericamente.

A conexão das duas abordagens proporcionou uma maior veracidade aos resultados, compreendendo melhor o problema e enriquecendo os resultados coletados e analisados, porque neles “[...] mistura, integra ou vincula as duas formas de dados concomitantemente, combinando-os ou misturando-os de modo sequencial [...]” (CRESWELL; CLARK, 2013, p. 22).

A utilização do método misto fez com que a pesquisa se completasse: uma abordagem dando sentido à outra, em que “[...] as limitações de um método podem ser compensadas pelas potencialidades de outro método [...]” (CRESWELL; CLARK, 2013, p. 25). O tratamento metodológico permitiu abordar uma vertente de análise da história local, analisando-a, descrevendo-a e interpretando-a, sinalizando os acontecimentos materializados nas memórias do surgimento do patrimônio cultural tombado de Itajaí.

O método de procedimento da pesquisa foi de campo. Conforme Severino (2007, p. 123): “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio [...]”. A pesquisa se deu no CDMH, na análise dos documentos históricos para descrever as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados de Itajaí.

Posteriormente, foram efetuadas visitas aos patrimônios culturais classificados como lugares de educação e memória por meio de ações educativas e, por fim, às escolas públicas de ensino médio para evidenciar se ocorriam as construções de memórias coletivas por meio das ações desses espaços de educação e memória itajaienses. “A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados [...]” (SEVERINO, 2007, p. 123).

## 5.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A delimitação do estudo teve por finalidade proporcionar um maior detalhamento do campo e da população da pesquisa; assim, a partir da compreensão do contexto e da realidade da pesquisa tornou-se mais acessível sua compreensão.

Com base no tema da pesquisa – Patrimônio Cultural Itajaiense: Espaço de Educação e Memória – ocorreu a primeira delimitação, na qual a pesquisa se concentrou apenas nos bens tombados do município de Itajaí.

Nesse parâmetro, atualmente Itajaí conta com dezoito bens edificados tombados: Mercado Público Municipal/Centro de Cultura Popular, Casa Konder, Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão, Palácio Marcos Konder, Casa Burghardt, Casa Malburg, Ex-Fábrica Renaux, Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí, Casa Lins, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, Casa Almeida & Voigt, Casa Bauer & CIA, Igreja Imaculada Conceição, Hotel Rota do Mar, Sociedade Sebastião Lucas Pereira, Capela Santa Terezinha e o Herbário Barbosa Rodrigues, sendo o último homologado durante a referida pesquisa.

Nesse momento da pesquisa, os bens tombados são descritos contanto suas histórias e memórias. Essa parte da pesquisa documental buscou atender o objetivo específico de descrever, por meio das informações registradas em documentos históricos, as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados de Itajaí, realizado mediante documentação analisada no CDMH na FGML.

A partir da análise dos bens tombados, de suas histórias e memórias e com o aporte de autores que discutem a temática e estudos de Pierre Nora (1993), o qual cunha o termo “lugares de memória” pautado em experiências materiais, simbólicas e funcionais, classificou-se como além de um “lugar de memória”, um lugar de educação e memória.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. (NORA, 1993, p. 21)

Nora aborda o exemplo: um livro que então era utilizado (memória coletiva), com o passar do tempo se torna raridade, um “tesouro de sótão” (memória histórica) e, depois, torna-se documento de pesquisadores (memória pedagógica) (NORA, 1993).

Nesse momento da pesquisa, foi atendido o objetivo específico de identificar quais os patrimônios culturais tombados itajaienses desenvolvem ações educativas em parceria com as unidades escolares, tornando possível a classificação dos bens tombados em lugares de educação e memória.

Com a classificação dos lugares de educação e memória, realizou-se um questionário aos gestores desses espaços, com o intuito de investigar suas ações educativas, explorando, assim, os patrimônios culturais itajaienses como espaços de aprendizagem, cumprindo o objetivo específico de analisar como os lugares de educação e memória desenvolvem ações educativas para a construção de memória coletiva. Por fim, foi utilizado um questionário para professores das unidades de ensino médio de Itajaí.

### **5.2.1 Instituições pesquisadas**

Para pesquisar as histórias e memórias dos patrimônios culturais de Itajaí, a instituição pesquisada foi o CDMH situado na rua Lauro Muller, n.º 335, centro do município de Itajaí, anexado à Casa Lins que abriga a FGML, mantenedora do CDMH.

No CDMH de Itajaí estão disponíveis, para consulta, livros e documentos da biblioteca de apoio, hemeroteca, acervo iconográfico e documentação pública, além de algumas coleções e dossiês que contam a história e as memórias dos bens tombados do município.

Após a análise dos patrimônios culturais itajaienses e a classificação de alguns deles como lugares de educação e memória, com base nos estudos de Pierre Nora (1993), enaltecendo as “experiências funcionais”, por meio de ações educativas desenvolvidas por estes espaços, os mesmos também foram visitados para que seus gestores respondessem um questionário, comprovando ou refutando esse espaço transformado em lugar de educação e memória.

As últimas instituições que fizeram parte da pesquisa foram às escolas públicas de ensino médio localizadas no município de Itajaí, nas quais os



professores das disciplinas de arte e história foram convidados a responder um questionário para se observar a construção das memórias coletivas nessas instituições e, assim, responder à questão problema da pesquisa.

Conforme Barbetta (2011, p. 43): “[...] amostra é parte dos elementos de uma população [...]”, podendo também ser constituída por uma parcela da população, tendo a necessidade de que as características sejam semelhantes às da população, que Barbetta (2011) define como processo de seleção da amostra. Por isso, do universo total de professores do ensino médio de Itajaí, optou-se pelos professores das disciplinas de arte e história. Ficaria exaustivo realizar a pesquisa com todas as áreas do conhecimento.

Para obter uma amostragem adequada, o pesquisador optou pela disciplina de arte, por ser sua área de atuação e que contempla conteúdos sobre patrimônio cultural. Já a disciplina de história foi escolhida pela familiaridade com o problema da pesquisa.

### **5.2.2 População e amostra**

No delineamento da pesquisa, constituiu de suma importância a delimitação da população, decidindo a instituição ou a população a ser pesquisada. Barbetta (2011, p. 27) define população como sendo um “[...] conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características (variáveis) que pretendemos levantar.”.

Pensando em bens tombados, no primeiro momento foram descritos todos os bens edificados, assumindo a sua totalidade (dezoito patrimônios culturais edificados e tombados por legislação). Até esse momento a pesquisa se deu por análise de documentação.

Posteriormente, foram visitados apenas os patrimônios culturais transformados em lugares de educação e memória. Este estudo mensurou quantos dos dezoito bens se converteram em lugares de educação e memória.

Para responder com propriedade à problemática de pesquisa, foi solicitado – às instituições públicas de ensino médio do município de Itajaí – para que seus professores das disciplinas de arte e história respondessem a um questionário, evidenciando a construção das memórias coletivas nesses estabelecimentos.

Os processos metodológicos são fundamentais para alcançar cada objetivo e responder ao problema da pesquisa. Segue o quadro que apresenta o processo em cada momento:

Quadro 03 – Processos metodológicos

<b>ETAPAS: Objetivos Específicos e Produto Final</b>	<b>PROCESSOS METODOLÓGICOS</b>
Descrever, por meio das informações registradas em documentos históricos, as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados de Itajaí.	Pesquisa documental dos dezoito patrimônios culturais tombados de Itajaí.
Identificar quais os patrimônios culturais tombados itajaienses desenvolvem ações educativas em parceria com as unidades escolares.	Classificação dos patrimônios culturais tombados de Itajaí que se caracterizam como lugar de educação e memória.
Analisar como os lugares de educação e memória desenvolvem ações educativas para a construção de memória coletiva.	Questionário aos gestores dos patrimônios selecionados como lugar de educação e memória para validar esta classificação e obter informações acerca das ações educativas desenvolvidas.
Para responder à pergunta de pesquisa e propor o produto final de: elaborar um guia eletrônico para divulgar nas instituições educacionais os patrimônios culturais itajaienses que se transformaram em lugares de educação e memória.	Questionário aos professores das disciplinas de arte e história das escolas públicas de ensino médio de Itajaí, para observar a construção das memórias coletivas nessas instituições.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

### 5.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados estabelece um contato direto com a fonte pesquisada, garante, além dos dados, outras percepções do assunto investigado.

Nesta pesquisa, a coleta de dados se constituiu: por leitura e análise de documentos que contam a história dos patrimônios culturais tombados de Itajaí; por questionários realizados com gestores de espaços patrimoniais transformados em lugares de educação e memória; e, também, por questionários realizados nas escolas públicas de ensino médio de Itajaí, com professores das disciplinas de arte e história, para observar as construções de memórias coletivas nesses estabelecimentos de ensino.

#### 5.3.1 Instrumentos de coleta de dados

No CDMH de Itajaí foram analisados os documentos dos dezoito patrimônios culturais edificados do município, por meio de documentação, fotos e outros registros da época. Além dessa coleta, dois questionários foram aplicados:

- a) aos gestores dos patrimônios que se transformaram, para além de patrimônios culturais tombados, em lugares de educação e memória pautados em ações educativas.
- b) aos professores das disciplinas de arte e história das escolas públicas de ensino médio do município de Itajaí, pautado na construção de memórias coletivas nessas instituições educacionais.

Esses questionários constituíram uma série composta de perguntas a serem respondidas por escrito, o mesmo foi seguido de instruções, explanando a finalidade de sua aplicação e ressaltando a importância da colaboração do informante. Conforme Severino (2007, p.125), questionário é “[...] conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados [...]”; e, segundo Barbetta (2011, p. 33):

O questionário também deve ser feito de forma a facilitar a análise dos dados. O questionário deve ser completo, no sentido de abranger as características necessárias para atingir os objetivos da pesquisa; ao mesmo tempo, não deve conter perguntas que fujam desses objetivos, pois, quanto mais longo o questionário, menor tende a ser a confiabilidade das respostas.

Contudo, antes da aplicação dos questionários, os mesmos foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEP/UEDESC). Somente após a aprovação pelo CEP/UEDESC, as coletas de dados referentes aos questionários se realizaram.

### **5.3.2 Procedimentos de coleta de dados**

Inicialmente, a coleta dos dados ocorreu em quatro momentos distintos. O primeiro visou à compilação da seleção de artigos, livros e autores que abordam a temática do patrimônio cultural e das memórias; pretendeu-se buscar essas informações em artigos que tivessem a CI como suporte na gestão de unidades de informação.

No segundo momento, coube conhecer as histórias dos patrimônios culturais de Itajaí por meio de documentação da FGML no CDMH. Após a descrição de cada patrimônio cultural com as histórias e suas memórias, ocorreu uma classificação desses patrimônios em lugares de educação e memória mediante estudo bibliográfico acerca dessa temática.

O terceiro e o quarto momentos ocorreram com a aplicação dos questionários, sendo no terceiro momento para os gestores dos patrimônios classificados em lugares de educação e memória – que tenham cunho pedagógico a partir de ações educativas, validando esses espaços sobre a ótica de Pierre Nora (1993) e Le Goff (2013). No quarto momento houve a aplicação de questionários aos professores de ensino médio de escolas públicas de Itajaí, a fim de verificar a construção de memórias coletivas na escola, com base em Halbwachs (2006) e Le Goff (2013).

### **5.3.3 Procedimentos de análise e apresentação dos dados**

Ao término da coleta, os dados foram organizados e trabalhados para subsidiar a resposta da questão problema da pesquisa. Em seguida, foram dispostos e analisados para a escrita dos resultados da investigação. Essa organização se deu pela descrição dos patrimônios culturais tombados e por meio de planilhas de processamento de dados, a fim de elaborar gráficos e imagens dos resultados observados, uma vez que a pesquisa se deu pelo método misto. “A combinação de dados quantitativos e qualitativos proporciona um entendimento mais completo do problema da pesquisa do que cada uma das abordagens isoladamente” (CRESWELL; CLARK, 2013, p. 25).

Considerando que patrimônio cultural e memória são temas suscitados na CI, o conhecimento gerado com essa pesquisa enriquecerá novas abordagens na área, pensando “[...] em uma sociedade mais independente, mais participativa [...]” (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p. 14).

## **5.4 METODOLOGIA DO PRODUTO FINAL**

O produto final corresponde à elaboração de um guia para divulgar, nas instituições educacionais, os patrimônios culturais itajaienses que se transformaram

em lugares de educação e memória. Constatou-se, nas escolas, a falta de material para trabalhar com a temática do patrimônio cultural local. A pesquisa proporcionou dados para a elaboração do produto final a partir de documentos que contam a história desses lugares e pelas ações educativas realizadas neles.

A elaboração do guia como produto final da dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação está constituída por capítulos, divididos entre os patrimônios culturais que se transformaram em lugares de educação e memória. O guia será disponibilizado em formato PDF, facilitando seu uso, uma vez que os alunos de ensino médio e seus professores estão cada vez mais conectados por dispositivos móveis, facilitando assim seu acesso.

A justificativa da elaboração do guia parte da premissa da importância do estudo e da vivência que os patrimônios culturais locais exercem na formação do cidadão, principalmente aqueles que desenvolvem ações educativas para fazer lembrar as lembranças do passado e ressignificá-las. Os públicos-alvo constituem-se dos professores e alunos do ensino médio do município de Itajaí.

O guia terá como objetivo informar da existência de ações educativas desenvolvidas por esses lugares e mostrar um pouco da história e da memória do patrimônio cultural, fomentando o desejo da visita, do estudo e do conhecimento sobre a história.

Com a seleção das informações realizada, segue-se a fase da formatação do guia, sua apresentação e adequação para uso dos professores e dos alunos. Fez-se necessário o uso de imagens e resumos com o objetivo de suscitar a vontade e o interesse por mais informação. O guia será composto de:

- a) Capa;
- b) Texto informativo sobre “Itajaí e seus lugares de educação e memória”;
- c) Capítulos com imagens e texto em forma de resumo sobre a história e a memória do patrimônio cultural transformado em lugares de educação e memória;
- d) Ficha técnica e referências.

## 6 RESULTADOS

Apresentam-se os resultados da pesquisa e a análise dos dados coletados para o alcance dos objetivos e que responda à questão problema da investigação. A apresentação acompanhará a mesma ordem dos objetivos do estudo.

Para alcançar o primeiro objetivo específico de descrever, por meio das informações registradas em documentos históricos, as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados de Itajaí, o pesquisador realizou a pesquisa no CDMH; a partir dos documentos encontrados foram descritos todos os dezoito patrimônios culturais tombados por legislação. Para que o corpo da pesquisa apresentasse de forma atrativa a leitura, o resultado consta no item 3.1 Patrimônio Cultural Itajaiense e, a partir do item 3.1.1, foram descritos todos os patrimônios culturais tombados do município de Itajaí, assegurando o cumprimento do objetivo.

Ao segundo objetivo específico, de identificar quais os patrimônios tombados itajaienses desenvolvem ações educativas em parceria com as unidades escolares, foi necessário elaborar um quadro classificatório do patrimônio cultural tombado do município de Itajaí em lugar de educação e memória. Conforme Nora (1993), no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, **material, simbólico e funcional**, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. (NORA, 1993, p. 21, grifo nosso).

Na classificação dos patrimônios tombados, a pesquisa acrescentará a parte educacional, sendo pontuada na experiência funcional. O pesquisador incluiu a análise de ações educativas realizadas nos espaços, “[...] é a memória que dita e a história que escreve.” (NORA, 1993, p. 24).

Na experiência material, os seguintes aspectos foram analisados: espaço geográfico constituído, público ou privado e aberto ou fechado aos itajaienses e turistas. Conforme Nora (1993, p. 22): “É material por seu conteúdo demográfico [...]”.

Na experiência simbólica, os aspectos analisados foram a história da construção, seus entes, objetos, rituais e as memórias do espaço patrimonial. E na

experiência funcional, analisados os aspectos das ações educativas aplicadas para lembrar um momento da história da sociedade e/ou outras ações ofertadas no espaço. Segundo Nora (1993, p. 22), “[...] funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo [...] lembrança e sua transmissão [...]”.

No quadro encontram-se registradas as seguintes informações: O que atualmente o patrimônio cultural tombado abriga em sua edificação? Esse patrimônio está aberto ao público? Existem ações educativas no espaço? Entre outras informações peculiares de cada patrimônio classificado em lugar de educação e memória.

Quadro 04 – Classificação dos espaços em lugares de educação e memória

Patrimônio Cultural	Análise pelo texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (NORA, 1993).		
	MATERIAL	SIMBÓLICO	FUNCIONAL
Mercado Público Municipal/Centro de Cultura Popular	X	X	
	Espaço utilizado por itajaienses e turistas para compras e degustação da gastronomia. Nenhuma ação educativa é vinculada à história e memória da edificação.		
Casa Konder	X	X	
	Atualmente, tem uma sala locada para uma empresa de áudio visual. Não apresenta ações educativas em seu espaço.		
Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão	X	X	X
	O espaço é utilizado nas oficinas do projeto “Arte nos Bairros”, atendendo a comunidade de forma gratuita. No período noturno ocorrem aulas do Conservatório de Música de Itajaí e outras oficinas como dança e pintura. Existem salas específicas para exposições e ações educativas. Além dos espetáculos realizados em seu auditório, bem como eventos no pátio interno. A Casa da Cultura recebe visitas das escolas de Itajaí e da região, desenvolvendo ações voltadas à cultura de Itajaí e às histórias da construção do prédio desde quando era o Grupo Escolar Victor Meirelles.		
Palácio Marcos Konder	X	X	X
	O espaço é utilizado pelo Museu Histórico de Itajaí. Aberto à população e às escolas mediante agendamentos; são realizadas ações educativas. Esse museu foi tema de uma pesquisa realizada na disciplina de estatística, apresentando o público visitante nos anos de 2017 a 2019, seus projetos e ações educativas. Artigo publicado em periódico na área da Comunicação e Informação <sup>31</sup> .		
Casa Burghardt	X	X	
	O espaço é utilizado pelos departamentos administrativos da Fundação Cultural de Itajaí. No térreo existe um espaço destinado à Galeria de Arte, onde ocorrem exposições. Porém não foi encontrada nenhuma ação educativa que trabalhe com a história e a memória da edificação.		

<sup>31</sup> Artigo intitulado “Museu histórico de Itajaí: lugar de educação e memória”, realizado nas aulas de estatística com o professor Julíbio David Ardigó, e com a orientação da professora Tânia Regina da Rocha Unglaub. Revista Informação & Informação. v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40843>.

Casa Malburg	X	X	
	O espaço é utilizado pelo órgão da delegacia da Receita Federal. São realizadas ações de educação fiscal nas escolas, porém o espaço não está aberto aos estudantes por meio de ações educativas que englobam a história da casa e as memórias da época.		
Ex-Fábrica Renaux	X	X	X
	O espaço é utilizado pela Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí. Lugar aberto ao público, ofertando pesquisa, leitura, empréstimo de livros e atendimento aos estudantes por meio de ações que contam a história da cidade, da edificação e dos autores e artistas itajaienses. Também foi um espaço de pesquisa realizada sob a orientação da professora Tânia Regina da Rocha Unglaub, texto científico encontra-se em vias de submissão a periódicos da área.		
Prédio da antiga Fiscalização do Porto de Itajaí	X	X	
	O espaço encontra-se fechado aguardando adaptação para a criação do "Museu do Porto". Não existe nenhuma ação educativa sendo realizada nesse espaço.		
Casa Lins	X	X	X
	O espaço é utilizado pela Fundação Genésio Miranda Lins. A casa possui um anexo onde funciona o Centro de Documentação e Memória Histórica, oportunizando a pesquisa e disponibilizando documentação histórica aos pesquisadores. Ocorrem, nesse espaço, projetos de fomento à história de Itajaí, dos bairros e ações educativas envolvendo as escolas.		
Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	X	X	
	Espaço religioso que realiza celebrações, encontros preparatórios para a primeira eucaristia, crisma e grupos de jovens. Porém não realiza nenhuma ação educativa para contar a história da edificação e as memórias desse patrimônio visitado por muitos turistas.		
Estação Ferroviária Engenheiro Vereza	X	X	X
	O espaço é utilizado pelo Museu Etno-Arqueológico de Itajaí, localizado no bairro da Itaipava, trabalha a etnografia rural e a arqueologia. Aberto à população e às escolas mediante agendamentos para o atendimento e realização das ações educativas que contam a história da Estrada de Ferro em Itajaí. Esse museu foi tema de uma pesquisa realizada na disciplina de ética na gestão da informação, apresentando o espaço como comunitário e de memórias coletivas. Artigo no prelo em periódico da área da Comunicação e Informação <sup>32</sup> .		
Casa Almeida & Voigt	X	X	
	O espaço é utilizado pela "Itajaí Criativa – Residência Artística"; recebe inúmeros artistas das diferentes áreas culturais: música, dança, literatura, artes cênicas e artes visuais. Mas nenhuma ação é desenvolvida contando sobre a construção da casa e suas histórias.		
Casa Bauer & CIA	X	X	
	O espaço encontra-se em péssimas condições, necessitando com urgência de restauro. No momento, está fechado devido à precariedade apresentada na edificação.		
Igreja Imaculada Conceição	X	X	
	Espaço religioso muito procurado para celebrações. Porém não		

<sup>32</sup> Artigo – Museu Etno-Arqueológico de Itajaí: espaço comunitário de memórias coletivas, realizado nas aulas de ética da gestão da informação com a professora Daniella Câmara Pizarro e com a orientação da professora Tânia Regina da Rocha Unglaub. Submissão na revista Em Questão. 2021. (no prelo).



	realiza nenhuma ação educativa para contar a história da edificação e as memórias da primeira igreja do município.	
Hotel Rota do Mar	X	X
	O espaço encontra-se de portas abertas, ainda sendo hotel. Por se caracterizar como lugar de hospedagem, não ocorrem ações educativas nesse espaço.	
Capela Santa Terezinha	X	X
	A Capela é muito procurada para celebrações. Porém não realiza nenhuma ação educativa para contar a história da edificação e as memórias desse patrimônio.	
Herbário Barbosa Rodrigues	X	X
	Esse patrimônio foi tombado durante a realização da pesquisa (18/12/20). Ainda não está aberto ao público, somente para os pesquisadores em horários agendados.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Observou-se, com o preenchimento do quadro 04, que dos dezoito patrimônios culturais tombados do município de Itajaí apenas cinco se transformaram para além de um “lugar de memória”: um lugar de educação e memória. São eles: Prédio da Casa da Cultura Dide Brandão, Palácio Marcos Konder que abriga o Museu Histórico de Itajaí, Ex-Fábrica Renaux que acolhe a Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí, Casa Lins que abriga o Centro de Documentação e Memória Histórica e a Estação Ferroviária Engenheiro Vereza que acolhe o Museu Etno-Arqueológico de Itajaí.

## 6.1 LUGARES DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DE ITAJAÍ

A pesquisa apresentou as edificações patrimoniais com suas histórias e memórias por meio de documentação histórica analisada. A seguir, serão conhecidos os órgãos que ocupam esses espaços transformados em lugares de educação e memória.

### 6.1.1 Casa da Cultura de Itajaí

O prédio ocupado pela Casa da Cultura foi construído para fins educacionais, atendendo o Grupo Escolar Victor Meirelles por muitos anos, conforme descrito no item 3.1.3 desta pesquisa. Quando a nova sede da escola ficou pronta (1981), o antigo prédio ficou ocioso, chamando a atenção dos artistas de Itajaí que vislumbravam ocupar aquele espaço.

Em 1982, ocupando o prédio, inaugura-se a Casa da Cultura de Itajaí, situada à rua Hercílio Luz, centro do município, ao lado do Museu Histórico de Itajaí. Foi homenageado o artista José Bonifácio Brandão ou Dide Brandão como era conhecido, passando a se chamar “Casa da Cultura Dide Brandão”.

Figura 30 – Casa da Cultura Dide Brandão



Fonte: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/10582/predio-da-casa-da-cultura-dide-brandao-chega-aos-101-anos#.YPRS8uhKjIU> (2014).

A Casa da Cultura nascia com o objetivo de oportunizar vivência cultural com ensino-aprendizagem estético e o desenvolvimento do senso crítico por meio das várias linguagens artísticas, proporcionando oficinas, cursos, aulas, espetáculos entre outras culminâncias culturais.

No espaço predial foi se instalando – pouco a pouco, em suas grandes salas – espaços de fomento da cultura local. O prédio possui sala para leitura, oficinas e cursos, espaço para exposições e um pequeno auditório para apresentação de peças teatrais.

A Casa oferece inúmeros cursos gratuitos realizados pelo programa Arte nos Bairros<sup>33</sup>, acolhe o Conservatório de Música de Itajaí, deixando ainda mais rico artisticamente o espaço. As escolas podem agendar visitas a serem atendidas por ações educativas que apresentam a história do prédio, o valor que o lugar tem para

<sup>33</sup> O programa Arte nos Bairros tem como proposta levar a arte, cultura e entretenimento de qualidade às comunidades do município. A Casa da Cultura é um dos polos que atende o programa.

a cultura local, além de conhecer os cursos realizados no espaço que se transformou em um lugar de educação e memória.

### 6.1.2 Museu Histórico de Itajaí

O ano de 1982 foi um marco na cultura de Itajaí, sendo inaugurada a Casa da Cultura Dide Brandão e o Museu Histórico de Itajaí. O museu ocupou a edificação do Palácio Marcos Konder descrito no item 3.1.4 desta pesquisa. Localiza-se na esquina da rua Hercílio Luz com a Avenida Coronel Marcos Konder, centro do município de Itajaí.

Figura 31 – Museu Histórico de Itajaí



Fonte: <https://www.facebook.com/museuitajai/photos/a.859888277483935/2080393528766731/> ([20--]).

O Museu Histórico de Itajaí conta com exposições permanentes, temporárias e temáticas, com especial destaque para objetos/documentos do cotidiano: armaria, mobiliários de época, arte sacra, entre inúmeros itens. Seu acervo possui mais de 16 mil peças. Documentos que contam a história de Itajaí desde o surgimento do município. “[...] É ali que a memória do indivíduo se recarrega, possibilitando a construção e ressignificação de variantes que a história proporciona seja do monumento ou do documento” (IGNÁCIO; ARDIGO; UNGLAUB, 2021, p. 192).

O livro de visitantes do museu foi objeto de pesquisa<sup>34</sup> que constatou, nos anos de 2017, 2018 e 2019, um total de 52.648 visitantes, sendo esses divididos em: 38.405 de público espontâneo (aquele que visita o museu sem agendamento), 7.378 ações educativas oportunizando a construção e ressignificação da memória por meio da história local, 6.417 pessoas que participaram dos projetos desenvolvidos pelo museu: música no museu e yoga, e 448 pessoas em outros eventos como palestras, lançamentos de livros etc.

As escolas podem agendar visitas guiadas por profissionais do museu a fim de conduzir toda a história local pelos objetos/documentos expostos. O Museu Histórico de Itajaí se apresenta como um lugar de educação e memória, propulsor de sentidos, um arcabouço de histórias, memórias e informação.

### 6.1.3 Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí

A Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí localiza-se na Praça da Bíblia, na esquina com a rua Heitor Liberato e Avenida José Eugênio Muller, 1100, bairro Vila Operária.

Figura 32 – Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí



Fonte: <http://bibliotecaitajai.blogspot.com/p/historico.html> (2000).

<sup>34</sup> O resultado da pesquisa encontra-se publicado na revista Informação & Informação v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40843>.

A biblioteca ocupa a edificação da Ex-Fábrica de tecidos Renaux descrita no item 3.1.7 desta pesquisa. Criada pelo decreto n.º 6.078, de 15 de março de 2000. Somente três meses após, em 27 de junho, foi inaugurada, homenageando o escritor Norberto Cândido Silveira Junior que destacou Itajaí no cenário literário e por ter comandado a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. A biblioteca passa a denominar-se “Biblioteca Pública Municipal e Escolar Norberto Cândido Silveira Jr”.

A biblioteca foi dividida em espaços de leitura, pesquisa, internet e mezanino para uso de restauro. Oportuniza aos usuários um serviço de pesquisa dirigida, possui um auditório para 60 pessoas e uma equipe que atende as ações educativas, trabalhando o fomento da leitura, das histórias e autores itajaienses, bem como a trajetória de adaptação do prédio que era uma fábrica de tecidos em biblioteca pública.

Como uma unidade de informação a biblioteca se apresenta, guarda memórias individuais e coletivas de histórias que por aquele patrimônio se perpetuam. O desenvolvimento de ações educativas em seu espaço caracteriza mais um patrimônio cultural itajaiense em lugar de educação e memória.

#### **6.1.4 Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí**

O Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH), situado na rua Lauro Muller, 335, centro do município de Itajaí, ocupa o prédio anexo à Casa Lins, patrimônio cultural descrito no item 3.1.9 desta pesquisa. Instalado nesse novo prédio em 2001, o CDMH abriga o Arquivo Público de Itajaí (1985), a biblioteca de apoio, hemeroteca, acervo iconográfico e documentação pública de caráter permanente do município. O CDMH conta com setores de conservação e restauro, laboratórios de história oral e o desenvolvimento de ações educativas.

Os estudos abalizam que o município de Itajaí, há muito já tinha a preocupação com sua história e suas memórias, e por conseguinte sua preservação. Foi então que criou o arquivo da cidade (1985), o início de uma historiografia itajaiense, hoje denominado Centro de Documentação e Memória Histórica. (IGNÁCIO; ARDIGO; UNGLAUB, 2021, p. 190).

Um lugar de pesquisa por excelência atende a pesquisadores que buscam fontes documentais para seus trabalhos. O CDMH facilita o acesso à informação e

ao conhecimento da história de Itajaí, permitindo a compreensão dos aspectos de preservação e divulgação da memória.

Figura 33 – Centro de documentação e memória histórica



Fonte: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/2342/centro-de-documentacao-e-memoria-historica-de-itajai-e-totalmente-revitalizado#.YPRUsehKjIU> (2012).

As ações educativas apresentam, aos estudantes, o CDMH e a trajetória histórica do município por meio de fotografias, documentos históricos e jornais antigos, trabalhando também com oficinas de história oral. Esse é mais um espaço patrimonial que se transformou em um lugar de educação e memória.

#### **6.1.5 Museu Etno-Arqueológico de Itajaí**

O Museu Etno-Arqueológico de Itajaí, situado no bairro Itaipava, ocupa a edificação da Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, patrimônio cultural descrito no item 3.1.11, desta pesquisa. Foi inaugurado em 25 de junho de 2010, destinado às temáticas de etnografia da área rural e da arqueologia, bem como contar a história da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC).

O museu é caracterizado como uma unidade museológica temática, possuindo laboratório de arqueologia no qual ações educativas são realizadas, espaços para pesquisa, exposições e acervo coletados em sambaquis. As ações educativas abordam a arqueologia pré-histórica, histórica e a história da estação

ferroviária, corroborando com o folclore local e os labores rurais (IGNÁCIO; PIZARRO; UNGLAUB, 2021, no prelo).

Figura 34 – Museu Etno-Arqueológico de Itajaí



Fonte: <https://fgml.itajai.sc.gov.br/museu-etno-arqueologico> (2020).

[...] o museu é entendido como um organismo vivo que atua no bairro, descrevendo seu surgimento, suas histórias e relembrando memórias, sejam elas por meio de documentos, peças ou do saber fazer. São evidências que caracterizam as temáticas da etnografia e arqueologia desse espaço. (IGNÁCIO; PIZARRO; UNGLAUB, 2021, no prelo).

O Museu Etno-Arqueológico é mais uma unidade de informação que se transformou em um lugar de educação e memória, contando sua história, ressignificando memórias e salvaguardando o patrimônio cultural. As ações educativas desenvolvidas no museu são atuantes para além dos estudantes, há inúmeros projetos que abordam o saber e o saber fazer envolvendo a comunidade do bairro.

## 6.2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

O terceiro objetivo específico procura analisar como os lugares de educação e memória desenvolvem ações educativas para a construção de memória coletiva. Foi necessário, primeiramente, verificar com os gestores dos espaços patrimoniais

transformados em lugares de educação e memória se eles confirmavam ou refutavam essa classificação. Além de analisar outros itens no questionário, que se encontra no Apêndice A e aprovado no CEP/UDESC com o número do parecer: 4.475.747.

Quando perguntados se consideram o espaço patrimonial que trabalham, como um lugar de educação e memória? Os cinco gestores responderam que sim, totalizando 100%, e justificaram:

- Gestor 01: Desenvolvemos ações educativas com foco na história da cidade e suas memórias, contribuindo para a formação do público e consciência histórica do espaço e território em que vivemos;
- Gestor 02: Proporcionamos à comunidade: aulas, oficinas e cursos que são uma extensão das escolas, ampliando as experiências com a cultura e a história de quem frequenta esse espaço;
- Gestor 03: É um lugar de comunicação e interação que oportuniza mediações e o fomento da herança cultural de uma geração;
- Gestor 04: Conservamos os documentos, fotos, vídeos e arquivos de áudio do município que possuem relevância histórica;
- Gestor 05: Realizamos exposições e ações educativas, temos um acervo que preserva a história da população de Itajaí.

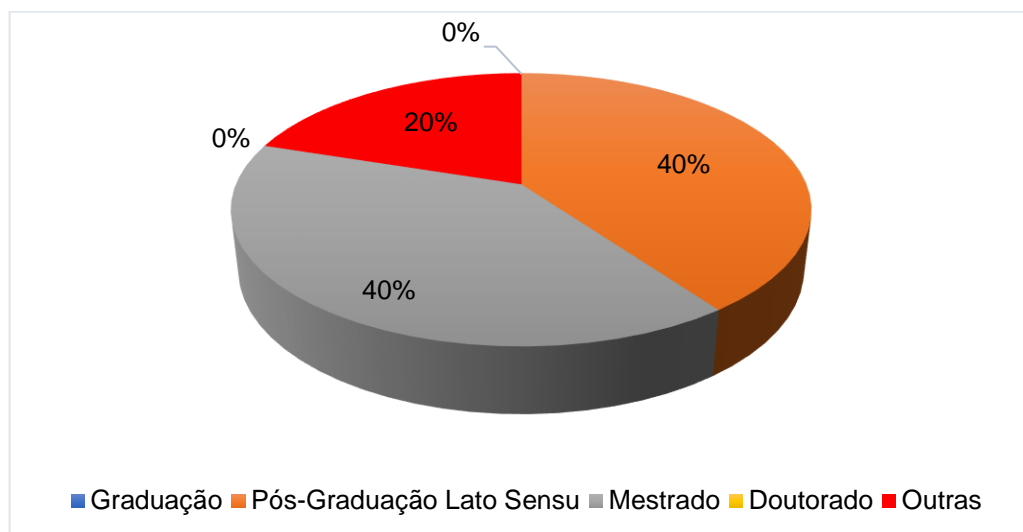
Os gestores dos espaços patrimoniais validaram por suas respostas o preenchimento do quadro 04, que classificou os espaços como lugares de educação e memória. Importante traçar o perfil dos gestores desses espaços, uma vez que eles, no município de Itajaí, são escolhidos pela gestão municipal, sem concurso público.

A coleta dos dados de identificação para traçar o perfil dos gestores dos espaços patrimoniais constituiu o início do questionário, perguntado sobre formação acadêmica, tempo de serviço em espaços patrimoniais e quantos anos está à frente da gestão do espaço patrimonial. Observa-se que – de acordo com o gráfico 01 – 40% dos gestores possuem pós-graduação Lato Sensu e, a mesma porcentagem, mestrado. Apenas um gestor, que corresponde a 20%, encontra-se no quesito



outras. (Para saber, esse gestor tem a graduação incompleta). Não há gestores com doutorado e nem somente com a graduação.

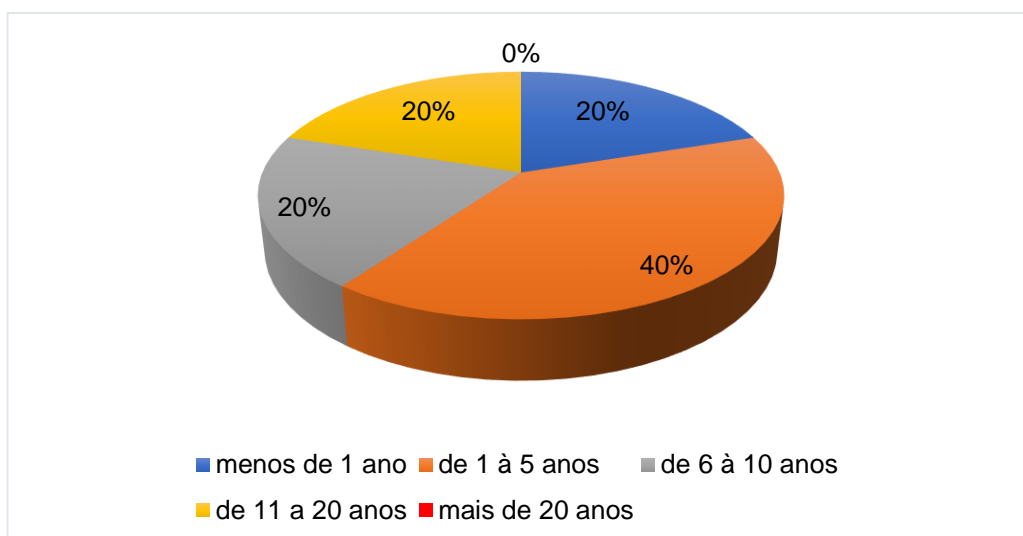
Gráfico 01 – Formação acadêmica dos gestores dos espaços patrimoniais



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os dados demonstrados permitem inferir que 80% dos gestores possuem pós-graduação Lato Senso e/ou Stricto Senso (mestrado). O gráfico a seguir mostra o tempo de serviço em espaços patrimoniais.

Gráfico 02 – Tempo de serviço do gestor em espaços patrimoniais

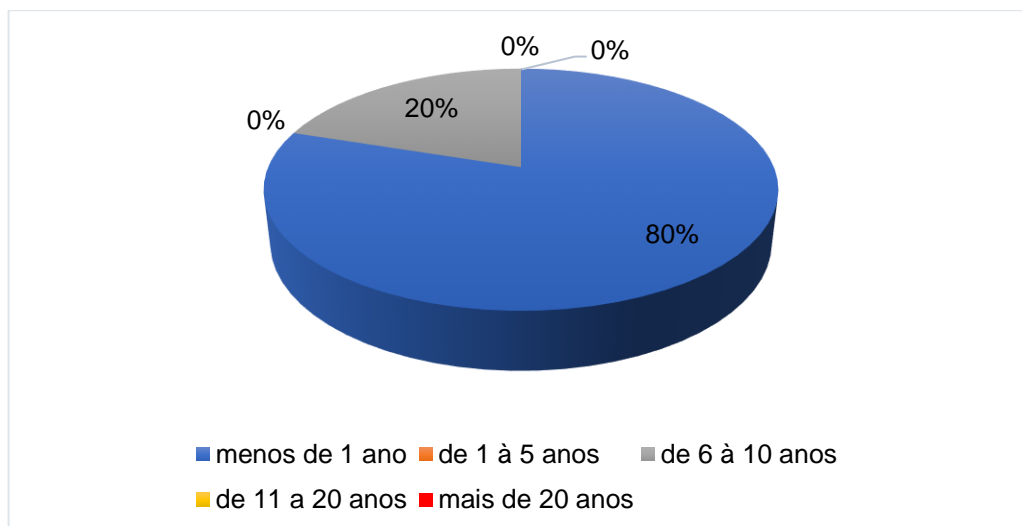


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os dados revelam que somente um gestor trabalha de 11 a 20 anos nos espaços patrimoniais e nenhum a mais de 20 anos. Dos cinco gestores, dois deles

trabalham de 1 a 5 anos. Percebe-se que as porcentagens apresentadas serão preponderantes ao se observar no gráfico 03 quanto tempo eles ocupam o cargo de gestor do espaço patrimonial. Se 60% (a maioria) trabalha até 5 anos, conclui-se que são gestores a poucos anos no espaço patrimonial, como evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico 03 – Tempo de serviço como gestor no espaço patrimonial



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Outro olhar seria analisar os dados no sentido de que o cargo de gestor dos espaços patrimoniais no município de Itajaí é de comissão, ou seja, a gestão municipal escolhe quem comandará o espaço. Dessa forma, a cada troca de governo existe a tendência da substituição do gestor. A pesquisa foi realizada em 2021, e esse foi o primeiro ano de uma nova gestão municipal; 80% responderam que estão a menos de 1 ano na gestão do referido espaço.

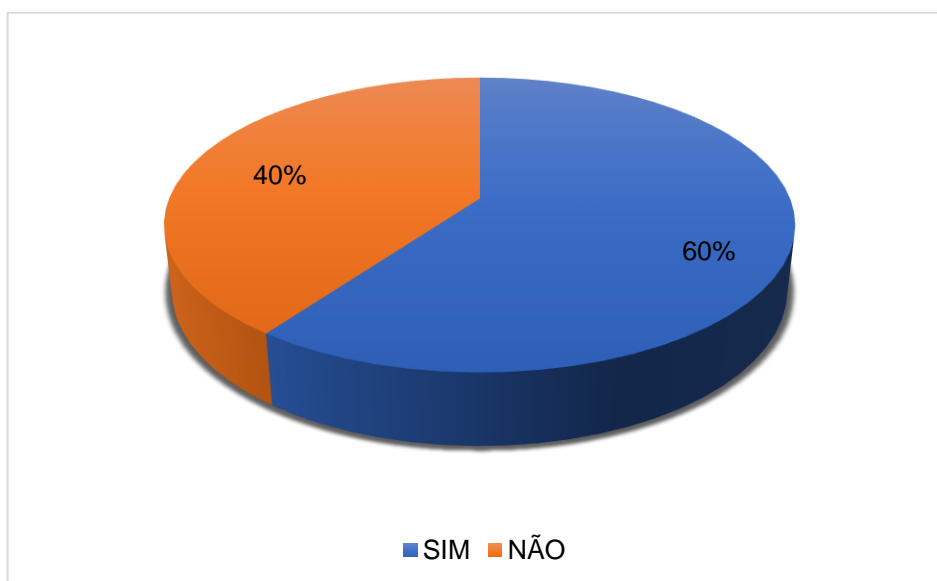
Com essas substituições ocorre a quebra do ciclo de trabalho, idealizando um “começar de novo” a cada troca de gestão. Por esse motivo e para também justificar o espaço como um lugar de educação e memória, foram questionadas quais ações são desenvolvidas por esse espaço patrimonial e as respostas foram as seguintes:

- Gestor 01: Atendimentos guiados a turmas escolares, palestras, debates, exibição de vídeos e *lives* pelas redes sociais. Exposições temáticas etc.
- Gestor 02: Aulas de teatro, dança, artes visuais, musicalização e ações educativas envolvendo as escolas.

- Gestor 03: Projetos educativos, expoteca, semeando livros etc.
- Gestor 04: Recebemos pesquisadores, historiadores e estudantes que consultam nossos acervos. Desenvolvemos ações educativas.
- Gestor 05: Ações de recepção e acolhimento escolar, mediação pelas salas expositivas e em laboratórios.

Essas ações discriminadas nas respostas dos gestores evidenciam que atos são desenvolvidos para a construção da memória coletiva itajaiense, mas para validar essa afirmação é necessário levantar se nesses espaços patrimoniais possuem livros e/ou documentos que descrevem a história e a memória local.

Gráfico 04 – O espaço patrimonial possui livros das histórias e memórias locais



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Se analisar que as histórias precisam se fundamentar na pesquisa e proporcionar aos estudantes e pesquisadores subsídios para justificá-la na história contada, as porcentagens apresentadas demonstram que 40% não possuem livros e/ou documentos. É importante entender que existe uma lacuna nesse processo, “eu conto a história da edificação, mas não a comprovo”. Algo para se pensar sobre a importância de todo lugar de educação e memória possuir livros e/ou documentos que validam a história contada e a memória construída.

Foi preciso saber como esses espaços divulgam suas ações e convidam a sociedade a participar. Existe uma curiosidade natural do turista para conhecer a

história do local em que está, mas esses espaços são de suma importância para a população que reside no município entender o processo histórico desde a colonização até os dias atuais. A imagem 35 evidencia por quais meios são divulgados os lugares de educação e memória do município de Itajaí.

Figura 35 – Divulgação dos espaços patrimoniais



Fonte: Elaborado pelo autor por meio <https://wordart.com/create> (2021).

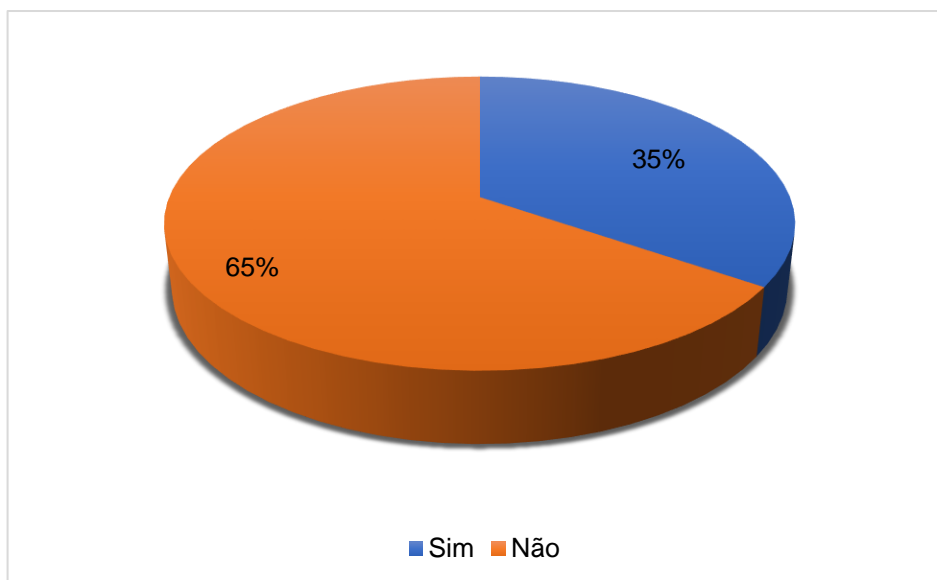
A continuidade do processo em busca da construção da memória coletiva viabilizou a pesquisa com as escolas públicas de ensino médio do município de Itajaí. Importante salientar que são 13 unidades, das quais 7 unidades foram pesquisadas, totalizando mais de 50% das escolas. E 26 professores participaram da pesquisa, sendo 13 da disciplina de arte e 13 da disciplina de história; não se fará diferenciação e/ou comparação entre as disciplinas, a escolha se deu por possuírem em seu currículo escolar a temática do patrimônio cultural.

Foram realizadas 10 perguntas aos professores, além dos dados que identificam os seus perfis (Apêndice B). Neste momento serão relatadas apenas as questões que contribuíram com os resultados já obtidos nos espaços patrimoniais que se transformaram em lugares de educação e memória.

Quando perguntados se contemplam o patrimônio cultural tombado de Itajaí em seu plano de aula, o gráfico 5 revela que 35% dos professores responderam que sim e 65% que não. Quando pedido que justificassem, os 35% escreveram que trabalham por meio de imagens da internet, e sinalizaram um trabalho voltado ao aniversário da cidade no mês de junho. Já os 65% relataram que trabalham com

patrimônio cultural contemplado nos conteúdos de paisagem urbana, explorando pontos turísticos e arquitetura das cidades; mas, pela falta de material sobre os patrimônios locais disponíveis nas escolas, fica inviável o trabalho. O gráfico a seguir confirma o relato:

Gráfico 05 – O plano de aula contempla o patrimônio cultural local



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

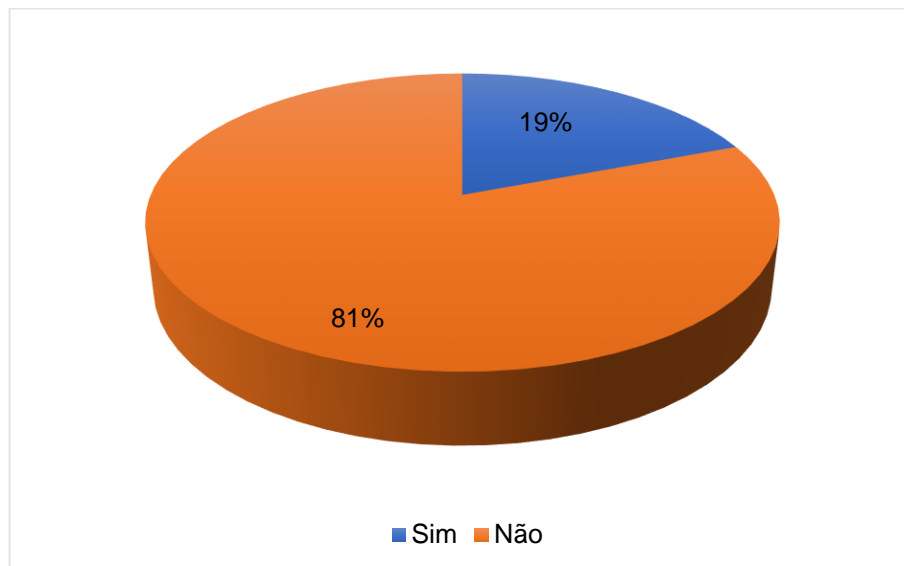
Outro fator preponderante para esse resultado foi que mais de 80% dos professores relataram que o projeto político da escola não contempla o trabalho com o patrimônio cultural local. Quando perguntados se o estudo com patrimônio cultural tombado de Itajaí pode auxiliar na construção das memórias coletivas, oportunizando conhecimento sobre a história local, todos os 26 professores escreveram que sim, seguem as respostas de 4 professores que foram contempladas nas respostas dos demais:

- Professor 01: O uso da memória, por exemplo, é um importante instrumento usado, e deveria ter publicações para que não se perca, temos pouco material do patrimônio local de Itajaí na escola.
- Professor 02: Trazer para a sala de aula o patrimônio local é mostrar o passado de um povo – povo sem passado não tem futuro. A história é constante na vida da gente.

- Professor 03: O estudo com patrimônio cultural valoriza a identidade do povo, permitindo que as pessoas entendam o meio sociocultural em que estão inseridas.
- Professor 04: Importante saber que existem, isto faz com que os alunos criem uma identificação: ter contato com obras, monumentos, conhecer o processo criativo, ver fotos ou conversar com pessoas antigas do bairro.

Foi perguntado se na escola existem referências bibliográficas, audiovisuais e/ou outros recursos informacionais sobre a temática do patrimônio cultural de Itajaí. O próximo gráfico ilustra a resposta:

Gráfico 06 – Existe material bibliográfico sobre o patrimônio cultural local



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

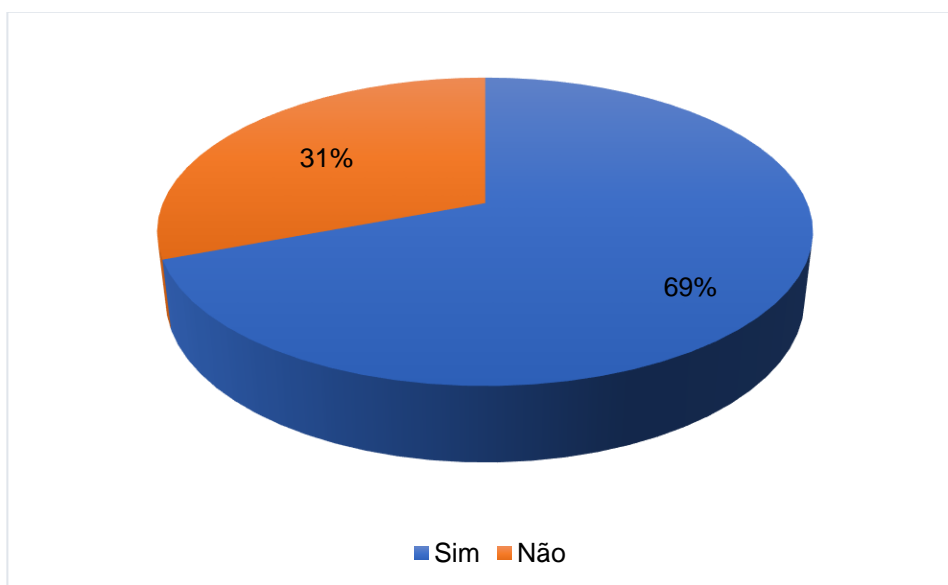
Dos 26 professores, 81% relataram que não existe material sobre os patrimônios culturais locais na escola, o que dificulta o processo para trabalhar com os mesmos. Conforme se analisou no gráfico 05, mais de 65% dos professores não contemplam a temática em seus planos de aula e, os que trabalham, conforme já mencionados, utilizam-se de imagens da internet.

E sobre a temática da memória ressignificada, foi perguntado se os professores já trabalharam com entrevistas aos membros da comunidade como fonte de pesquisa, e se já se utilizaram de documentos, fotografias, objetos entre

outros itens trazidos pelos estudantes para o trabalho com as memórias e sua construção.

Os dados a seguir mostram uma diferenciação entre o trabalho com o patrimônio cultural tombado de Itajaí e o trabalho com a construção das memórias coletivas. Observa-se que 35% dos professores trabalham e registram em seus planejamentos o estudo com o patrimônio cultural local, embora 80% relataram que as escolas não contemplam esse estudo em seus projetos políticos pedagógicos. Todavia 100% dos questionários registram que os professores concordam que o patrimônio cultural local oportuniza a construção de memórias coletivas, mas 81% não possuem referências bibliográfica e/ou outros recursos informacionais na escola. Entretanto mais de 69% registraram o trabalho com entrevistas de membros da comunidade e esse número aumenta quando perguntado sobre a utilização de documentos e objetos trazidos pelos estudantes.

Gráfico 07 – Trabalha com entrevistas aos membros da comunidade

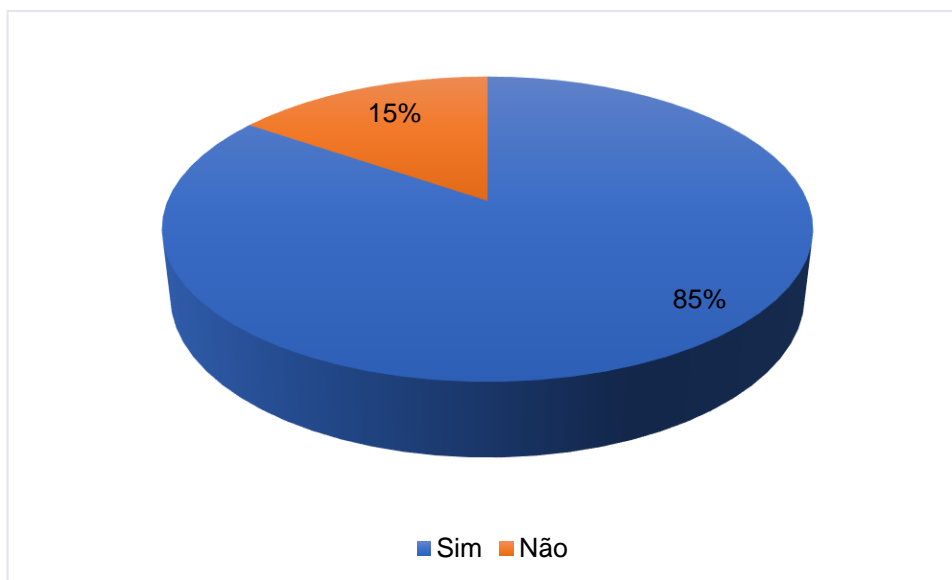


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Nesse ponto da pesquisa, observa-se que uma parcela da população educacional – que tem acesso, pela família ou pela escola, aos lugares de educação e memória de Itajaí – constrói suas memórias coletivas. Na escola, essa relação com o patrimônio cultural edificado é bem mais difícil por não haver material de pesquisa, porém percebe-se que o trabalho com a temática da memória se faz presente, em determinados momentos de forma mais tímida, embora se constate que 69% dos

professores trabalham ou já trabalharam com entrevistas aos moradores de Itajaí, e essa porcentagem aumenta significativamente quando é perguntado se: Em suas aulas ocorre o estudo com documentos, objetos, fotografias entre outros itens trazidos pelos alunos para o trabalho de ressignificação das memórias?

Gráfico 08 – Trabalha com documentos históricos na escola



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A pesquisa teve como objetivo geral identificar entre os patrimônios tombados de Itajaí aqueles que se constituem como espaços de ações educativas em prol da memória coletiva nas escolas de ensino médio. Foram identificados cinco patrimônios culturais tombados que se constituíram como espaço de ações educativas, são eles: Casa da Cultura Dide Brandão, Museu Histórico de Itajaí, Biblioteca Pública Municipal e Escolar de Itajaí, Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí e Museu Etno-Arqueológico de Itajaí.

Nas escolas observou-se a dificuldade do trabalho com o patrimônio cultural local tombado, em virtude da falta de material de referências a ser utilizado, porém percebe-se que a temática da memória e sua construção ocorrem em 69% por meio de entrevistas aos membros da comunidade e 85% com trabalhos envolvendo objetos, fotografias e documentos.

Para que se possa, nos próximos anos, alcançar significativamente o trabalho na escola com os patrimônios culturais tombados de Itajaí, é necessário ter um processo que possibilitem mais visitas monitoradas, a partir de ações educativas nos



espaços de educação e memória itajaiense. Não só para construir as memórias do entorno das unidades escolares, mas do município como um todo. A importância desta ancoragem do patrimônio tombado com a educação permitirá uma relação entre o que é coletivo e a escola, interagindo nas práticas de ensinar e aprender.

O produto final realizado – um guia para divulgar, nas instituições educacionais, os espaços de educação e memória – será mais um fomento para que as visitas ocorram nos espaços patrimoniais, e que uma maior porcentagem de estudantes do município de Itajaí possa ressignificar suas memórias e construir outras por meio da memória coletiva. A pesquisa em sua fundamentação teórica e no cumprimento do primeiro objetivo específico de descrever os patrimônios culturais tombados de Itajaí será uma fonte de pesquisa aos professores para uso em sala de aula.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea, muitas vezes denominada de sociedade da informação, se caracteriza pelo uso cada vez mais crescente da informação. Dessa forma, a atual sociedade pauta suas experiências e vivências no conhecimento. Portanto, a linha de pesquisa informação, memória e sociedade conduziu toda a investigação, construindo um degrau a mais na história do patrimônio cultural local. No qual os documentos analisados no CDMH de Itajaí foram entendidos como um testemunho do passado, um vestígio de memória que permitiu tecer as histórias e memórias dos patrimônios culturais tombados da sociedade itajaiense.

Esses documentos analisados, bem como o quadro classificatório dos bens tombados em lugares de educação e memória e os questionários realizados, responderam os próprios questionamentos da pesquisa em suas várias fases, além das indagações elencadas a cada objetivo específico. A pesquisa foi conduzida para buscar responder: Quais são os patrimônios culturais tombados de Itajaí que ofertam ações educativas e de que forma eles promovem a construção das memórias coletivas em parceria com escolas públicas de ensino médio?

Obeve-se como resultado que, dos dezoito patrimônios culturais tombados do município de Itajaí, cinco ofertam ações educativas, promovendo a construção das memórias coletivas por meio de atividades que buscam apresentar e contar as histórias dos bens tombados desde o surgimento do município até as escolhas realizadas para edificar tais monumentos. Todos os “lugares de memória” que se constituíram como lugares de educação e memória atendem as escolas com visitas guiadas e com ações educativas que visam à história local.

Os patrimônios culturais tombados do município de Itajaí que se classificaram como lugares de educação e memória são: Casa da Cultura Dide Brandão, Museu Histórico de Itajaí, Biblioteca Pública Municipal e Escolar Norberto Silveira Jr., Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí e Museu Etno-Arqueológico de Itajaí. O estudo se pautou na Ciência da Informação que aponta bibliotecas, museus e arquivos como unidades de informação. Ao final da investigação, percebeu-se que os lugares que promovem a construção das memórias coletivas do município de Itajaí são exatamente aqueles que a CI sinaliza como unidades de informação.

As ações realizadas pelos patrimônios culturais pesquisados promovem a história local, proporcionando acesso à informação e a construção de memórias. Compreendendo que esses “lugares de memória” são relevantes para a informação na sociedade, pois estimulam a construção da memória coletiva e a identidade local.

A pesquisa fez perceber que é preciso um estreitamento na relação entre o lugar de educação e memória com a escola, para que a construção da memória coletiva se intensifique cada vez mais. Embora tenha se percebido, com os resultados, um desenho propício a esse estreitamento, pois os professores trabalham com entrevistas aos membros da comunidade escolar e com documentos históricos, propiciando a construção da memória coletiva. Le Goff (2013) enfatiza o valor da memória como um fator primordial, principalmente na sociedade contemporânea, em que os indivíduos estão infinitamente buscando ressignificar suas memórias para a construção de uma identidade coletiva.

Os patrimônios culturais locais ao interagirem com a escola abandonam a concepção de um lugar engessado e se mostram como uma rica ferramenta para propiciar a ressignificação das memórias, uma educação não formal, na qual o passado traz sua problemática e esses lugares de educação e memória ofertam uma nova perspectiva que é a construção da memória coletiva. Assim, o patrimônio cultural local passa a ter a escola como uma vasta possibilidade de construir novas memórias e ressignificar tantas outras, pois afloram nos estudantes o sentimento de pertença à sociedade na qual estão inseridos.

Na contemporaneidade é evidente que os patrimônios culturais devem estreitar o elo com a educação, contribuindo com a difusão do conhecimento, enaltecendo a história local e a visão de mundo, de si e dos outros, contribuindo para a coletividade. Espera-se que a referida pesquisa venha a contribuir com a temática do patrimônio cultural local e a construção das memórias coletivas, objeto de estudo pautado no campo da Ciência da Informação, dialogando com demais áreas do conhecimento, com foco na gestão de unidades de informação.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Fábrica de tecidos Renaux. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 98-99.
- BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2011.
- BARROS, José D'A. Memória e história: entre o tempo e o espaço. *In*: ALVES, Gracilda; HOFFMANN, Raquel (orgs.). **Memória: questões historiográficas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 258-308.
- BERNARDES, Zilda H. D. Herbário Barbosa Rodrigues. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 110-111.
- BEZERRA, Arthur C.; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/31114/17408>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- BRASIL, **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL, **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao ministério da educação e saúde pública. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BRAGA, Kátia S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. *In*: MUELLER, Suzana P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.
- CAMARGO, Haroldo L. **Patrimônio histórico e cultural**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2005.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 7-23, verão. 1998. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2050/1532>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CORDEIRO, Darlan; FREITAS, Denise M. Estação ferroviária Engenheiro Vereza: depois de passar o trem. *In: Anuário de Itajaí 2004*, Itajaí. **Anais [...]**, Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2004, p. 121-131.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2017.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

D'ÁVILA, Edison. Casa Almeida & Voigt. *In: DEÓLLA, Lindinalva (org.). Itajaí imagens & memória*. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 48-49.

D'ÁVILA, Edison. Grupo escolar "Victor Meirelles": 100 anos. *In: D'ÁVILA, Edison; MOREIRA, Cristiano (orgs.). Grupo escolar Victor Meirelles: 100 anos de educação*. Navegantes: Papa Terra Editora, 2013. p. 11-26.

D'ÁVILA, Edison. Museu histórico de Itajaí: 20 anos. *In: Anuário de Itajaí 2002*, Itajaí. **Anais [...]**, Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002, p. 163-165.

D'ÁVILA, Edison. **Pequena história de Itajaí**. 2. ed. Florianópolis: IHGSC, 2018.

D'ÁVILA, Janaína N. S. Sebastião Lucas: território de interação social afrodescendente. *In: Anuário de Itajaí 2004*, Itajaí. **Anais [...]**, Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2004, p. 83-88.

FERNANDES, Rosana M; PITZ, Silvana M. O ontem do grupo escolar Victor Meirelles e o hoje da casa da cultura Dide Brandão: processo de restauro da "casa" símbolo da cidade de Itajaí (SC). *In: D'ÁVILA, Edison; MOREIRA, Cristiano (orgs.). Grupo escolar Victor Meirelles: 100 anos de educação*. Navegantes: Papa Terra Editora, 2013. p. 169-184.

FÓES, Félix A. G. Bauer & Cia. *In: DEÓLLA, Lindinalva (org.). Itajaí imagens & memória*. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 48-49.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GALATTO, Benedito. Hotel Brazil / Itajahy Hotel. *In: DEÓLLA, Lindinalva (org.). Itajaí imagens & memória*. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 114-115.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Históriae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-45, jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em: 15 mar. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

IGNÁCIO, Carlos E.; ARDIGO, Julíbio D.; UNGLAUB, Tânia R. R. Museu histórico de Itajaí: lugar de educação e memória. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p 180-204, abr./jun. 2021. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40843>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IGNÁCIO, Carlos E.; PIZARRO, Daniella C.; UNGLAUB, Tânia R. R. Museu etno-arqueológico de Itajaí: espaço comunitário de memórias coletivas. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, 2021 (no prelo).

ITAJAÍ. Fundação cultural de Itajaí. **Inventário turístico-cultural**. In: Plano municipal de cultura. Itajaí: dezembro, 2013. Disponível em: [https://static.fecam.net.br/uploads/1527/arquivos/346326\\_Inventario\\_Itajai.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/1527/arquivos/346326_Inventario_Itajai.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

KERN, Arno A.; MUTTER, Débora. Discussões acerca do patrimônio cultural. In: PAIM, Elison A.; GUIMARÃES, Maria de F. (orgs.). **História, memória e patrimônio**: possibilidades educativas. São Paulo: Paco, 2012. Cap. 11, p. 183-198.

KONDER, Marcos. **A pequena pátria**. Navegantes: Papa Terra, 2012. Edição comemorativa.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2013. 3ª reimpressão, 2019.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MACHADO, Ana B. S. F. A. (org.). **Identificação do acervo cultural**: Cidade de Itajaí. Itajaí: Fundação Cultural de Itajaí. Depto de Patrimônio Histórico e Cultural. [s. n.], 2001.

MALBURG, Laércio M. Casarão Malburg. In: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 86-87.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAYKOT, Pe. Sergio; SANTOS, Luiz C. (org.). **A matriz de todos nós**. Tubarão: Dehon, [1980?].

MONTEIRO, Silvana D.; CARELLI, Ana E.; PICKLER, Maria E. V. A ciência da informação, memória e esquecimento. *DataGramZero*, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6382>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MOREIRA, Sônia M. T. Mercado público. In: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 126-127.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 17 mar. 2019.

OLIVEIRA, Didymea L. de. **Itajaí do curato à globalização**. [S. l.: s. n.], 2011.

OLIVEIRA, Eliane B. de; RODRIGUES, Georgete M.; CASTRO, Raissa M. A memória na ciência da informação: uma análise da produção científica brasileira. *In*: OLIVEIRA, Eliane B. de; RODRIGUES, Georgete M (orgs.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: UnB, 2017. p. 79-108.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 fev. 2020.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, jan./jun. 1995a. Disponível em: [https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=14](https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14). Acesso em: 05 fev. 2020.

PESAVENTO, Sandra J. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, jul./dez. 1995b. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/282>. Acesso em: 15 fev. 2020.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jul. 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REBELO, José A. A matriz do Santíssimo Sacramento. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 22-23.

REIS, Antônio C. K. Casa Konder. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 82-83.

ROTHBARTH, Marlene D. da S. Edifício da Fiscalização do Porto. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 94-95.

ROTHBARTH, Marlene D. da S. **Itajaí em crônicas**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

SCHAUFERT NETO, Eugênio. Capelinha de Cabeçudas. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 38-39.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Anderson C. D. da. A estação ferroviária de Itajaí. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 20-21.

SILVA, Flávio A. Herbário Barbosa Rodrigues: interdisciplinaridade escolar. *In*: Anuário de Itajaí 2003, Itajaí. **Anais [...]**, Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2003, p. 91-98.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVEIRA, Éder da S. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/835>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SMOLKA, Ana. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 166-193, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v21n71/a08v2171.pdf>. Acesso: 16 abr. 2020.

SPINA, Gabriel L.; SERRATTO, Edgar B. F. Patrimônio histórico e cultural: uma revisão bibliográfica. **Revista Educação**, v. 5, n. 3, p. 99-116, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://claretiano.edu.br/revista/78/revista-educacao>. Acesso em: 10 mar. 2020.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Casarão Burghardt. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016a. p. 82-83.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Palácio Marcos Konder. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016b. p. 130-131.

VIEIRA, Juliana P. **A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e a constituição da cidade de Itajaí**. Dissertação (mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 221. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/176693>. Acesso em: 17 abr. 2021.

VIEIRA E SILVA, Rosa de L. Grupo escolar Victor Meirelles. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016a. p. 108-109.

VIEIRA E SILVA, Rosa de L. Igreja da Imaculada Conceição. *In*: DEÓLLA, Lindinalva (org.). **Itajaí imagens & memória**. 2. ed. Blumenau: Nova Letra, 2016b. p. 120-121.



**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS GESTORES DOS ESPAÇOS  
PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

Questionário a ser preenchido pelos gestores dos espaços patrimoniais classificados como lugar de educação e memória do município de Itajaí.

- Espaço Patrimonial: \_\_\_\_\_

- Formação Acadêmica do Gestor do Espaço Patrimonial:

( ) Graduação ( ) Pós-Graduação Lato Sensu

( ) Mestrado ( ) Doutorado

( ) Outras: \_\_\_\_\_

- Tempo de Serviço do Gestor do Espaço Patrimonial:

Tempo de serviço em espaços patrimoniais:

( ) menos de 1 ano ( ) de 1 à 5 anos

( ) de 6 a 10 anos ( ) de 11 a 20 anos

( ) mais de 20 anos

Tempo de serviço como gestor neste espaço patrimonial:

( ) menos de 1 ano ( ) de 1 à 5 anos

( ) de 6 a 10 anos ( ) de 11 a 20 anos

( ) mais de 20 anos

1. Você considera o espaço patrimonial que trabalha, como um lugar de educação e memória?

( ) Sim ( ) Não

Justifique: \_\_\_\_\_

---



---



---



---

2. Se você respondeu que SIM, na questão anterior, relate quais são as ações desenvolvidas por este espaço patrimonial?

---

---

---

---

---

3. Se você relatou na questão anterior as ações que ocorrem neste espaço patrimonial, quais delas envolvem as escolas, e de que forma é realizado?

---

---

---

---

---

4. Este espaço patrimonial possui livros e/ou outros documentos que descrevem as histórias e memórias locais?

( ) Sim      ( ) Não

5. Como é divulgado este espaço patrimonial para a sociedade?

---

---

---

---

---

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

Questionário a ser preenchido por professores das disciplinas de arte e história das escolas públicas de ensino médio do município de Itajaí.

- Nome da Escola: \_\_\_\_\_
- Você é professor da disciplina de:
 

( ) Arte      ( ) História
- Formação Acadêmica do Professor:
 

( ) Graduação	( ) Pós-Graduação Lato Sensu
( ) Mestrado	( ) Doutorado
( ) Outras: _____	
- Tempo de Serviço do Professor:
 

Tempo de serviço como professor:

( ) menos de 1 ano	( ) de 1 à 5 anos
( ) de 6 a 10 anos	( ) de 11 a 20 anos
( ) mais de 20 anos	

Tempo de serviço como professor em Itajaí:

( ) menos de 1 ano	( ) de 1 à 5 anos
( ) de 6 a 10 anos	( ) de 11 a 20 anos
( ) mais de 20 anos	

1. No currículo escolar, como é contemplado o patrimônio cultural?

---



---



---



---



---



---

2. Em seu plano de aula você contempla o patrimônio cultural tombado de Itajaí?

( ) SIM ( ) NÃO

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

---

3. Se sua resposta foi SIM na questão anterior, responda o que você utiliza de recursos para trabalhar com a temática do patrimônio cultural?

---

---

---

---

---

4. Na sua escola existem ações no projeto político que contemplam o trabalho com patrimônio cultural e a construção das memórias coletivas?

( ) SIM ( ) NÃO

5. Se sua resposta foi SIM na questão anterior, descreva qual/quais projeto(s) que contemplam o trabalho com patrimônio cultural e a construção das memórias coletivas na escola?

---

---

---

---

---

---

6. Na sua opinião o estudo com patrimônio cultural tombado de Itajaí pode auxiliar na construção das memórias coletivas, oportunizando conhecimento sobre a história local?

( ) SIM ( ) NÃO

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

7. Na sua escola, existem referências bibliográficas, áudio visuais e/ou outras, sobre a temática do patrimônio cultural de Itajaí?

( ) SIM ( ) NÃO

8. Se você respondeu que SIM, na questão anterior. Você considera suficiente para o planejamento das aulas?

( ) SIM ( ) NÃO

9. Sobre a temática de memórias, você em suas aulas já trabalhou com entrevistas aos membros da comunidade itajaiense, como uma fonte de pesquisa?

( ) SIM ( ) NÃO

10. Ainda sobre a temática de memórias, você em suas aulas já trabalhou com documentos, objetos, fotografias entre outros itens trazidos pelos alunos para o trabalho de ressignificação das memórias?

( ) SIM ( ) NÃO

**ANEXO A – DECRETO Nº 5755 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL/CENTRO DE CULTURA POPULAR**

DECRETO Nº 5755, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL/CENTRO DE CULTURA POPULAR**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 001/98, de 07 de maio de 1998, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel denominado MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL/CENTRO DE CULTURA POPULAR, situado à Praça Félix Busso Asseburg, s/n, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 17 DE DEZEMBRO DE 1998.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO B – DECRETO Nº 5756 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA  
KONDER**

DECRETO Nº 5756, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA  
KONDER**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 003/98, de 07 de maio de 1998, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel denominado CASA KONDER, situado à Rua Lauro Muller, nº 73, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 17 DE DEZEMBRO DE 1998.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO C – DECRETO Nº 5757 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA  
CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO**

DECRETO Nº 5757, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PRÉDIO  
DA CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 004/98, de 07 de maio de 1998, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel denominado CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO, situado à Rua Hercílio Luz, nº 323, nesta cidade de Itajaí.

Parágrafo Único – A área protegida pelo presente Decreto constitui-se da Praça Arno Bauer e dos terrenos em que se localizam o Palácio Marcos Konder e o Colégio Estadual Victor Meirelles.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 17 DE DEZEMBRO DE 1998.

JANDIR BELLINI - Prefeito Municipal



**ANEXO D – DECRETO Nº 5758 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PALÁCIO  
MARCOS KONDER**

DECRETO Nº 5758, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DO  
PALÁCIO MARCOS KONDER**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 009/98, de 07 de maio de 1998, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel denominado PALÁCIO MARCOS KONDER, situado à Rua Hercílio Luz, nº 233, nesta cidade de Itajaí.

Parágrafo Único – A área protegida pelo presente Decreto constitui-se da Praça Arno Bauer e dos terrenos em que se localizam a Casa da Cultura Dide Brandão e o Colégio Estadual Victor Meirelles.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 17 DE DEZEMBRO DE 1998.

JANDIR BELLINI - Prefeito Municipal

**ANEXO E – DECRETO Nº 5759 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA  
BURGHARDT**

DECRETO Nº 5759, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA  
BURGHARDT**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 10/98, de 07 de maio de 1998, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel denominado CASA BURGHARDT, situado à Rua Lauro Muller s/n, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 17 DE DEZEMBRO DE 1998.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO F – DECRETO Nº 5909 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA  
MALBURG**

DECRETO Nº 5909, DE 27 DE ABRIL DE 1999

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA  
MALBURG**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 007/98, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí  
DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3198, de 05 de setembro de 1997, do imóvel denominado “Casa Malburg”, situado à Rua Pedro Ferreira, nº 34, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 27 DE ABRIL DE 1999.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO G – DECRETO Nº 5910 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DA EX-FÁBRICA  
RENAUX**

DECRETO Nº 5910, DE 27 DE ABRIL DE 1999

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DA EX-  
FÁBRICA RENAUX**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do processo nº 008/98, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3198, de 05 de setembro de 1997, do imóvel denominado “Ex-Fábrica Renaux”, situado à Rua Heitor Liberato, s/n, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 27 DE ABRIL DE 1999.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO H – DECRETO Nº 5992 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA  
ANTIGA SEDE DO EX-DNPVN/FISCALIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ**

DECRETO Nº 5992, DE 06 DE OUTUBRO DE 1999

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO  
PRÉDIO DA ANTIGA SEDE DO EX-  
DNPVN/FISCALIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001/99, de 19 de abril de 1999, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel da antiga sede do ex-DNPVN/Fiscalização do Porto de Itajaí, situado à Av. República Argentina, esquina com as Ruas Silva e Pedro Ferreira, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 06 DE OUTUBRO DE 1999.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I – DECRETO Nº 6017 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “CASA LINS”**

DECRETO Nº 6017, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1999

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“CASA LINS”**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001/99, de 19 de abril de 1999, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel da “Casa Lins”, situado à Rua Lauro Muller, 335, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 02 DE DEZEMBRO DE 1999.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO J – DECRETO Nº 3459 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DE IMÓVEIS**

DECRETO Nº 3459, de 23 de novembro de 2001

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DE  
IMÓVEIS**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso III, do art. 71 da Constituição do Estado, de acordo com o disposto na Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo da Fundação Catarinense de Cultura protocolado sob nº PFCC 629/006, em 17 de agosto de 2000, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, da edificação religiosa, no município de Itajaí, constituída pela Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, localizado à Praça Irineu Bornhausen.

Parágrafo Único. Conforme recomendado pelo Conselho Estadual de Cultura, a proteção deverá se dar de forma integral, isto é, edificação e bens integrantes: pinturas murais, vitrais, altares, púlpito, pia batismal, confessionários, mobiliário, arte sacra e objetos litúrgicos.

Art. 2º: Considera-se como entorno da área protegida, para os efeitos do art. 16 da referida Lei, a faixa contida nos 100 metros tomados de cada uma das extremidades do bem.

Art. 3º: Os imóveis serão inscritos no Livro do Tombo Histórico da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 4º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de novembro de 2001

ESPIRIDião AMIN HELOU FILHO - Governador do Estado

**ANEXO K – DECRETO Nº 3460 – HOMOLOGA TOMBAMENTO DE IMÓVEIS**

DECRETO Nº 3460, de 23 de novembro de 2001

**HOMOLOGA TOMBAMENTO DE  
IMÓVEIS**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso III, do art. 71 da Constituição do Estado, de acordo com o disposto na Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo da Fundação Catarinense de Cultura protocolado sob nº PFCC 510/009, em 5 de julho de 2000, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, dos imóveis discriminados abaixo, localizados no município de Itajaí:

- I – edificações situadas na Rua Lauro Müller, 17, 83 e 97;
- II – edificação situada na Rua Hercílio Luz, 322;
- III – edificação situada na Rua Hercílio Luz, 233, esq. Av. Marcos Konder; IV - edificação situada na Praça Félix Busso Asseburg, denominada antigo Mercado Público;
- V – edificações situadas na Rua Pedro Ferreira, 34 e 272;
- VI – edificação situada na Rua Pedro Ferreira, 224, esq. Rua Samuel Heusi;
- VII – edificação situada na Rua República Argentina, 400.

Art. 2º: Os imóveis serão inscritos no Livro do Tombo Histórico da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de novembro de 2001

ESPIRIDIANO AMIN HELOU FILHO - Governador do Estado



**ANEXO L – DECRETO Nº 6577 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA”**

DECRETO Nº 6577, DE 30 DE JULHO DE 2002

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA”**

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido no artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001/2002, de 02 de junho de 2002, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, do imóvel da “ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA”, situado à Av. Itaipava, nº 3.901, Bairro Itaipava, nesta cidade de Itajaí.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 30 DE JULHO DE 2002.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

**ANEXO M – DECRETO Nº 7924 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “ALMEIDA  
& VOIGT”**

DECRETO Nº 7924, DE 26 DE JUNHO DE 2006

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“ALMEIDA & VOIGT”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e alterações posteriores e tendo em vista o constante do Ofício nº 007/2006, datado de 25 de maio de 2006, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, da “ALMEIDA & VOIGT”, situado à Rua Samuel Heusi, s/n, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 21 de junho de 2006.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí

**ANEXO N – DECRETO Nº 7925 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “BAUER & CIA”**

DECRETO Nº 7925, DE 26 DE JUNHO DE 2006

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“BAUER & CIA”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e alterações posteriores e tendo em vista o constante do Ofício nº 008/2006, datado de 25 de maio de 2006, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, da “BAUER & CIA”, situado à Rua Pedro Ferreira, nº 272, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 21 de junho de 2006.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí

**ANEXO O – DECRETO Nº 7926 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “IGREJA  
IMACULADA CONCEIÇÃO”**

DECRETO Nº 7926, DE 26 DE JUNHO DE 2006

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e alterações posteriores e tendo em vista o constante do Ofício nº 009/2006, datado de 25 de maio de 2006, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, da “IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO”, situada na Praça Vidal Ramos, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 21 de junho de 2006.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí

**ANEXO P – DECRETO Nº 7927 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO “HOTEL  
ROTA DO MAR”**

DECRETO Nº 7927, DE 26 DE JUNHO DE 2006

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO  
“HOTEL ROTA DO MAR”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e alterações posteriores e tendo em vista o constante do Ofício nº 010/2006, datado de 25 de maio de 2006, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, do “HOTEL ROTA DO MAR”, situada à Rua Lauro Muller, 97, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 21 de junho de 2006.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí

**ANEXO Q – DECRETO Nº 8252 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS PEREIRA”**

DECRETO Nº 8252, DE 8 DE JUNHO DE 2007

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS PEREIRA”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e alterações posteriores e tendo em vista o constante do Ofício nº 011/CMPC/07, datado de 1º de junho de 2007, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, da “SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS”, localizada na Rua Alfredo Trompowski, s/n, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 8 de junho de 2007.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí

**ANEXO R – DECRETO Nº 8417 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA “CAPELA  
SANTA TEREZINHA”**

DECRETO Nº 8417, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2007

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA  
“CAPELA SANTA TEREZINHA”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e alterações posteriores e tendo em vista o constante do Ofício nº 018/CMPC/07, datado de 16 de novembro de 2007, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, da “CAPELA SANTA TEREZINHA”, localizada na Praia de Cabeçudas, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 16 de novembro de 2007.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí

**ANEXO S – DECRETO Nº 12.096 – HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO  
“HERBÁRIO BARBOSA RODRIGUES”**

DECRETO Nº 12.096, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020

**HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO  
“HERBÁRIO BARBOSA RODRIGUES”**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, cum fundamento nos artigos 47, inciso VII, e 194, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, no Ofício nº 001/CMPCI/2020, datado de 04 de março de 2020, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 2570036/2020, DECRETA:

Art. 1º: Fica homologado o tombamento, nos termos da Lei nº 2.037, de 23 de dezembro de 1982, e da Lei nº 3.198, de 05 de dezembro de 1987, do “HERBÁRIO BARBOSA RODRIGUES”, localizada à Av. Coronel Marcos Konder nº 800, Centro, nesta cidade.

Art. 2º: O imóvel ora tombado será inscrito no Livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 18 de dezembro de 2020.

**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**

Prefeito de Itajaí